

Goiânia; 3- o envenenamento da caixa d'água de que serve o 10º sediado nesta capital; e 4- eliminação do general Ernesto Geisel.¹¹⁶

O discurso proferido por seus opositores foi competente, o fiel da balança ao selar o destino de Mauro Borges em 1964: foi apeado do poder por suposta alegação de favorecer a comunização do seu governo, sem nunca ter sido comunista, muito pelo contrário, combateu o comunismo, conforme entrevista por ele concedida à Revista Manchete (1964, nº 658, p. 14-21):

[...] existem, no Brasil, duas correntes radicalizantes, contra as quais me oponho em nome de uma democracia dinâmica e socialmente justa: a comunista e a lacerdistas. Minha posição só pode ser confundida pelos inimigos dos interesses nacionais. Luto por uma democracia brasileira, com autoridade forte e definida, sem totalitarismo, planificada, autêntica e cristã.

Em frente ao Palácio das Esmeraldas, postavam-se em torno de duas mil pessoas, quase que diariamente, esperando as ordens de Mauro Borges, dispostas a pegar em armas para defender o governador e sua permanência no cargo. Não foi o caso. O golpe estava a caminho... a capital viveu dias tensos e intensos com a movimentação de tropas e tanques Sherman ao redor da cidade. Desde o dia 15 de novembro haviam sido deslocados para Goiânia “[...] 900 soldados do 1º Exército [RJ], e uma esquadrilha de reconhecimento” sobrevoando para identificar possíveis “[...] focos de subversão no estado”.¹¹⁷ Naquele dia 26 de novembro de 1964, o aeroporto fora fechado às 8 horas e impedido o trânsito de pessoas e veículos num raio de três quilômetros. Para as saídas rodoviárias, foram deslocados núcleos terrestres do Exército, com tanques e metralhadoras, “que formavam ninhos ao longo das estradas”. Nas pontes e estradas secundárias, foi montada pelos militares, operação para controle da movimentação, com rigor na identificação de pessoas e veículos. O “cerco psicológico ao Palácio” foi desencadeado às 11h40min com estrondosas rasantes de dois bombardeiros B-25, auxiliados por nove aviões C-82 enviados pela Força Aérea Brasileira (FAB), no exato momento em que o governador estava reunido com assessores, secretários, auxiliares diretos, deputados, manifestando sua intenção, por considerar a intervenção como matéria configurada em lei: “entregaria, sem qualquer resistência, o Palácio ao interventor” (O POPULAR, 26.11.1964).¹¹⁸ Como derradeiro acontecimento,¹¹⁹ em 26 de novembro, pelo

¹¹⁶ “Mauro Borges e o esquadrão da morte”. *Jornal Diário do Oeste*, 29 out.1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

¹¹⁷ “Governo desloca para Goiás mais tropas e aviões da FAB”, *Jornal Folha de S. Paulo*. SP. 16 nov.1964, primeira página. Disponível em: acervo.folha.com. Acesso em: 23 jul. 2014.

¹¹⁸ “O cerco, as negociações da rendição, o pânico e o ambiente final do Palácio”, p. 3, 26 nov.1964

¹¹⁹ Antes de Mauro Borges foram afastados: Miguel Arraes (PE); João de Seixas Dória (SE).

Decreto nº 55.082/1964, o presidente Castelo Branco, com base em todos os argumentos anteriormente imputados ao governador de Goiás pelos generais *linha dura* e seus aliados civis, endossou as articulações conspiratórias: “[...] Art. 1º - É decretada a intervenção federal no Estado de Goiás para o fim específico de manter a integridade nacional e eliminar ali as causas que ameaçam”. Encerrava-se o governo *maurista*, colocando Mauro Borges Teixeira como um dos atores derrotados pela ditadura civil-militar de 1964.

CAPÍTULO II TECNOCRACIA, INSTITUIÇÕES E ESTADO BRASILEIRO

2.1 1930-1945: CRISE DE GOVERNABILIDADE

A crise mundial em 1929 e o movimento de outubro de 1930 demarcam significativamente a trajetória da sociedade brasileira e expõem um processo de transição econômica e social, com substituição das atividades agrário – exportadoras por outra, urbano-industrial, orientada para o mercado interno, com condições favoráveis de expansão. Assim, os anos 30 se desenvolveram com intensificação do processo de industrialização e avanço considerável rumo ao crescimento econômico, social, político e cultural. Isso não vem descolado do tensionamento nas relações sociais, com forte repressão ao movimento operário, ao partido comunista¹²⁰ e de manutenção das estruturas sociais conservadoras. Deve-se, ainda, mencionar que a produção industrial brasileira, até 1930, concentrava-se nos produtos têxteis, alimentícios, bebidas e vestuário, com utilização de mão de obra, em sua maioria, de imigrantes europeus, que trouxeram na bagagem experiências do movimento operário europeu, em especial o comunismo e o anarquismo, na luta pelos direitos sociais,

[...] entre os que aqui chegaram havia os que ainda em sua terra conheceram a literatura e a pregação anarquista de Kropotkin¹²¹ e Bakunin,¹²² defensores da dissolução do Estado e da supremacia da classe trabalhadora. Pela palavra desses imigrantes floresceram os movimentos operários voltados à reivindicação de melhores salários e condições de trabalho (DUTRA, 2014, 103).

No plano internacional, a crise de 1929 se abateu sobre o liberalismo e o deixou agonizando por cinco décadas, sentencia Hobsbawm (1995). A crise trouxe graves implicações para o comércio mundial, acarretando o desemprego em parâmetros inimagináveis, com recessão e pauperismo da população. Os conflitos sociais se radicalizaram, o que leva a intensificar a organização das camadas populares, como exemplo, os sindicatos, passando a ser alvo dos ataques do Estado, visando a manutenção da ordem e

¹²⁰ A campanha anticomunista posta em marcha de maneira sistemática apresentou o comunismo como uma ameaça à ordem estabelecida, o inimigo, sem necessariamente ser vinculado ao Partido Comunista. Sob esse discurso, o comunismo é desqualificado, retirando-lhe a legitimidade para colocar-se como um projeto político alternativo ao vigente. Tese balizada por aqueles interessados em manter o status quo, e agravada pelos anos afora, justificando as arbitrariedades que a sociedade brasileira assistiu. Nesse processo, o papel da imprensa foi crucial na disseminação do anticomunismo, ao ditar os rumos da realidade brasileira/goiana.

¹²¹ Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921), russo, um dos principais pensadores políticos do anarquismo no fim do século XIX. Crítico do autoritarismo comunista. Seu funeral, constituiu o último grande encontro de anarquistas na Rússia, desde a Revolução de 1917, sob o domínio dos bolcheviques marxistas perseguia, exilava e aniquilava os libertários onde quer que fossem encontrados. Arquivo de História Social Edgar Rodrigues (eBooksBrasil). Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/pensadoresanarquistas.html>> Acesso em: 12 out. 2014

¹²² Mikhail Bakunin (1814-1876), russo reconhecido como o mais brilhante dos teóricos anarquistas, atuou de forma decisiva nas discussões entre as concepções de socialismo de Estado e de socialismo libertário. Pensamento Anarquista e militante libertários. Arquivo de História Social Edgar Rodrigues (eBooksBrasil). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/pensadoresanarquistas.html>

contra suposto caos. Como resposta, medidas intervencionistas são adotadas para sustentação da atividade econômica e de proteção social, na tentativa de preservar a renda, o consumo e a ordem, diante do temor ao comunismo. Em face do sentimento de desesperança disseminado com a crise e da suposta *ameaça vermelha*, ocorre a mobilização e a organização dos setores médios, da burguesia e dos conservadores em geral em torno de soluções autoritárias,¹²³ como o fascismo implantado na Itália (1919-1945), o nazismo na Alemanha (1933-1945), o franquismo (1939-1976), na Espanha e o salazarismo, em Portugal (1932-1974). Na época, isolada pelos países capitalistas, com economia planificada em vez de economia de mercado, a URSS, sob o comando de Stalin, manteve-se imune à crise.

Vem, como enfrentamento da crise, a emblemática experiência americana do New Deal, proposta pelos tecnocratas do governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), do Partido Democrático. Foi com base nas teorias do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) que se construíram as propostas de intervenção do Estado na economia e do planejamento econômico, dentro de uma realidade de tradição liberal, portanto, pouco afeita à presença do Estado. Disso resultou um importante pacote de medidas econômicas com investimentos em grandes obras públicas, de incentivo ao crédito, geração de empregos, aumento do poder aquisitivo da população, com vista ao consumo, de apoio à agricultura, com compra da produção agrícola, e à indústria.

O Brasil experimentava um momento de mudanças institucionais. Entre 1930 e 1945, período de duração do governo de Getúlio Dornelles Vargas,¹²⁴ houve significativas alterações na vida do país. Marcado pelo intervencionismo e centralização, o governo realizou investimentos significativos de proteção do trabalhador bem como no processo de industrialização brasileiro. Com sensível renovação dos quadros políticos nacionais, ao ascender ao primeiro time uma nova geração de civis e militares, mobilizados para o movimento de outubro, ocuparam posições de destaque no primeiro governo varguista. Observa-se que, para Oliveira (1980, p. 34) “os brasileiros pertencentes à elite letrada contribuíram no esforço de construção nacional, através da crítica e da apresentação de

¹²³ Consultar: BOBBIO, Norberto. *Do Fascismo à Democracia – Os Regimes, as Ideologias, os Personagens e as Culturas Políticas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Holocausto: crime contra a humanidade*. São Paulo: Editora Ática, 2002; HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos O breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹²⁴ Consultar D’Araújo, Maria Celina (Org.), *Getúlio Vargas*. Câmara dos Deputados. Coleção Perfis parlamentares. Biblioteca digital. Brasília, 2011. Disponível site <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf?sequence=2> Acesso em: 7 set. 2014.

projetos”. Ainda no entendimento de Oliveira (1980), tais ideólogos¹²⁵ tomaram para si a missão de criar a nação e desenvolver uma consciência nacional. Produzindo textos sobre a realidade do país, sob os aspectos político, econômico e social, buscando no passado¹²⁶ explicação para o presente e mirando soluções para o futuro.

Todavia, a ampla aliança que ocupou o poder enfrentou forte instabilidade política, resultante do confronto interno travado pelas diferentes forças que a compunham. Suas posições e contradições ficaram aparentes logo nos instantes iniciais do governo provisório. “O novo governo terá, que mover-se, sempre dentro de uma complicada faixa de compromisso e conciliações entre interesses diferentes e por vezes contraditórios” (WEFFORT, 1989, p. 69). O perfil centralizador e reformista dos tenentes bateu de frente com a ambição autonomista das oligarquias, ocultada sob o discurso liberal e federalista. Associado a isso, o respaldo popular buscado durante a campanha da Aliança Liberal estimulava as reivindicações operárias, o que causava desassossego à burguesia industrial. Enfim, a instabilidade política reinante nos primeiros anos após o movimento de 30, impediu que alguma força tornasse hegemônica, capaz de garantir base de legitimidade ao Estado, para apresentar suas demandas particulares como expressão do interesse de todos. No argumento de Fausto (1994), abriu-se um vazio de poder, que teria gerado o Estado de Compromisso.¹²⁷ Por diversas vezes, tomando decisões contraditórias para atender os interesses de grupos opostos.

Ao analisar a trajetória do primeiro governo de Vargas, Diniz (1999) demarca três períodos distintos, porém, bem articulados entre si, quando algumas diretrizes centrais já estavam mais ou menos estabelecidas. Em 1930, Getúlio Vargas chega ao poder como líder de uma Revolução, passando a presidente eleito (1934 a 1937) por dispositivo constitucional, para, em seguida, desaguar na condição de ditador (1937-1945), ao liderar o golpe que resultou no Estado Novo, com apoio das Forças Armadas. Nesse lapso de tempo, duas

¹²⁵ Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, Carlos Drumond de Andrade, Erico Veríssimo, Graciliano Ramos, Cassiano Ricardo, Clementino Fraga, Miguel Osório de Almeida. Ver: OLIVEIRA, L. L. (coord) *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV/INL-MEC, 1980

¹²⁶ Em *Populações Meridionais*, Oliveira Vianna identificou as características causadoras do atraso que o país estava mergulhado há séculos: mestiçagem, ruralismo, poder privado e pessoal dos caudilhos oligarcas. “[...] os mestiços[...] os preconceitos são inflexíveis para com eles e os condicionam a subalternidade humilhante”(p. 168). Como visto, trata-se de imposição de cariz racista. vol. 27, Conselho Editorial, 2005 (Edições do Senado Federal). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000067.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

¹²⁷ O Estado de Compromisso é visto como a possibilidade de compreender a revolução como resultante da questão política do regionalismo. Assim, como nenhum dos grupos que participaram do movimento oferecia legitimidade ao Estado, abriu-se um vazio de poder, exigindo um compromisso entre as várias frações de classe e "aqueles que controlam as funções do governo", sem vínculos de representação direta. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.113.

Constituições (1934 e 1937) foram promulgadas, com intensa articulação e disputa política travada entre o governo e os grupos que compunham a Constituinte de 1934¹²⁸, espelhando mudanças nos campos sociais, político e econômico do país. A discussão girou em torno de quatro pontos estratégicos, “representação profissional, conselhos técnicos, nacionalismo e regionalismo”, espelhando em mudanças nos campos social, político e econômico do país, afirmava Souza (1983, p. 68).¹²⁹

Disso resultou um programa reformista, em torno da justiça social como estratégia para atenuar as diferenças sociais existentes na sociedade brasileira e conter o excessivo poder das elites dominantes, “[...] expandindo os direitos civis e políticos para novos segmentos da sociedade” (DINIZ, 1999, p. 22). A introdução do voto secreto, a garantia do voto para as mulheres, além da criação do novo Código eleitoral, com a introdução de novos eleitores e o combate à fraude eleitoral, afirma Diniz (1999). Ressalta-se aqui, entre as garantias constitucionais, a criação da Justiça do Trabalho¹³⁰, vinculada ao Poder Executivo. De certo modo, a subordinação à presidência da República comprometia a autonomia da Justiça do Trabalho, mas atendia à lógica corporativista introduzida pelo governo Vargas.

Um dia após a aprovação da nova Constituição, Getúlio Vargas foi indiretamente eleito,¹³¹ pelos membros da Assembleia Constituinte, em sua maioria seus aliados, que lhe garantiram um mandato de mais quatro anos. Nessa empreitada, outro apoio decisivo a Vargas veio de seus ministros e dos interventores estaduais, que receberam da Constituição a prerrogativa de candidatarem ao “[...] cargo de governador, eleito de forma indireta pelas respectivas constituintes estaduais” (PANDOLFI e GRYSZPAN, 1997, p. 19). Que, aliás, houve interferência de Vargas, interessado em alguns casos, deslocar o grupo¹³² que estava no poder. Pandolfi e Grynszpan (1997, p. 21), chamam a atenção para o fato, pois foi “[...] outro

¹²⁸ Para PANDOLFI e GRYSZPAN (1997, p. 3) “[...] A grande questão que organizou o debate constituinte foi o confronto entre regionalismo e centralização política [...] neste particular as bancadas do Norte-Nordeste do país se contrapunham às do Centro-Sul”. In: *Da revolução de 30 ao Golpe de 1937: a deputação das elites*. Revista de Sociologia e Política. UFPR, 1997, n. 9, p. 7-23.

¹²⁹ Ver: SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e Partidos e Políticos no Brasil (1930- 1964)*. 2. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1983

¹³⁰ Segundo Nunes (2010), tal entidade juntamente com o Ministério do Trabalho, institutos de previdências social e posteriormente a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reproduziram as práticas corporativistas garantidas por provisões legais.

¹³¹ Em 17 de julho Vargas obteve 175 votos contra 71 dados aos demais candidatos, assim distribuídos: Borges Medeiros 59, Góis Monteiro 4, Protógenes Guimarães 2, Raul Fernandes 1, Artur Bernardes-1, Afrânio de Melo Franco 1, Oscar Weinschenck 1, Paim Filho 1 e Levi Carneiro 1 (PANDOLFI e GRYSZPAN, 1997, p. 18).

¹³² A interferência de Vargas provocou resistências em antigos interventores, não dispostos a abrir mão dos seus cargos, desencadeando conflitos no Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e estado do Rio de Janeiro.

momento fundamental de rotatividade das elites: em apenas nove dos 20 estados da federação os interventores foram reconduzidos ao poder”, entre os quais, Pedro Ludovico Teixeira.¹³³

Consolidada a indicação, Vargas apresenta-se como chefe de um governo comprometido com o projeto liberal-democrático, validado pela Carta ao consagrar “[...] os princípios liberais embutidos no movimento de 1930” (DINIZ, 1999, p. 23); ao mesmo tempo, a Constituição garantia maiores poderes ao poder executivo, sistema de representação corporativa.¹³⁴ Sob o viés nacionalista, Levy (1994, p. 242),¹³⁵ ressalta o poder regulador da Constituição de 34, no sentido de “estabelecer limites à atuação das empresas estrangeiras e, conseqüentemente, engendrou novos esquemas de aliança”.

Foram tensos os anos que seguiram, com radicalização do clima político, com medidas de reforço a centralização política nas mãos de Vargas, de braços dados com a violência e a repressão policial, em especial aos comunistas, aos sindicatos e aos operários. Diante da resistência de setores civis e militares à continuidade no poder, Vargas soube articular base de apoio, reunindo importantes lideranças políticas e militares oligarquias estaduais, classe produtoras, igreja e integralistas e o exército, em defesa da sua continuidade no poder, reconhece Carone (1976). Os apoiadores projetaram na continuidade e em suas reformas, a possibilidade da efetivação de antigas demandas. Góes Monteiro,¹³⁶ expressão do pensamento militar nacionalista autoritário, se mostrava favorável às reformas das instituições, inclusive as militares, a defesa do Estado centralizador, com fortalecimento da autoridade do governante, da implantação de indústrias nacionais de base e autonomia na exploração das riquezas nacionais,¹³⁷ em especial o petróleo, vistas por ele como essenciais para construir a autonomia e a segurança da nação. A intenção do general Góis Monteiro era construir um Exército forte, unificado, imune a política, além de um programa

¹³³ Armando de Sales Oliveira (SP), Flores da Cunha (RS), Benedito Valadares (MG), Juraci Magalhães (BA) e mais, Carlos de Lima Cavalcanti (PE), Manuel Ribas (PR), Punaro Bley (ES) e Osman Loureiro de Farias (AL).

¹³⁴ A Assembleia Constituinte foi composta por 40 representantes de sindicatos, além dos 214 parlamentares –, bases de uma legislação trabalhista, além do alargamento do poder intervencionista do Estado, em especial, na ordem econômica e social (DINIZ, 1999)

¹³⁵ Ver: LEVY. Maria Bárbara. A perda de hegemonia industrial do Rio de Janeiro e o surgimento das estatais. In: _____ *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ. 1994. p. 235-277.

¹³⁶ Ver: Sergio, M. A. A doutrina Goés: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PADOLFI, Dulce C. (org) In: PANDOLFI, Dulce C. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 291-308. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/142.pdf> Acesso em: 4 mar. 2014

¹³⁷ Os recursos minerais brasileiros foram alvos de tensas disputas, os nacionalistas queriam dispor desses recursos para construir um parque siderúrgico nacional. Os liberais favoráveis à exportação dos minérios.

[...] econômico industrialista e desenvolvimentista, condição de um exército profissional e independente em face dos partidos políticos, base, por sua vez, do Estado autoritário e do governo forte num país que a democracia, no entender dele (Góes Monteiro), não tinha condições de ser exercida, permeada como estava pelo nepotismo, o parasitismo, as falcatruas, as fraudes e a corrupção (MARTINS, 2002, p. 259).

Com isso, Góes Monteiro articulava com Vargas e seus aliados a construção de uma atmosfera favorável ao Golpe de Estado, com eliminação das resistências nos meios civis e militares – à continuidade de Getúlio Vargas no poder. Sob o impacto da eclosão de várias greves, o Congresso vai responder com aprovação da Lei de Segurança Nacional (abril de 1935), com supressão de diversas franquias democráticas.¹³⁸ O desfecho final, posteriormente ao levante armado conduzido pelos comunistas em 1935, foi à divulgação, pelo Estado-Maior do Exército, do forjado Plano Cohen,¹³⁹ dando conta de suposta investida comunista para tomada do poder. Estava posto aí a justificativa do governo para solicitar ao congresso o retorno do Estado de Guerra.

O Golpe foi concretizado e a ditadura instalada com apoio de quase todos:

[...] bafejada pelo Estado, subsidiada pela burguesia e pelo latifúndio, apreciada pelo imperialismo, ajustada às congêneres estrangeira que lhe haviam servido de modelo [...] tentando aqui imitar as proezas de seus modelos externos fascista e nazista (SODRÉ, 2010, p. 342).

O alargamento da repressão imposta pelo governo Vargas atingia o clímax na criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.¹⁴⁰ Naquela conjuntura o órgão atuava em todo o país gozando das prerrogativas necessárias para prender, afastar e perseguir quem quer que seja, sobretudo funcionário público. A ditadura conquistada por Vargas usufruía de todo o poder que o estado autoritário dispunha.

Assim, sob a égide do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas assumiu a face autoritária do governo, na condição de um ditador guiado pela nova Constituição outorgada,

¹³⁸ PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN, Mario. *Da revolução de 30 ao Golpe de 1937: a deputação das elites*. Revista de Sociologia e Política. UFPR, 1997, n. 9, p. 7-23.

¹³⁹ Divulgado em setembro de 1937 pelo governo varguista, o documento atribuído a Internacional comunista, relatava suposto plano para tomada do poder pelos comunistas. Posteriormente, foi confirmado que o mesmo não passou de uma ilação com objetivo de justificar o golpe e a implantação da ditadura do estadonovista (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>> Acesso em: 25 abr. 2013

¹⁴⁰ Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outros em atos e crimes contra as instituições políticas e sociais. O atestado de ideologia passou a ser exigido para todos os que exercessem cargos públicos e sindicais. Instituiu-se o Tribunal de Segurança Nacional para julgar os acusados de envolvimento com a revolta de 1935. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica>
O anticomunismo tratou-se de uma ação internacional. Ver: CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI Dulce C. (organizadora). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 309-326. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf, p. 309-326. Acesso em: 27 mai. 2013.

construída por Francisco Campos.¹⁴¹ Sob o ponto de vista de experiência governativa, vêm daí significativas mudanças implementadas, sempre associadas ao executivo forte, centralizador, contrapondo-se ao legislativo, associado ao atraso, à barganha, a troca de favores, aos interesses particularistas. Para Amaral (2002)¹⁴² o Estado corporativista seria a tradução do governo forte e centralizador, capaz de responder as reais necessidades da população, e de unificar e superar as barreiras intra-estaduais.

Do ponto de vista econômico, a atuação varguista é um marco que se pode acompanhar com o crescimento do setor de bens de capital, como a siderurgia, a metalurgia, com avanços significativos tanto para o processo de industrialização como para o conjunto da economia nacional. Sob a ótica política, Nelson Werneck Sodré assim trata aquela conjuntura:

[...] nunca o Brasil conheceu época tão vesânica, tão obscurantista, tão violenta. Nenhum direito permaneceu de pé, nenhuma liberdade foi poupada. O Legislativo foi cedendo, a pouco e pouco, dócil à pressão desencadeada em verdadeira fúria, a todas as medidas que lhe foram pedidas ou impostas. As poucas e raras vozes de protesto foram caladas pelo arbítrio; as imunidades parlamentares foram violadas ostensivamente (SODRÉ 2010, p. 336).

Para Carone (1976), o Golpe de Estado foi o desfecho de um processo maior, deflagrado em 1935. No seu entendimento, o impacto do Golpe foi relativo, ao considerar que o operariado e a classe média – ou a maioria da população – vivia sob constante repressão. De todo modo, o autor reconhece que Vargas mostrava mais uma vez que tinha a maioria das forças políticas e militares ao seu lado. O impacto maior foi sentido nas classes dirigentes, as oposições oligárquicas e os tenentistas. O Estado Novo legitimou e intensificou a repressão, silenciando a oposição, os movimentos populares, os sindicatos, além de respaldar “[...] uma tradição que começava a fincar pilares na cultura brasileira: a de um Estado forte, centralizado, intervencionista, que esvaziaria os poderes regionais e locais das elites oligárquicas” (SILVA, 2007, p. 313). Tais métodos e processos, associados aos arranjos institucionais, e as metas ajustadas às necessidades daquela conjuntura são acompanhados por um grupo muito peculiar àquele momento político:

¹⁴¹ Exponente do pensamento autoritário consolidou-se como um dos mais importantes ideólogos da direita brasileira, com posicionamento antiliberal e amplamente favorável à ditadura como o regime político ideal à sociedade de massas, que então se configurava no país (CPDOV/FGV). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/francisco_campos.

¹⁴² Ele foi um crítico ao sistema liberal-democrático, no seu entendimento o despreparo da população no exercício do voto e do poder econômico reinante nos estados, desacreditava a representatividade resultante. “[...] A prática do sufrágio universal e da eleição direta no Brasil fornece realmente assunto mais adequado a servir de matéria prima ao humorista, que ao estudo sério do historiador”. AMARAL, A. O Estado autoritário e a realidade Nacional. 2002 (eBooksBrasil.org.) Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html> Acesso em: 27 jan. 2014.

[...] foram assim os militares se consolidando, durante o Estado Novo, como atores políticos assumindo a garantia da base social das elites tradicionais, e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente (TORRES, 2009, p. 38).

O Estado, nessas condições, vai se organizando, como interprete da vontade nacional, imbuído em atender as necessidades coletivas, guiado pelo nacionalismo, apregoando o desenvolvimento econômico, o crescimento industrial, o fortalecimento das Forças Armadas e da defesa nacional, e o apelo em favor do poder público sobrepondo-se aos interesses particularistas, todos cooperando de forma harmônica para o desenvolvimento do país.

2.2 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS, INSTABILIDADE POLÍTICA E DISPUTA DE PODER

As mudanças institucionais experimentadas pelo Brasil no período 1930-1945¹⁴³ ocorreram em uma conjuntura turbulenta, de conflitos e instabilidade política, pela entrada em cena de novas forças políticas, com diferentes propostas e projetos políticos para o país. Não se pode perder de vista que a crise socioeconômica e política do limiar dos anos vinte deixou rastros de destruição. A uma oligarquia dissidente, contrariada com a decadência da agroexportação e com o sistema federativo, juntam-se as insatisfações do movimento operário e das camadas médias urbanas, contagiadas pelo furor da rebelião dos jovens militares. Isso exigiu ajustes, negociações e resoluções políticas que conduziram, posteriormente, ao Estado corporativista. Diante das forças políticas em conflito e dos arranjos políticos postos, foi necessário repensar a relação entre União, estados e municípios, no entanto sem chegar a um pacto federativo. Dessa maneira, as disputas e os conflitos de interesses foram acomodados, guiados pelo centralismo, legitimando o poder da união e seu projeto de construção nacional.

Para Sodré (2010), no quadro de instabilidade política após a Revolução de 1930,

[...] desaguaram componentes e afluentes diversos: se, antes, fora muito difícil assegurar um mínimo de unidade da ampla frente que luta pela derrocada da situação vigente, agora, depois do triunfo, as dificuldades cresceriam extraordinariamente (p. 315).

¹⁴³ Nunes (2010) pontua quatro elementos que mudaram a face do país neste interregno: 1- intervenção estatal na economia; 2- centralização política, reforma administrativa, racionalização e modernização do aparelho do Estado; 3- redefinição do relacionamento entre oligarquia local e estadual; 4- incorporação do trabalho nos moldes corporativos.

As forças políticas se dividiam entre defensores das reformas mais amplas, com transformações sociais – classe média, trabalhadores, mocidade militar e aqueles “desejosos de assegurar o mínimo de alterações” (SODRÉ, 2010, p. 315), os vinculadas à burguesia industrial, comercial e financeira e às oligarquias estaduais. Todos, na disputa política por maior espaço e influência no governo, entretanto, sem nenhuma força sobressair as demais.

O acirramento das críticas ao liberalismo fortaleceu a ideia do Estado atuando como mola propulsora do processo de modernização, intrinsecamente ligado à industrialização, à defesa do nacionalismo, da centralização e do corporativismo, capaz de manter a ordem e a unidade nacional e de assegurar as condições necessárias para o progresso do país, a ser conduzido por uma burocracia técnica e suas estruturas, ministérios, conselhos, comissões. Processo idealizado por intelectuais vinculados ao pensamento nacional corporativista¹⁴⁴ e à nova correlação de forças que se apoderou do Estado no pós-1930. Suas ações estavam direcionadas para a valorização dos ideais corporativos, em substituição aos ideais do liberalismo econômico.

Uma burguesia espelhada em frações de classe, em que a industrial preservava o ranço mercantil, dava mostras da sua impossibilidade de conduzir o processo de industrialização brasileiro, sem a intervenção do Estado. Sob essa orientação, emerge uma “[...] classe empresarial atrelada aos favores do Estado” (DINIZ, 1999, p. 29), com desencadeamento de uma série de medidas intervencionistas, sob a égide do governo Vargas, na busca por construir uma estrutura econômica voltada para o mercado interno. Isso se traduz na organização institucional, na racionalização do processo administrativo, na organização da infraestrutura necessária para alavancar o processo industrial e, conseqüentemente, a organização do capitalismo industrial, enfim, o Estado como indutor e planejador da economia.¹⁴⁵

Para Diniz, no período, 1930-40, “[...] são lançados os pressupostos, as bases, e os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômica e social”, consolidada mais adiante no governo de Juscelino Kubitschek, (1999. p. 24). No entendimento de Draibe (1985), trata-se de um processo de transformação continuada; ao mesmo tempo, tanto se articulou a construção da estrutura econômico-industrial como se

¹⁴⁴ Os ideólogos da visão de mundo estadonovista, sustentados no pensamento nacional corporativista, Alberto Torres, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, críticos do liberalismo, do modelo político da Primeira República. Resguardadas as diferenças, foram defensores da submissão da vontade das massas ao comando de um chefe, líder, no caso Getúlio Vargas. O nacional corporativismo é posto para a sociedade como algo positivo capaz de garantir o bem comum, de gerar segurança, diante de suposto inimigo.

¹⁴⁵ Para Azevedo Amaral, traduzia o Estado Autoritário, o Estado Moderno. Ver: MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil – 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 69.

formaram e se diferenciaram as classes sociais e as estruturas políticas do próprio Estado. Para isso, houve grande mobilização. Foi por meio da interlocução de Roberto Simonsen¹⁴⁶ – um quadro central da burguesia industrial – que os industrialistas se aproximaram do governo Vargas, com defesa intransigente da classe, na consolidação do progresso e da modernização do país, assim como na direção política do processo econômico. Sugerem demandas específicas, como a intervenção do Estado no sentido de estimular e amparar a produção em ambiente de harmonia, minimizando os conflitos sociais; ou seja, para a burguesia industrial, o Estado deve proteger o trabalho, sem, contudo, adotar leis sociais que pudessem comprometer a produção. A burguesia industrial se afirmou no cenário econômico e político, atuando como grupo de pressão na construção de uma sociedade urbano-industrial e na consolidação do capitalismo industrial no Brasil. Entretanto, não apenas a burguesia reivindicava a industrialização. As Forças Armadas também tinha interesse no processo de industrialização, viam nele um fator de independência, e necessário à segurança nacional, com a instalação de indústria de base para o fortalecimento da economia. Os militares propunham, entre outras, a criação de uma indústria do aço e do Conselho Nacional de Petróleo.

Para tanto, o Estado buscou se firmar e definir sua atuação, tensionada pelo avanço da industrialização, do aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais; na outra ponta, a classe trabalhadora em crescimento, submetida a condições aviltantes de existência e de trabalho, intensificava os movimentos reivindicatórios, exigindo respostas do Estado às suas demandas, que se encontravam além das propostas dos grupos oligárquicos, da burguesia emergente e da classe média, dando mostras de que “[...] a questão social nesse período precisava ser enfrentada de forma mais sofisticada, transformando-se em questão política e não de polícia” (BRAVO, 2006, p. 26), a ser enfrentada e resolvida pelo Estado. A resposta veio pela política social.¹⁴⁷

Dessa maneira são reforçadas as desigualdades sociais, e as políticas sociais não são concebidas como direitos, mas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a *ideologia do favor*, caracterizada por formas paternalistas e clientelistas de relações, aliadas a

¹⁴⁶ A obra de Maza (2004) é referência central sobre a trajetória desse dirigente da burguesia industrial.

¹⁴⁷ Conforme Netto (2001, p. 31), a expressão política social é usada para designar o conjunto das políticas sociais e também para referir-se a uma política setorial. “[...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho”. Ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social”; sistema de previdência social (aposentadoria e pensões). Trata-se de intervenção contínua, sistemática e estratégica. É por meio das políticas sociais que o Estado, funcional ao capitalismo responde às pressões dos segmentos afetados pelas várias expressões da questão social (saúde, habitação, educação, renda, emprego, etc.), assim, a ênfase das políticas sociais recai sobre uma expressão ou expressões da questão social. NETTO, José Paulo. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios. In: Capitalismo monopolista e serviço social. 3 ed. Ampliada, São Paulo: Cortez, 2001.

um modo de atendimento, por parte do Estado, orientado pela benesse e a filantropia. Entretanto, pela maneira artilosa como o processo foi articulado, o Estado garantiu a adesão dos trabalhadores, da classe média, dos grupos dominantes e dos proprietários do capital. Com tais objetivos, o governo getulista agregava medidas de centralização administrativa, que corroboram no aumento da produção, criando meios para a expansão e a acumulação capitalista. Por sua vez, aponta Warlich (1983), o esforço de Vargas atingia o fortalecimento da organização administrativa federal e a adoção de medidas de racionalização na administração visando maior economia e eficiência.

Aos poucos o Estado vai assumindo a face corporativista,¹⁴⁸ trazendo para seu interior as contradições econômicas e sociais do crescimento capitalista, tentando fazer a mediação para acomodar as divergências das forças dominantes e as reivindicações da classe trabalhadora, em torno da paz social, do desenvolvimento, da colaboração entre as classes, capazes de garantir os meios necessários à expansão e à acumulação capitalista.¹⁴⁹ O debate corporativista foi apropriado pela Constituição de 1934, que prevê representação classista no Congresso. Contudo, nitidamente, o projeto corporativo do Estado reforçava os campos opostos entre a burguesia e a classe trabalhadora e sua impossibilidade de colaboração, até pela própria dinâmica capitalista, embora tal conflito fosse inexistente no entendimento de Vargas. Aos primeiros, é garantida a interlocução permanente junto aos canais de circulação de poder político e controle da máquina estatal, ou seja, são partícipes do processo de modernização. Em relação à classe trabalhadora, todas as intervenções do Estado foram direcionadas para obscurecer a subordinação do trabalho ao capital. Ou seja, a política era dirigir, sempre que possível e reprimir, quando necessário.

Em outras palavras, isso fica explícito e se materializa na própria resposta do Estado ao enfrentamento das demandas, com claro objetivo do aperfeiçoamento das Condições Gerais de Produção (CGP), categoria utilizada por João Bernardo para designar as condições necessárias e indispensáveis à organização geral e ao progresso do capitalismo. Isso se deve ao seu caráter integrador da produção capitalista, de grande amplitude por envolver

¹⁴⁸ Nunes (2010, p. 61-2) diz que o corporativismo “[...] é uma maneira de lidar com as incertezas geradas no mercado”. No Brasil “[...] o corporativismo foi utilizado como tentativa de controlar e organizar as classes inferiores através de sua incorporação ao sistema. [...] destinava-se também a disciplinar a burguesia. Mas algo diferente aconteceu nos anos iniciais da implantação dos regulamentos corporativos: através da legislação corporativa as elites no poder seduziram as classes inferiores com as vantagens da integração. Esta integração abrangeu largas parcelas da população de uma forma semi-universalista muito peculiar: as regras para a integração – e os meios para tal – são formulados em termos legais e universais, aplicáveis a todas as relações na esfera da produção”.

¹⁴⁹ Sobre a questão consultar, Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed, Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

diversas áreas, que articulam infraestrutura material, tecnológica, sanitária, social, cultural, e também como mecanismos de repressão das lutas sociais, com legislação para atuar no controle e disciplinarização da força de trabalho, com vistas a atender às necessidades de organização da produção.

2.3 INTERVENCIONISMO ESTATAL, GESTORES, CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO: OS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL.

As Condições Gerais de Produção não devem ser pensadas somente como infraestrutura, mas conectadas ao vasto campo tecnológico, em que “[...] as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade”, assevera João Bernardo (2009, p. 212).

Nesta assertiva, as CGP compreendem um vasto campo de atuação para responder às necessidades do capitalismo. As Condições Gerais de Produção (CGP)¹⁵⁰ são de grande amplitude por envolverem diversas áreas para cumprir sua programática. É nesse sentido que busco aproximá-las das práticas institucionais adotadas por Getúlio Vargas, Pedro Ludovico Teixeira e Mauro Borges Teixeira.

É nessa processualidade ampla e complexa que se insere a classe dos gestores. Na premissa bernardiana (2009, 1998, 1986, 1979), os gestores/tecnocratas constituem uma classe, com base na posição que ocupam no processo de produção do capital. No entendimento de João Bernardo, o capitalismo fundamenta-se em três classes: o proletariado (força de trabalho, incluindo trabalhadores e não assalariados); a classe capitalista, a

¹⁵⁰ Para efeito deste trabalho são consideradas: **Condições gerais de reprodução da força de trabalho:** destinadas à formação de novas gerações de trabalhadores (creches e estabelecimentos de ensino); garantia da existência das famílias dos trabalhadores (infraestrutura sanitária, hospitalar, urbanismo);

Condições gerais de realização da exploração: são aquelas necessárias ao processo de produção da mais-valia, ou seja, retirar dos trabalhadores a autonomia de reproduzir e formar a força de trabalho que seja despossuída do produto criado (urbanismo e instituições de repressão).

Condições gerais da operatividade: necessárias para que o processo de trabalho, enquanto processo de exploração aconteça materialmente (centros de pesquisas, captação, veiculação e armazenamento de informações destinadas ao controle dos mecanismos de decisão);

Condições gerais da operacionalidade das unidades de produção: são as infraestruturas de redes de produção e distribuição de energia, as redes de transportes; sistema de fornecimento de água e esgoto, coleta de lixo, criação/preparação/instalação física do processo de produção.

Condições gerais da operatividade do mercado (sistema de veiculação de informações para garantir a relação entre produtores e consumidores; redes de transportes, sistema de armazenagem);

Condições gerais da realização social do mercado (a publicidade como estratégia para garantir o estímulo ao consumo de determinados bens ou produtos produzidos) (BERNARDO, 2009, 1998, 1979).

burguesia (proprietários privados jurídicos do capital); e os gestores (a tecnocracia, proprietários coletivos do capital).

Argumenta o autor que os gestores respondem pelo funcionamento das CGP do ponto de vista administrativo, econômico, cultural, tecnológico e são responsáveis pelo caráter unificado e planejado, porque a própria dinâmica capitalista impõe um processo contínuo e crescente de integração das empresas, na garantia da extração da mais-valia relativa, sem o quê, isoladamente, isso não processa. Os gestores atuam nas esferas pública e privada:

[...] Foi o advento das modernas empresas gigantescas que tornou implacável a necessidade do administrador profissional. A industrialização, as organizações econômicas que empregam milhares de trabalhadores, as holding companies, as grandes empresas públicas, como a PETROBRÁS, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Rêde Ferroviária Federal - para citar três exemplos domésticos – banalizaram, por assim dizer, o valor da capacidade administrativa (SILVA, 1968, p. 224).

Em relação à classe dos gestores, outro elemento é posto por Bruno (1986, p. 141), talvez para preencher possíveis lacunas e superar

[...] a ambigüidade do termo classe média, tão presente em nossa literatura sociológica, e utilizada para designar um vazio, um silêncio na teoria marxista das classes sociais, a prática social dos gestores no interior do modo capitalista de produção. Penso que toda essa discussão nos traz elementos teóricos importantes para o estudo do papel do estado na formação econômico-social brasileira.

No entendimento de Bruno (1986), é prevalente, na teoria marxista, o reconhecimento da existência de duas classes fundamentais no capitalismo: a operária e a burguesa. Provocativa, a autora contra-argumenta: se o operário produz a mais-valia e a classe burguesa atua em sua unidade particularizada, apropria-se dos meios de produção; esse processo vai prescindir da gestão do processo produtivo e econômico em geral, à medida que o capitalismo se desenvolve. A gestão desse processo traduz a prática dos gestores, atua para unificar os processos econômicos, planejar, promover a internacionalização, a fusão do político e do econômico, o caráter coletivo de propriedade.

“Os gestores existem como classe desde o início do capitalismo, e participaram decisivamente na gênese deste modo de produção” (BRUNO, 1986, p. 117). Naquela conjuntura, as práticas dos gestores eram dispersas em razão da própria desarticulação das unidades econômicas, o processo econômico não exigia uma integração mais ostensiva. Com isso, os gestores à margem da cena política e ideológica, não constituíam uma classe unificada.

Dessa forma, “[...] os gestores das administrações públicas exerciam suas atividades separadamente dos gestores das empresas”, afirma João Bernardo (1998, p.53)

Com o alargamento da expansão/concentração do capital, torna-se maior a necessidade de atuar enquanto classe unificada. O corporativismo pode ser considerado como fator que traduz a prática unificada. Decorre daí a legitimação do comportamento socialmente unificado dos gestores, direcionando as esferas pública, privada e a burocracia sindical como espaços de sua atuação. De mais a mais, conclui João Bernardo, “o corporativismo pode ser instaurado porque a classe dos gestores já estava intervindo unificadamente na vida social e política”, (1998, p. 53), garantindo “[...] todo o controle e a gestão da produção, a distribuição de riquezas” (BRUNO, 1986, p. 116), ao organizar o trabalho dos operários e a sua conversão em meros assalariados. Enquanto o salário do operário advém do valor social da sua força de trabalho, a dos gestores é proveniente de parte dos lucros dos patrões, fração do trabalho dos operários. Em outras palavras, a classe dos gestores, na prática se apropria da mais-valia. Afinal, “[...] por suas funções de organização, o patrão obtém uma renda que partilha com seus auxiliares” (TRAGTENBERG, 1981, p. 111).

Ora, mesmo os gestores não sendo diretamente proprietários dos meios de produção, mas devido ao seu modo de atuar, administrando e controlando o trabalho realizado pelos operários, eles criam as condições favoráveis ao domínio dessa classe para atender à lógica e à disciplina do capital. E, uma vez que o capital “[...] não é uma questão de propriedade formal, mas de eficácia no controle” (BERNARDO, 1986, p. 29), e se os gestores envolvem-se diretamente com os meios de produção, e os mecanismos desse controle são elementos essenciais na gestão capitalista do processo de trabalho, com efeito, quem participa da gestão, participa do capital – e, para João Bernardo, tais prerrogativas fazem dos gestores um dos proprietários do capital.

Colocado dessa forma, reforça a valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual. A massa de operários participa apenas no resultado do processo, assim, deve obedecer e cumprir com sua obrigação. Os tecnocratas, os gestores, são responsáveis pelo conhecimento do processo produtivo, da sua organização, da criação de estratégias necessárias ao controle daqueles que executam o trabalho, a fim de elevar o ritmo e garantir a extração da mais-valia relativa. É inequívoca sua associação aos fundamentos de Taylor.

Basta lembrar que o taylorismo¹⁵¹ busca apreender o processo de trabalho em si, o movimento exigido para o desempenho da atividade, assim, extrair o máximo da capacidade da força de trabalho. Para tanto, destaca João Bernardo (1998, p. 9), “[...] implica que o

¹⁵¹ Valemo-nos, para esta argumentação, de algumas ideias de: SILVA, Benedicto. *Taylor e Fayol*. Cadernos de Administração Pública. Administração geral. Nº 44, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

trabalhador seja despossuído do controle sobre os seus ritmos, o qual passa inteiramente” para a figura do gerente, do engenheiro de produção, do capataz, ou seja, cabe a estes o exercício do controle do tempo do trabalho alheio. Trata-se de romper com a resistência, fragmentar os trabalhadores, reduzir ao mínimo, o conhecimento operário, simplificando-o ao cumprimento de normas e regras. Ao agir assim, amplia-se o poder da gerência, reforça a transferência do saber para a esfera decisória, fortalece o comando hierarquizado e vertical. Em outras palavras, o objetivo do taylorismo é elevar a acumulação do capital por meio do aumento da produtividade, da extração da mais-valia relativa, da expropriação do saber-fazer operário, da separação entre trabalho manual e intelectual.

A história do capitalismo é a história da recuperação das lutas pelo sistema capitalista, observa João Bernardo (2009). Da prática dos gestores, obtém-se expansão do capital por meio do controle sobre as forças produtivas, sobretudo na produção da mais-valia, resultando no antagonismo entre a classe dos gestores e a classe operária. São referências empíricas em que baseia João Bernardo e corroboram a confrontação entre capital e trabalho, e orienta sua análise do processo de extorsão da mais-valia - sustentáculo capitalista -, ao mesmo tempo, das práticas operadas para sua obtenção, conduzidas pela articulação em âmbito mundial do Estado Amplo e do Estado Restrito, ao garantir as estratégias, os padrões e os meios de dominação necessários à lógica do capital. É importante ressaltar que o autor, na sua argumentação, toma como referência o Estado na esfera da produção.

Assim, conforme João Bernardo, para os gestores: “[...] o nível político é o Estado entendido como aparelho de poder das classes dominantes. Sob o ponto de vista dos trabalhadores, esse aparelho inclui as empresas” (2009, p. 217), onde opera um poder absoluto por parte do capitalista, ao lançar mão das normas, regras, controle, julgamento das falhas cometidas e aplicação das sanções disciplinares. São mecanismos alegados como necessários na garantia da produtividade, legitimando a figura do governante, legislador, polícia, carrasco ou juiz. Na sua exposição de motivos, João Bernardo refere-se a isso como o quarto poder. Atuando ao lado do poder político – civil e militar –, “[...] o poder de comandar e usar do trabalho alheio” (BERNARDO, 2009, p. 217).

O crescente processo de internacionalização da economia por meio dos grandes grupos econômicos, as privatizações do setor público, as terceirizações dos serviços, alteram a correlação de forças, transferindo para o Estado Amplo o poder de decisão. Assim procedendo, implica, para o Estado Restrito, garantir juridicamente os meios necessários para efetivação das decisões. Acrescenta-se, aí que, quanto mais se processa a integração da

economia, mais unificada é a classe dos gestores, mais significativa se torna sua atuação no Estado Amplo, e conseqüentemente, “[...] a crescente superação do Estado Restrito pelo Estado Amplo” (BERNARDO 1986, p. 113). Assim, ao alargar sua ação, “[...] atraem para sua órbita outras instituições que antes pertenciam ao Estado Clássico ou giravam em seu torno. É desta maneira que as administrações estatais se vão em número crescente autonomizando dos governos” (p. 112), cooptadas pelo Estado Amplo e levando a um arrefecimento do poder do Estado Restrito.

Como dito pelo mesmo autor, a supremacia do Estado Amplo é garantida exatamente com a crescente articulação das instituições econômicas e administrativas aos grandes grupos nacionais e multinacionais, e, ainda, na atuação dos sindicatos burocratizados,¹⁵² onde seus gestores, na prática, efetivam a disciplinarização e a organização da força de trabalho para atender à lógica do capitalismo – a extorsão da mais-valia dos trabalhadores, que, por sua vez, recupera o conteúdo das reivindicações. Com isso, há um esforço dos gestores desses sindicatos para manter os trabalhadores afastados da ação direta das lutas, conduzindo-os diretamente às negociações com os patrões, sem a mediação do Estado, voltando as costas para a legislação trabalhista. São negociações que podem garantir ligeiras melhorias para os trabalhadores, mas que não ocultam o processo crescente da miséria decorrente da gestão capitalista do processo de trabalho.

O Estado, comumente é visto como único, o clássico, associado aos poderes legislativo, executivo e judiciário, ou seja, o centro das decisões e do poder. Ele se mantém não apenas pela força, mas, pela coerção legal. O Estado¹⁵³ intervém de alguma maneira na sociedade, na economia, no mercado de capitais e de força do trabalho. O Estado compreende “[...] todo aparelho de poder efetivo do capitalismo” (BERNARDO, 1986, p. 113), que atua para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capitalismo, e para a reprodução ampliada do capital, garantia da conservação física da força de trabalho, ameaçada pela superexploração, uma vez que “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem” (NETTO, 2001, p. 26).

Esse Estado, João Bernardo denomina Restrito, poder público estatal que atua para garantir a implantação e a manutenção das CGP – principal campo de intervenção do

¹⁵² Sobre o papel dos sindicatos, da burocracia e dos gestores, a obra de João Bernardo (1987) é uma preciosa fonte de consulta.

¹⁵³ Para discussão desta questão: BERNARDO, João. *A silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

Estado – ou ainda, incentivando nesse sentido a iniciativa privada, subsidiando seus investimentos com fundos públicos, a fim de colocar em marcha o programa de modernização. Isso equivale a dizer que o Estado Restrito conduzia a economia e se ocupou dos meios necessários à integração das unidades econômicas em uma conjuntura marcada pelo grau de particularização e de isolamento recíproco, tendo em vista que, na fase inicial do capitalismo, as estratégias de extração da mais-valia não exigiam integração ostensiva das unidades de produção.

Com viés fortemente centralizador e intervencionista, o Estado varguista organiza as Condições Gerais de Produção, em busca do desenvolvimento nacional. Medidas de proteção e regulação da economia nacional foram implementadas nesse sentido. A proposta de redefinir a política econômica para atender a acumulação capitalista coincide com os primeiros esboços de planejamento no Brasil, associados à concepção do Estado indutor do desenvolvimento.

2.4 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS: PRIMEIROS PASSOS PARA A CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA

No Brasil da década de 1930, os gestores vão atuar na organização das finanças públicas, na definição dos investimentos a serem feitos, na condução do portentoso rol de órgãos e empresas estatais criados e direcionados para os setores de infraestrutura e bens intermediários básicos, assim como na estruturação da política social, sob pilares corporativistas, que asseguram benefícios à classe trabalhadora, contudo, usando do controle do Estado sobre a organização e mobilização sindical, com intuito de isolar a classe de sua vanguarda organizada. Ao agir assim, legitimavam a política social ao passo que atendiam as demandas da burguesia industrial. Desse modo, a política social, traduzida em legislação sindical e trabalhista, explicitava uma concepção corporativista e clientelista, reafirmando a *necessidade* de controle sobre a classe trabalhadora, para dar sustentação ao projeto de industrialização capitalista com a criação de um mínimo de direitos trabalhistas e sociais.

Cria-se, assim, em 1930, a justificação legitimadora desse controle, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Apresentado, segundo Iamamoto (2005. p.153) como “[...] *Ministério da Revolução, da modernização e da justiça social*”. Dentre outras medidas, decreta a *Lei dos dois terços*, tornando obrigatório cada empresa contar com essa

proporção de empregados brasileiros. Medida contra a liderança anarquista do movimento operário, vinculando sua mobilização a tumulto provocado por estrangeiros.

No papel, o MTIC deveria propor diretrizes para a política trabalhista, previdenciária e sindical; na prática, efetivou a racionalização do trabalho e o controle da classe operária dentro dos limites dos interesses da burguesia (agrária e urbana) e do Estado, formulando uma política de conciliação entre o capital x trabalho, com prevalência da lógica conciliatória e do esvaziamento dos conflitos. O Estado, desempenhando a função de regulação e arbitramento, e a organização sindical, o alvo e o instrumento dessa harmonia, ao promover a cooperação entre as duas classes – patrões e trabalhadores – e o Estado. Medidas como a criação do Sistema Previdenciário Nacional,¹⁵⁴ em que institutos separados atendiam a corporações específicas de trabalhadores urbanos, dão legitimidade ao modelo proposto (CARVALHO, 2002; VIANNA, 1978). O trabalhador pobre, sem vínculo formal de trabalho ou desempregado, era assistido por obras sociais e filantrópicas, mantidas por rede burocrática e clientelista, apoiadas e viabilizadas por iniciativas institucionalizadas em organizações sem fins lucrativos. Ao trabalhador com carteira assinada, seria assegurado acesso aos benefícios dessa legislação, configurando, para Santos (1987),¹⁵⁵ em *cidadania regulada*. Isso fez com que demandas históricas da classe trabalhadora, convertidas em políticas sociais, funcionassem como estratégias de interesse dos gestores e da burguesia para controle da força de trabalho, com o objetivo de atender à acumulação, configurando a expansão da subordinação do trabalho ao capital. Ao reconhecer a legitimidade da questão social, no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Varguista buscou enquadrá-la juridicamente, na tentativa de desmobilizar a classe operária e regular as tensões entre as classes sociais. Isso por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com instituição do salário mínimo, jornada diária de 8 horas de trabalho, de 44 horas semanais, férias remuneradas, Serviço de Alimentação de Previdência Social (SAPS), campanhas de sindicalização, sob o comando do Ministério do Trabalho, criação do imposto sindical. São medidas outras de viés controlador e paternalista, com objetivo claro de controlar os sindicatos e de impedir mobilizações *fora da ordem*.

¹⁵⁴ O sistema foi inspirado no modelo bismarckiano de seguro social via contrato, instituído na Alemanha entre 1883/1889. O objetivo de tal medida era exercer o controle das greves e dos movimentos operários, ao condicioná-lo a vinculação de contrato de trabalho. Assim, somente atendia pessoas empregadas, mediante prévia contribuição. VIEIRA, Evaldo A. *Os direitos e a política social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

¹⁵⁵ O Estado garantiu alguns direitos sociais, mediante preenchimento de requisitos, para determinadas categorias profissionais, com carteira de trabalho, ou seja, inseridos no mercado formal de trabalho. Assim Santos (1987) se refere à *cidadania regulada*. Funcionou como estratégia do Estado para dirimir os conflitos entre capital e trabalho.

Os sindicatos são esvaziados no sentido da organização e mobilização da luta por meio de crescentes serviços assistenciais. Desse modo, os movimentos autônomos são proibidos, porém, fortalecidas a sindicalização e a mobilização organizada de apoio às benesses outorgadas pelo Estado. Trata-se da proteção ao trabalhador almejando a harmonia social. O Estado, dessa maneira, coloca-se acima das classes e guardião dos interesses de todos e da harmonia social. Essa condição vai ser reforçada com a criação da Justiça do Trabalho, vinculada ao Poder Executivo, garantida na Constituição de 1934, para atuar na regulação das relações de trabalho e dirimir os conflitos entre patrões e operários. Em consequência, buscou, por meios de instrumentos legais, cercear qualquer manifestação operária, isolando os operários de sua vanguarda organizada na tentativa de cercear mobilização/ organização, que colocasse em risco a paz e a harmonia social. Toda a legislação pretendia o controle rigoroso das organizações dos trabalhadores, e a sua recusa como espaços de lutas. No mesmo sentido – de controle – foi garantida a presença dos operários na composição da justiça do trabalho, assim como dos patrões.

Não apenas isso. Para Iamamoto (2005. p. 240), os sindicatos são transformados em apêndices assistenciais, complementares à Previdência Social; financiados pela própria classe operária, via imposto sindical, usado para bancar a estrutura burocrática do sindicalismo oficial. Com isso “[...] solidifica-se e institucionaliza-se a figura do pelego, líder sindicalista comprometido com a burocracia do Ministério do Trabalho” e dócil ante o patronato. Na prática, o esforço desse projeto político em relação ao operariado significa:

[...] proteção ao trabalhador para obtenção da harmonia social. Justiça social e incentivo ao trabalho; ordem social e aumento da produção. Isto é, controle e subordinação do movimento operário e expansão da acumulação pela intensificação da exploração da força de trabalho (IAMAMOTO, 2005. p. 153).

Vê-se que da relação entre o Estado e os sindicatos são capturados novos ciclos curtos de mais-valia relativa pelo capital.¹⁵⁶ Isso porque esses ciclos estão associados às reivindicações imediatas dos operários, sem confrontar com as relações de produção; são incorporados por esses ciclos de mudança aparente do capitalismo, para depois reaparecem como mecanismos englobados numa dinâmica de aumento ampliado da exploração da força de trabalho.

Na perspectiva ora adotada, os investimentos do Estado foram decisivos no incremento da indústria de base, onde o capital privado era insuficiente, garantindo os meios exigidos ao desenvolvimento industrial brasileiro, mediante fornecimento dos insumos e dos

¹⁵⁶ Para análise sobre esse processo consultar: BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

maquinários necessários à produção das indústrias de bens de consumo. O governo Vargas se encarregou de realizar as CGP indispensáveis para deslanchar a industrialização no país, como a construção de estruturas para o transporte marítimo, aéreo e terrestre, facilitando o tráfego de insumos e mercadorias, algumas com apoio do capital externo,¹⁵⁷ com instalação de agências e órgãos que garantissem sua presença na vida econômica nacional, como: a Companhia Siderúrgica Nacional/CSN (1940) – símbolo do nacionalismo brasileiro; a Companhia Vale do Rio Doce (1942), atuando na extração de minérios; a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945); Fábrica Nacional de Motores (1943), fundamental para a produção siderúrgica e energética. São medidas econômicas de viés nacionalista, como a criação da CSN, que iniciou a construção da Usina de Volta Redonda com financiamentos norte-americanos. Assegurada pelo estreitamento das relações entre o Brasil e os EUA no ano de 1942, em plena guerra. Obtendo empréstimos para investir nas indústrias de base. Neste mesmo ano chegou ao Brasil uma Missão Técnica de apoio, que colaborou em projetos como a Companhia Vale do Rio Doce, que explorava e exportava minérios, e a Hidrelétrica de Paulo Afonso. Vargas cria também o Conselho Nacional do Petróleo que objetivava diminuir a dependência brasileira do combustível, controlando o refino e a distribuição.

Tratavam-se de órgãos estratégicos de fomento ao desenvolvimento: Conselho Nacional do Petróleo (garantir o monopólio do refinamento e da distribuição do combustível, tão necessário para o desenvolvimento dos transportes), o Conselho Federal de Comércio Exterior¹⁵⁸, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Os conselhos, sensíveis aos interesses econômicos, foram garantidos na Constituição de 1934, como órgãos de colaboração do Estado, criados para assessorar a condução política em várias áreas, lidar com as questões do planejamento, na tentativa de dirimir a influência clientelista, subsidiando e dando agilidade nas tomadas de decisões, na busca por creditar um caráter racional às práticas do governo, adequando-se às necessidades

¹⁵⁷ A colaboração entre o capital estrangeiro e o nacional esteve condicionada ao modo de influência que cada um exercia sobre determinado ramo industrial. As primeiras indústrias de produção em grande escala estavam vinculadas ao capital nacional. Após a Segunda Guerra, o capital estrangeiro deslocou diretamente o capital nacional para algum ramo, um exemplo é o farmacêutico. Em outros setores, tanto o capital estrangeiro quanto o nacional entraram na mesma indústria em regime de colaboração, sem competição, como ocorreu na mineração. É necessário destacar que o capital nacional manteve domínio nos setores onde foi pioneiro, sem conseguir introduzir-se nos ramos industriais onde o capital estrangeiro foi o pioneiro (LEVY, 1994).

¹⁵⁸ Criado em 1934, com competência técnica para estudar os problemas e propor soluções, sua função principal era formular políticas econômicas voltadas para a redução da dependência externa. Nesse sentido, pode ser considerado primeiro órgão governamental com perfil de planejamento (REZENDE, 2009).

daquela conjuntura. São traços da tecnocracia: a ênfase no planejamento, a centralização administrativa, a priorização da política econômica e o saber técnico, exigindo ações mais refinadas e precisas para garantir a coleta de informações, a sistematização dos dados, a análise dos problemas, a formulação de previsões e tomadas de decisões, o controle da execução e a avaliação dos resultados particulares e gerais dos planos, programas e projeto. Como visto, diante da importância assumida por tais órgãos naquela conjuntura, acabou-se por responder pela formação de muitos quadros da tecnocracia brasileira.

Demonstra, assim que a ampliação da participação do Estado na economia fortaleceu um contínuo acesso de gestores/tecnocratas,¹⁵⁹ junto aos órgãos de formulação, execução e controle da política econômica governamental, ou seja, a tecnocracia de posse das informações se faz apta à tomada de decisões, que estão além do conhecimento de um cidadão comum. São indícios que o poder de decisão encontra-se na esfera dos técnicos, pois a ideologia tecnocrática pressupõe exercício do poder de maneira imparcial ao supor que o saber técnico – científico constitui-se a única base de critérios e de métodos de decisão. Sem dúvida, toda essa estrutura envolvendo companhias, conselhos, órgãos, empresas aqui mencionados se tornaram ao longo do governo Vargas, espaços-chaves de atuação da classe dos gestores, na condução dos meios para assegurar a estruturação e expansão do capitalismo.

2.5 OS GESTORES E A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Com o varguismo traçaram-se estratégias que possibilitavam ações coordenadas e centralizadas dentro de uma lógica coerente, articulando autoritarismo político e modernização econômica, sob o manto do nacionalismo. De fato, com a revogação da Constituição de 1891, outra ordem político-jurídica institucional passava a vigorar o que garante uma reorganização administrativa liderada pelos gestores/tecnocratas, para dirimir a influência dos poderes locais. Disso resultou um sistema centralizado na esfera federal que se estendia aos estados e municípios por interventorias. Nomeados por Getúlio Vargas e, na maioria da sua confiança, asseguravam, o controle quase absoluto nos estados. Dessa condição institucional, decorreu-se a possibilidade da universalização dos procedimentos, do planejamento se sobrepondo às práticas antigas de administração pública, na base do imprevisto, do clientelismo, do patrimonialismo.

¹⁵⁹ Fundamentado em João Bernardo (2009), os conselheiros, assessores, técnicos, engenheiros, estatísticos e economistas, em razão da função exercida naquela conjuntura, aqui são identificados como gestores.

Sob a liderança de Luiz Simões Lopes (1937-1945), formulou-se a reestruturação dos padrões da administração pública, com introdução de normas e racionalização do taylorismo-fordismo, representado pela emergência dos gestores na tentativa de suplantar a influência das velhas oligarquias patrimonialistas e seu poder pessoal. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) atende a esse objetivo, ao garantir a inserção dos critérios de mérito e competência no recrutamento de funcionários para a administração pública. O Dasp¹⁶⁰ espelhava a parcela moderna dos gestores/tecnocratas, das classes médias e dos militares “tornando-se um agente crucial para a modernização da administração pública” (NUNES, 2010, p. 81). O papel do Dasp foi decisivo não tanto pela reforma que possa ter empreendido, mas, “[...] pela sua função na montagem da estrutura de poder burocrático: a de um cinto de transmissão entre o executivo federal e a política dos estados”.¹⁶¹ Criado para racionalizar a administração pública e o serviço público, subordinado à Presidência da República, aproveitando uma estrutura que lhe antecedia, substituiu o Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC). A criação do Dasp pelo Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, cumpre atendia determinação emanada da Constituição de 1937, que em seu art. 67 prevê:

[...] a organização de um departamento administrativo, vinculado à presidência da República, incumbido de fazer um estudo pormenorizado dos órgãos públicos a fim de determinar, do ponto de vista da economia e da eficiência, as modificações a serem feitas; elaborar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária federal, e fiscalizar a execução do orçamento (SILVA, 2006, p.86).

No decreto de criação foram acrescentadas outras atribuições ao Dasp:

Art.- [...] seleção e aperfeiçoamento de pessoal para o serviço público; definição dos padrões do material para uso nas repartições, e assessoramento do presidente da República no exame dos projetos de Lei encaminhados para sua apreciação (SILVA, 2006, p.860).

Tais atribuições, com ênfase no modelo de administração científica, reforça o poder delegado ao Dasp, a ser conduzido por gestores/tecnocratas, assessorando o presidente da República, promovendo novos padrões administrativos, com racionalização por meio da simplificação, padronização e aquisição racional de materiais, revisão das estruturas e aplicação de métodos na definição da universalização de procedimentos, introdução do sistema de mérito, concursos para acesso ao serviço público – no esforço de reduzir as

¹⁶⁰ Nunes (2010) argumenta que embora não tenha conseguido cumprir sua missão na totalidade, o DASP foi fundamental para a modernização do aparelho do Estado e para a reforma administrativa.

¹⁶¹ Ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1983, p. 86.

injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos cargos públicos – capacitação técnica, criação da carreira de técnico de administração para atender as exigências da reforma administrativa, além da organização do orçamento, classificação dos cargos do funcionalismo, dentre outras iniciativas. São elementos primordiais no processo de burocratização do Estado, colocado em marcha pelo governo varguista, e espelham fundamentações contidas na Teoria de Administração de Taylor¹⁶². Entretanto, a introdução do novo padrão administrativo esbarrou na continuidade das práticas clientelistas.

Ainda, conjugando esforços no sentido da centralização, criaram-se órgãos nos estados, conhecidos como *daspinho*; eram departamentos que, atuando no controle da administração pública, acompanhavam de perto o desenrolar das interventorias. Embora fosse da alçada do interventor a responsabilidade pelos decretos e leis estaduais, a validade de tais documentos estava condicionada à sanção do gestor do *daspinho*. “[...] Funcionava ao mesmo tempo como uma espécie de legislativo estadual e como corpo supervisor para o interventor e o Ministério da Justiça”.¹⁶³ Caso se opusesse, com dois terços dos seus votos era possível suspender a ação do interventor, submetendo-a ao parecer de Getúlio Vargas. Além disso, o *daspinho* assumia a responsabilidade de encaminhar os apelos contra o interventor ao Ministério da Justiça e, se necessário, ao Presidente da República. Portanto. Nota-se, pois, o peso político desempenhado por tais departamentos, muitas vezes sobrepondo-se ao poder do interventor.

Em face de todas essas atribuições, o Dasp dispunha de muitas informações dos órgãos do governo igualmente submetidos ao seu controle orçamentário, condição que lhe fortalecia politicamente. Com o Dasp, Simões Lopes gozava de prestígio e poder, mas, mantinha-se “fiel aos valores de propriedade privada e da livre iniciativa empresarial, como fatores insubstituíveis do desenvolvimento”. Diante das exigências daquela conjuntura e dos princípios propostos pelo governo, predominou na prática corporativista para a gestão pública (SILVA Apud OLIVEIRA, 2010, p. 1).

Com boas relações junto ao empresariado nacional, Simões Lopes aproximou-se dos empresários norte-americanos, inclusive colaborando na ampliação da participação deles no Brasil, ao presidir a Coordenação de Mobilização Econômica (1942), proposta pelo próprio Simões Lopes ao presidente Vargas, em razão da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A intenção era organizar a economia de guerra conforme os acordos de *Washington*,

¹⁶² Para análise mais detalhada do taylorismo consultar: SILVA, Benedicto. *Taylor e Fayol. Cadernos de Administração Pública. Administração geral. Nº 44*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

¹⁶³Ver: SOUZA (1983, p.96).

garantindo o fornecimento de matérias-primas e assegurando o financiamento norte-americano para projetos industriais no Brasil. Tal coordenação atuou no controle e supervisão de outros órgãos, empresas estatais e privadas, na perspectiva do planejamento integrado, assim fortalecendo a proposta do Estado de intervenção na economia.

A vinda da Comissão Cooke,¹⁶⁴ forneceu preciosas pistas para missões vindouras no Brasil, como a Missão John Abbink, em 1948, a Comissão Conjunta de Desenvolvimento Econômico Brasil Estados Unidos em 1953, e o Programa *Aliança para o Progresso* em 1961.¹⁶⁵ Os trabalho desenvolvido por missões compõe a história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Conforme mencionado anteriormente, até pela natureza do Dasp por concentrar muitas informações relativas aos órgãos do governo, e concordando com Oliveira (2010, p. 7), houve por parte dos Estados Unidos uma facilidade de acesso aos dados brasileiros, “[...] sem contar que os funcionários *daspeanos*¹⁶⁶ eram aperfeiçoados nos Estados Unidos, carregando em sua forma a ideologia norte-americana, e o forte conceito de padronização”.

No Brasil, a Missão Cooke desenvolveu, conjuntamente com a Comissão de Mobilização Econômica (CME), uma organização inédita da base de dados sobre a economia brasileira. Disso resultou em um diagnóstico sobre os limites e possibilidades do setor. Os resultados foram parcialmente divulgados, em uma análise produzida pelo industrialista Roberto Simonsen. Com riqueza de detalhes, tornou-se fonte de informações e análises sobre o processo econômico brasileiro.¹⁶⁷ O acesso às informações apenas reforçava a proximidade da burguesia industrial com o governo, e, em especial, com Simões Lopes.

¹⁶⁴ Instalou-se no Brasil durante 90 dias em 1942, em plena vigência do Estado Novo, com o objetivo de produzir, de imediato, um estudo dos problemas brasileiros, da capacidade de mão de obra, além de acompanhar a implantação da CSN. O relatório produzido foi enviado ao presidente estadunidense Roosevelt, em dezembro de 1942, e veio a público somente em 1948. A missão, pensada em termos econômicos, assumiu um caráter investigativo inominável, deixando o Brasil em condição de extrema vulnerabilidade. “[...] Considerando o período de permanência da missão no Brasil, constata-se que é impraticável para a reunião das informações que possibilitaram as sugestões no relatório. Essas informações já estavam praticamente reunidas, tendo em vista o esforço anteriormente empreendido por Vargas. [...] a Missão tinha objetivos de investigar e acompanhar a construção da indústria brasileira; fazer um levantamento dos minerais estratégicos existentes para o suprimento da guerra; investigar a capacidade de endividamento do Brasil, encontrar espaços para um mercado consumidor em crescente expansão; tirar proveito de novas situações e, principalmente esconder suas intenções da opinião pública brasileira” (OLIVEIRA, 2010).

¹⁶⁵ Considerando o plano internacional, os trabalhos ocorrem em conjunturas tensas: Missão Cooke ocorre na Segunda Guerra Mundial; Missão Abbink, conjuntura de Guerra Fria; Comissão Mista Brasil Estados Unidos, com a Guerra da Coréia; e o Programa *Aliança para o Progresso* Revolução Cubana.

¹⁶⁶ O intercâmbio, designados como “Missão de estudos no *estrangeiro*”, garantido pelo Decreto-Lei n. 776, de 7/10/1938, de autoria do próprio Luiz Simões Lopes. Ver: RABELO, Fernanda Lima. *O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos*: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol. 3, nº 26, dez. 2011.

¹⁶⁷ Dentro do panorama geral apresentado pela Missão Cooke, alguns pontos são extraídos por Simonsen: - o grande potencial dos recursos naturais brasileiros com capacidade de aumentar o poder de compra e elevar o

A trajetória de Luiz Simões Lopes junto ao aparato do Estado foi longa, de 1930 a 1993. Ao falar do serviço público, não está observando de cima, é parte dele, por isso ele descreve com clareza aquele cenário:

[...] como chefe de gabinete do ministro Miguel Calmon, tomei contato mais de perto com os grandes problemas que assaltavam a administração pública brasileira, com suas mazelas e deficiências. Surpreendeu-me o grau de desonestidade que havia em vários setores, inclusive no famoso Tribunal de Contas da União. [...] A situação da administração pública brasileira era, então, das mais lamentáveis, pois fora submetida durante largos anos a um regime eminentemente político, em que a escolha para os cargos públicos se fazia sob pressão dos políticos que apoiavam o governo e, regionalmente, dos cabos eleitorais. Era o triste sistema do pistolão, que os americanos batizaram de *spoil system*. [...] A administração tinha alcançado um nível tão baixo de eficiência, de credibilidade, de honorabilidade, de capacidade de responder às necessidades crescentes do povo brasileiro, que fazia necessário uma reforma profunda (LOPES Apud SILVA, 2006, p. 88).

Simões Lopes posicionava-se de maneira crítica à administração pública, apontando sistematicamente seus defeitos, “[...] as grandes deficiências da máquina estatal, que era emperrada, irracional, irresponsável e olhada com desprezo pelos brasileiros; incapaz enfim, de realizar os anseios dos revolucionários de 1930” (LOPES Apud SILVA, 2006, p. 77). Tanto assim, que Simões Lopes tomou como questão essencial reformar aquele cenário. A prioridade atribuída à profissionalização do serviço público demonstrava sua importância na modernização da burocracia, principalmente, como estratégia para superar as velhas práticas de gestão pública, herança patrimonialista que fragilizava a noção de bem público e comprometia o processo de construção nacional, no entendimento não só de Simões Lopes, mas também dos intelectuais vinculados ao nacional corporativismo.

A cultura técnica se insere no debate nacional já nos anos 1910 e 1920 do século XX, como proposta dos tecnocratas para contrapor o bacharelismo, uma alternativa para pensar e entender o Brasil.¹⁶⁸ Nesse sentido, conceber o moderno supunha pensar a nação. A preocupação em apontar soluções técnicas para os problemas políticos já se manifestava nos ensaios produzidos por Roberto Simonsen. Para ele, seria essencial a formação de uma elite

nível de vida da população;- a insuficiência de infraestrutura; - a postura equivocada da política de migração brasileira ao adotar leis restritivas, dentro de uma realidade carente de mão de obra especializada; - a debilidade da organização econômica brasileira ao não favorecer os investimentos estrangeiros nem estimular a mobilização de capitais nacionais para fins reprodutivos; - o excessivo processo de estatização brasileiro, em especial do setor de energia elétrica.

¹⁶⁸ A ação política dos intelectuais abarcava “[...] áreas como literatura, história, geografia, etnografia, sociologia, direito, arte, educação, folclore, música, teatro. Tais estudos responderam a questionamentos sobre o que era, sobretudo especial, o que deveria ser o Brasil, buscando fundamentação no conhecimento das raízes do processo de formação histórica do país para melhor orientação[...] que permitisse ultrapassar nossos males” (p. 186). Ver: GOMES, Ângela de Castro Gomes. *Azevedo Amaral e o século do corporativismo* de Michael Manoilescu no Brasil de Vargas. *Sociologia & Antropologia*. v. 02.04: 185-209, 2012, p. 185-209. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufri.br/pdfs/ano2-v2n4_artigo_angela-de-castro-gomes.pdf> Acesso em: 11 set. 2014.

dirigente centrada nos valores da ciência e da técnica,¹⁶⁹ pois pela técnica seria possível superar a administração carregada de paternalismo, de trocas de favores, do favoritismo e de influência das oligarquias. Nesse entendimento, a conjuntura vindoura deu elementos para os tecnocratas se inserirem no processo político, ao se engajarem no projeto de modernização pela via corporativa, tendo como base uma nova elite, de cultura técnico-científica, os quais se tornaram estratégicos na organização do capitalismo brasileiro e ao seu progresso. Roberto Simonsen a partir da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) participou ativamente dos projetos industrializantes, decisivos para transformação da estrutura economia do Brasil.

Pela cultura técnica, há um diálogo com os ideólogos do corporativismo estadonovista, Oliveira Vianna (1974), Azevedo Amaral (1981) e Francisco Campos (1940).¹⁷⁰ Com eles reforçavam-se a importância de construir um Estado forte, centralizado, de substituição das antigas elites por outras, de construção da identidade nacional, sem interferência externa, e apoio ao desenvolvimento centrado na ação estatal, no capital externo e na sedimentação da indústria.

Os ideólogos corporativistas “[...] concebia a política como uma opção técnica respaldada num ato de vontade. Sob um ponto de vista negativo, taxavam-na, porém de atividade de partidos e instituições representativas” que produziam desvios e incorreções no âmbito institucional. O conflito social era taxado por eles de irracionalidade. Por isso apregoavam a importância de um modelo político para dirimir o conflito social (GOULART, 1990, p, 103).

Para Azevedo Amaral (1981), sobretudo, era necessário e imprescindível, o sistema corporativo,¹⁷¹ de tal maneira que a atuação da classe responsável pela geração de riquezas fosse de cooperação com o Estado, e, de modo cordial, encaminharia suas reivindicações. Em reconhecimento, o Estado responderia com segurança e proteção para as todas as classes, o que demandaria articular cooperação e harmonia, na tentativa de cercar, de obscurecer as lutas de classe, utilizando-se da tecnocracia. Isso levaria, ainda, à

¹⁶⁹ A tríade burocratização/racionalização/centralização espelhou a valorização do saber técnico por meio da criação de diversos órgãos técnicos, conselhos consultivos, agências, institutos, onde se deu a centralização das demandas postas pela sociedade para dentro do próprio Estado, assim, na possibilidade de acomodar os conflitos. Ver: GOMES (2012); Nunes (2010); Amaral (1981).

¹⁷⁰ Em especial, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, suas reflexões traduzem as linhas interpretativas influentes de todo o governo Getúlio Vargas.

¹⁷¹ “[...] Sua aplicação imediata e evidente é que os partidos tornaram-se obsoleto como instrumento de organização e representação, desaparecendo, com eles, toda a possibilidade de organização democrática da vida política” Ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 54.

representação corporativa por meio dos Conselhos técnicos, robustecendo nos órgãos executivos do poder público, nos espaços técnicos da administração, nas questões práticas, com membros de diferentes setores, assim, os tecnocratas subsidiando as discussões e decisões. Atuando decisivamente no controle e organização das Condições Gerais de Produção, sua ação foi fundamental na organização e desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Sob tal perspectiva, os ideólogos assumiram o propósito de pensar o Brasil, estudar e entender sua realidade. O seu pensar, no entanto consistia em produzir um retrato do país consubstanciado na própria trajetória político-econômica e social, na tentativa de explicar a realidade brasileira, de modo a unir sua análise às pretensões de influência do grupo ao qual estavam vinculados. Desse modo, seus pensamentos encadeavam teorias racistas, fascistas e católicas sobre o desenvolvimento nacional.

Com participação significativa no governo varguista, os ideólogos se firmaram como expoentes da produção intelectual daquele conturbado contexto e tomaram para si a tarefa de criar a nação, modernizar o Brasil. Tudo sob o controle de um Estado forte, centralizador, guardião de uma sociedade benevolente e cordial. O Estado atuando como organizador das Condições Gerais de Produção capitalista. Para Amaral (1938), as condições fundamentais para assegurar o desenvolvimento do Brasil seria a industrialização, com criação de um mercado consumidor capaz de sustentar o desenvolvimento industrial e garantir a soberania nacional.

Modernizar dentro da ordem.¹⁷² Eles se identificavam com a “democracia autoritária” e com o modelo de Estado intervencionista e burocratizado, descartando a possibilidade da mobilização social, por julgar a população despreparada para definir sobre os rumos do país (AMARAL, 1938). Isso explicava a opção dos intelectuais corporativista por um modelo centralizado, que reforçasse o poder da esfera federal, com rejeição ao modelo representativo, de viés liberal democrático, sempre associado ao caos, a desordem, ao comunismo.¹⁷³ O liberalismo era rejeitado por Amaral (1938), visto como responsável pela prevalência das oligarquias, cujo domínio econômico favorecia o poder local, adepto da lógica do favor, da benesse, do clientelismo, com interferência no processo eleitoral. Daí, a necessidade de opor-se às formas tradicionais da política, de contrapor aos interesses políticos

¹⁷² Para Azevedo Amaral a industrialização era a chave da modernização.

¹⁷³ “[...] As monstruosas ideologias internacionalistas visam apenas enfraquecer a humanidade no homem para transformá-lo mais facilmente em anima de um rebanho miserável, tangido pela fome e pelo medo”, reflexão de Francisco Campos, captada por MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil – 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 22.

locais arraigados na herança patrimonialista, que colocavam em risco as transformações institucionais em curso e necessárias ao desenvolvimento do país.

Dessa forma, as mudanças sob controle do Estado forte e centralizado, afastava a instabilidade e a agitação política, gradativamente assumindo uma feição corporativa, buscava soluções técnicas para os problemas, trazendo para sua órbita os interesses divergentes provocados pelas contradições das forças dominantes e as demandas dos trabalhadores, em defesa da paz social e do desenvolvimento, tendo o bem público como fim último. Posto que a intervenção estatal na esfera econômica fosse exercida no sentido de coordenar e equilibrar os interesses privados, mas sem cercear ou reduzir as iniciativas e liberdades individuais.

2.6 A REVOLUÇÃO CHEGA A GOIÁS

A passagem dos anos trinta registra acontecimentos que mudaram o panorama político, econômico, social e cultural do estado de Goiás, com a chegada de Pedro Ludovico Teixeira ao poder, nomeado interventor por Getúlio Vargas para entre outras ações, exercer o controle das decisões relativas à ordem pública e à segurança no estado. Naquela conjuntura, ficava visível a preocupação em creditar um *tempo novo* a Goiás. Houve sempre o esforço de construir, em torno de Pedro Ludovico, a representação do moderno, do progresso; e do seu antecessor e adversário político, Antônio Ramos Caiado – Totó Caiado ou simplesmente Totó para os íntimos, *Soba*¹⁷⁴ para os inimigos –, a expressão do velho, do arcaico, do atraso. Assim, pelos anos afora, Pedro Ludovico se imortaliza como modelo de liderança política a ser seguido; e o seu oposto, os Caiados, um modelo, de inação.

Totó Caiado expressava “o homem cordial” de Sergio Buarque de Holanda,¹⁷⁵ “[...] e, atrás dele, a prepotência do oligarca,” na opinião de Moraes (2012, p. 134). Sobre Pedro Ludovico “[...] pesava a memória de desmandos e prática de jaguncismo,” no entendimento de Souza (1990, p. 51)

E são, por isso mesmo, Pedro Ludovico e Antônio Ramos Caiado¹⁷⁶

[...] embora representantes de tempos históricos diferentes eram ambos respaldados pela estrutura agrária dominada pelos coronéis de envelope e diploma. As dimensões dos dois líderes aproximavam-se [...] era quase idênticos (MORAES, 2012, p. 134).

¹⁷⁴O termo refere-se ao chefe de tribo ou régulo africano, bem como designa o indivíduo mandão, régulo, déspota, autocrata, ditador, cruel, carrasco, opressor, potentado, repressor.

¹⁷⁵ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Edição / 14ª Reimpressão. São Paulo: [Cia. das Letras](#), 2002, V capítulo.

¹⁷⁶ É importante observar que este embate se arrasta ao governo de Mauro Borges (1961-1964), sendo decisivo na sua deposição do governo em 1964, pelos militares golpistas e seus aliados civis.

De fato, Goiás registrava um cenário de muitas disputas políticas e contrastes. Um grande espaço geográfico, com baixa densidade demográfica, em sua maioria originária da zona rural. A pecuária consistia no setor mais dinâmico da economia goiana, embora empregasse menos que a agricultura. A comercialização do gado com outros estados representava a principal atividade econômica. Entre 1920 e 1929 essa atividade correspondeu a 27,69% da arrecadação total do estado e quase metade das exportações goianas.

A expansão dessa atividade, no início era um desafio, pelas condições gerais de produção daquela conjuntura. As estradas precárias, a maioria “[...] apenas carroçável; nos tempos de chuva, lamaceiros de difícil trânsito” (MORAES, 2012, p. 166). Predominavam como meios de transporte, o carro de boi, os cavalos, as mulas, as tropas conduzidas pelos tropeiros e excepcionalmente um veículo a vapor, de custo elevado e pouco acessível para a maioria da população. A comunicação, restrita ao telégrafo, disponível em algumas cidades goianas.

As peculiaridades das disputas políticas em Goiás centravam-se nos aspectos econômicos, no patamar das oligarquias. Entre os grupos oligárquicos, os Caiado, sob o comando de Antônio Ramos Caiado, vinculado ao Partido Democrata, ocupantes do poder e com controle nos cargos e postos públicos estaduais. Grandes proprietários de terras, em sua maioria provenientes de heranças, produtores do ramo da pecuária, com interesses ligados à capital, Cidade de Goiás.

A outra fração de classe, ao sul e ao sudoeste, ligada à agropecuária, grande produtora de arroz. Além da posição geográfica favorável, próxima ao eixo dinâmico nacional, via Triângulo Mineiro, a presença da estrada de ferro contribuía para dinamizar as relações comerciais com a região sul goiana, tanto que motivou a instalação de instituições bancárias no Triângulo Mineiro, para financiar as transações comerciais. A ampliação das relações comerciais assegurou sobressalente poder econômico à fração do sul, porém, do ponto de vista de representação política, o quadro mantinha-se inalterado, em favor dos Caiado.

Ceder espaço para a força econômica de outra região significava abrir mão da hegemonia política, algo inconcebível para o grupo dominante; o que motivou a oposição a estruturar-se na defesa dos seus interesses e contra o mandonismo caiadista. Um dos instrumentos utilizados para combater a oligarquia estadual foram os periódicos. Pedro Ludovico Teixeira soube utilizar dessa estratégia. Nascido na Cidade de Goiás, em 23 de outubro de 1891, ao concluir os estudos, Pedro Ludovico parte para o Rio de Janeiro. Lá se

graduou em medicina e, em 1916, retorna a Goiás para exercer a profissão de médico. Radicou-se em Rio Verde, tornou-se genro do coronel¹⁷⁷ Totonho Borges (Antonio Martins Borges) ao se casar com Gercina Borges, vinculando-se à oligarquia local. Comandava a gazeta *o Sertão*, mais adiante transformada em *O Sudoeste*, usada como estratégia contra a oligarquia dos Caiados à frente do Estado de Goiás e contra suas práticas, perseguições políticas, eleições fraudulentas, uso da violência, familiocracia. Características vinculadas à Primeira República e combatidas pelo movimento de 1930. Inúmeras foram as disputas travadas, Pereira (2006) destaca a falta de unidade entre as oposições goianas, o que ocorreu depois, dentro do plano maior, com a Aliança Liberal (AL), catalisando as forças diversas, e culminando nos acontecimentos de outubro, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional e, conseqüentemente, na troca do comando em Goiás.

2.7 O TEMPO NOVO EM GOIÁS: A ASCENSÃO DE PEDRO LUDOVICO AO PODER

A alternância do poder efetivou a saída da família Caiado e a entrada de outra, sob a liderança de Pedro Ludovico Teixeira. A mudança, concretizada por Getúlio Vargas em 27 de outubro de 1930, ao nomear a Junta Governativa composta de três membros: desembargador Francisco Emilio Povia, Juiz de Direito Mário D'Alencastro Caiado e o médico Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor três semanas depois (SILVEIRA, 2001; PALACÍN, 1989).

Não foi uma decisão fácil. Na disputa, Pedro Ludovico levou a melhor, ao sinalizar com a proposta de criação de nova capital¹⁷⁸ para o estado. Essa mudança significava um desdobramento da disputa política, na tentativa de aniquilar com o poder dos Caiado. Mudança mais política que econômica, portanto. Além disso, expressava um centro político capaz de alavancar a economia do sul e sudeste do estado. Para Getúlio, contudo, era imperiosa a criação de uma nova cidade/capital no planalto central, para cumprir o papel econômico (CAMPOS, 2009). Ora, imbuído dessa lógica e engajado com os interesses daquela conjuntura, Pedro Ludovico assume a condição de “[...] homem do sistema a ser implantado, era o representante preciso para as relações político-econômicas a serem dinamizadas. Assim Pedro Ludovico pegava o bonde da história” (CHAUL, 1999, p. 62).

¹⁷⁷ O título coronel é usado devido às práticas truculentas pautadas pelo uso da violência, da força.

¹⁷⁸ Para rastrear os acontecimentos envolvendo a mudança da capital, ver CHAUL. Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

Nomeado interventor,¹⁷⁹ o desafio foi garantir base política para governar e concretizar seus planos. Apostou na composição com grupos oposicionistas locais, na busca por um razoável *modus vivendi*. Até por que o governo central não entrava em “[...] conflito aberto com ela ou sequer acenasse com qualquer ameaça a seus interesses econômicos”. Nesse movimento, ele se firmava na disputa pelo comando da Revolução de Trinta em Goiás, ao passo que deixa no limbo os correligionários que ameaçam ofuscar sua liderança. Assim, caminhavam as interventorias, “a meio caminho entre identidade e a independência face aos grupos dominantes estaduais.” O elemento novo, “[...] que lhe confere caráter de inovação institucional”, foi ter sido implantado como um sistema, em todo o país, “como um instrumento de controle de cunha do poder central em cada estado” (SOUZA, 1983, p 89).

No poder, Pedro Ludovico assumia o discurso mudancista, estabelecendo como meta superar os entraves para o desenvolvimento de Goiás. Nessa esteira, a mudança da capital era a condição primeira para galgar o progresso, o desenvolvimento. A mudança se transformou na plataforma política do Partido Social Republicano (PSR).¹⁸⁰ Tais considerações foram expostas no relatório encaminhado por Pedro Ludovico, em 1933, ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. No documento, ele reforçava, ainda, a necessidade das CGP, com demandas essenciais por transporte, saúde pública, educação, exportação. Entre Vargas e Ludovico havia uma sintonia, identificada no projeto de centralização do poder, na estratégia de ocupação das regiões interioranas e no personalismo como forma de dominação política.

Logo no início do governo, predominaram as ações voltadas para acomodação do poder, com medidas administrativas e a formação de um quadro dirigente da sua confiança. Feitos os arranjos políticos e a distribuição dos cargos, juízes, coletores, fiscais, funcionários, os ocupantes do poder, voltariam todas as suas ofensivas contra os inimigos e as pessoas e forças que, presumidamente, de uma forma ou de outra, tivessem qualquer vinculação com os Caiado. Aos amigos, dispensavam proteção, “distribuíam favores, haja vista a distribuição de

¹⁷⁹ Diz Souza que “[...] O Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos estados e mesmo identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo *marginais* [grifo nosso], isto é, destituídos de maiores raízes partidárias; indivíduos em escassa biografia política ou que, se possuíam alguma, a fizeram até certo ponto fora das máquinas partidárias tradicionais no estados. Adhemar de Barros em São Paulo, Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro, Agamenom Magalhães em Pernambuco, Pedro Ludovico em Goiás, Nereu Ramos em Santa Catarina, Góes Monteiro em Alagoas, são exemplos típicos desta afirmação” (1983, p 87-88).

¹⁸⁰ Ludovico tomou parte ativa na criação do partido, que viria a preencher todas as cadeiras da representação goiana na Constituinte de 1934 (CPDOC). Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedro_ludovico. Acesso em: 21 fev.2014

cartórios, a identificação do estado com grupos dominantes. Vivia-se a consciência possível, a consciência política coletiva de um Brasil arcaico” (MORAES, 2012, p. 170).

Quanto a outras ações, em um primeiro momento o *tempo novo* seguiu como se fazia antes, quase nada ou pouca coisa. Um exemplo é a saúde. Com ausência de serviços nessa área. Os primeiros habitantes da nova capital em algum momento, “[...] tiveram como médico o próprio Pedro Ludovico, hábil pela vivência da medicina do sertão. Os recursos médicos continuavam a ter como suporte ao diagnóstico o quadro clínico do doente, o estetoscópio, a experiência e a intuição do médico” (MORAES, 2012, p. 173). Em relação aos alimentos disponibilizados para a venda, a carne era comercializada nos açougues e o abate feito clandestinamente. O leite continuava sendo vendido de porta em porta, acondicionado em latões, transportado no lombo de animais. A iluminação em geral vela e a lamparina. A energia elétrica, restrita a alguns grupos, dentre os quais os padres redentoristas, que dispunham de uma pequena usina situada em Campinas. Esgoto pluvial e sanitário era boa intenção, não havia saído do papel.

Sobre a mudança, o discurso adotado por Pedro Ludovico alegava as precárias condições sanitárias e a falta de condições topográficas para expandir a estrutura urbana da capital, a cidade de Goiás. Na sua concepção, a nova sede deveria priorizar a saúde dos habitantes, com abastecimento de água, rede de esgoto sanitário, coleta de lixo e regulamentação das construções, focadas nos aspectos de higiene e conforto. E criticava a deficiência e o marasmo da centenária capital (FREITAS, 1999). Contudo, concretizada a transferência, Pedro Ludovico expõe os reais interesses que levaram a essa decisão:

[...] confesso fazendo justiça à velha Goiás, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser metrópole goiana [...] Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cerceasse o privilégio que usufruía (TEIXEIRA, 1973, p.192).

Freitas (2009, p. 368) analisa os acontecimentos sobre a mudança da capital:

[...] Pedro Ludovico é caso exemplar de relacionamento difícil entre interventor e elites locais, em permanente estado de beligerância. Com as perseguições e humilhações impostas aos derrotados, agrava-se herança de malquerenças e ódios que permearam as campanhas políticas da Velha República. Evidencia-se a impossibilidade de chegar-se a um *modus vivendi*, entre a nova ordem e a maior parte dos integrantes da situação decaída, os quais são numerosos e influentes na Cidade de Goiás. Ludovico recorre a remédio extremo: a mudança da capital para Goiânia.

A nova capital já se encontrava com seu aspecto razoavelmente definido, firmando-se como centro administrativo, conquistando e registrando incentivos para a educação e cultura. Além da “gerência do estado fazia-se firme no comércio, no setor imobiliário, na indústria civil e na hotelaria” (MORAES, 2012, p. 174). É bem verdade que a

criação de Goiânia¹⁸¹ insere no discurso de legitimação do Estado Novo, ao expressar o cumprimento de uma etapa da *marcha para o oeste*, dentro do processo de acumulação capitalista (CHAUL, 1999), com adoção de um novo modelo de ocupação agrícola, sob o influxo de novas demandas impostas pela economia mundial e com rebatimento no cenário nacional. *A marcha para o Oeste*¹⁸² e a construção de Goiânia foram decisivas para o crescimento populacional¹⁸³ e o desenvolvimento econômico de Goiás.

A dinâmica que atingiu a infraestrutura de Goiás tinha como diretriz a integração do território nacional, ao assegurar a efetiva ocupação e desenvolvimento do interior do Brasil, com a implantação de uma infraestrutura de transporte, a garantia de mercado interno e também como estratégia de segurança nacional. Como propósito, deslocar o excedente populacional de outras regiões do país para o Centro-Oeste. É preciso registrar a importância desempenhada pelo transporte ferroviário, naquele momento histórico, na inserção do estado de Goiás ao processo de acumulação capitalista. Ele foi estratégico na ocupação do Centro-Oeste, e “[...] atuou como via de transporte fundamental na reorganização do espaço agrário regional e na estruturação da economia goiana” (BEZERRA; CLEPS JÚNIOR, 2004, p. 31).

Pedro Ludovico se posicionava favorável à modernização da agricultura, entendida como meio de desenvolvimento e progresso. Dentro dessa lógica, algumas iniciativas foram adotadas para cumprir com a programática: criação de colônias agrícolas, construção de estradas e incentivo à produção agropecuária de sustentação. Tais propostas motivaram a vinda de milhares de pessoas para Goiás, em busca por um pedaço de terra.

Em 1941, no vale de São Patrício (município de Jaraguá), em área aproximada de 44.500 ha, por iniciativa do governo federal, criou-se a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG),¹⁸⁴ dentro da proposta de ocupação e interiorização do país, a partir do Centro-Oeste (CAMPOS, 2012). Intensificou-se, assim, o povoamento da região do Mato Grosso de Goiás,

¹⁸¹ A pedra simbólica da fundação de Goiânia foi lançada em 24 de outubro de 1933. Todavia, foi o Decreto nº.1.816, de 03.0.1937 que concretizou a mudança da capital de Goiás para Goiânia. O batismo cultural ocorreu em 1942. A nova capital, projetada pelo arquiteto Atilio Correia Lima, apresentava um pouco do urbanismo europeu em *art déco*, contrapondo-se ao estilo colonial da Cidade de Goiás.

¹⁸² Lema estadonovista. Traduz-se na colonização e ocupação de fronteiras, impulsionadas pelo governo varguista nos primeiros anos do Estado Novo (1937-1945). Tratou-se da conversão de lavradores pobres em bandeirantes da nova ordem (ESTEVES, 2011).

¹⁸³ Em Goiás, a corrente migratória voltou-se para o campo; no período compreendido entre 1940 e 1950, o crescimento da população rural foi de 73,3%, e da urbana, 27% (CAMPOS, 2009).

¹⁸⁴ Pelo Decreto-Lei nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941. Constituiu-se na primeira experiência de colonização planejada em Goiás, atraindo migrantes e assegurando a ampliação da força de trabalho destinada à agricultura. Foram criadas outras: Amazona, Monte Alegre (PA), Barra do Corda (MA), General Osório (PR), Dourado (região de Ponta Porã, atualmente Mato Grosso do Sul), Oeiras (PI) e Jaíba (MG). Ver Maia (2008) Ver DAYRELL, Eliane Gracindo. *Colônia Agrícola nacional de Goiás: análise de uma política de colonização e expansão para o oeste*. Goiânia: dissertação de Mestrado, UFG, 1974.

impulsionado pela construção de Goiânia e pela chegada da estrada de ferro a Anápolis. Para Maia (2008, p. 35), as propostas de colônia agrícola são “[...] medidas pontuais de proteção de proteção das terras da União e, ao mesmo tempo, de garantia do território nacional”. Os colonos contavam com incentivos para formação de cooperativas, assentadas na pequena produção, com uso de tecnologia e voltadas para o mercado, com propósito de gerar renda. Assim, o mercado passa a ordenar o processo produtivo, onde a produção depende da venda do mercado, bem como da aquisição de insumos para atender à produção: adubos, inseticidas, máquinas e equipamentos.

A CANG constituiu-se na primeira experiência de colonização planejada em Goiás, atraindo migrantes na ocupação de novas áreas na fronteira¹⁸⁵ e resultando na ampliação da força de trabalho destinada à agricultura, redução dos custos de produção (DAYRELL, 1973), no movimento do capital no campo. Assim, com a expansão da fronteira, fator decisivo para o crescimento da produção agrícola, da mecanização das lavouras e do aumento da exportação, com a incorporação de Goiás ao eixo dinâmico nacional, ao garantir o fornecimento de gêneros alimentícios e matérias-primas em especial para a região sudeste, deslanchou-se o processo de industrialização. Cabe salientar que o processo de integração ao mercado nacional foi mais ágil nas áreas do sudeste e sudoeste goiano, que, com a ascensão de Pedro Ludovico ao poder, assumem posição de destaque em relação às mudanças, afirma Borges (2004). Sobre a proposta de colonização, bem mais tarde, quando governador de Goiás (1961-1964), Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico executaria política semelhante, ver capítulo V.

A forma de apropriação e utilização da terra, nas condições históricas em que se processou em Goiás, em meados de 1940, mas, sobretudo, nas décadas 1950 e 1960, foi marcada por inúmeros conflitos sociais, “[...] como expressão da presença do capital na tentativa de transformação da terra em propriedade privada, de eliminação das formas espontâneas de ocupação da terra” (GUIMARÃES, 1988, p. 43). Em torno desse processo, Martins (1997) argumenta que a *Marcha para o Oeste*, atuava como frente pioneira,¹⁸⁶ com apoio decisivo do próprio Estado, ao promover o seu deslocamento para uma área que já

¹⁸⁵ Fronteira, no entendimento de Martins (1997, p. 150), é “[...] um local de descoberta e desencontro dos diferentes entre si, como os índios e os civilizados, e os grandes proprietários de terras e os camponeses”. Daí ser identificado como um local de conflito.

¹⁸⁶ Frente pioneira consiste na propriedade particular da terra, direcionada para empreendimentos econômicos; articula comércio, empreendimentos imobiliários, ferrovias, entre outros. A terra não é ocupada, mas comprada; Frente de expansão trata-se do uso de terras devolutas do Estado, mediante ocupação pelo ocupante e o posseiro para desenvolver a agricultura de excedentes, destinada à sobrevivência e à troca mercantil. A terra não tem valor de mercadoria. Ver Martins (1997).

havia sido ocupada pela frente de expansão. E à medida que acontecia o encontro das frentes, instalava-se o conflito, devido à divergência de interesses envolvendo a posse da terra.

No estado de Goiás à medida que se processa a ocupação das terras com incentivos públicos, elas se valorizam, criando-se as condições objetivas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, despertando a ganância de fazendeiros por mais terras, o interesse dos especuladores, dos empresários do setor, transformando-se em área de expansão da fronteira agrícola. Vem daí o significativo crescimento da organização camponesa em luta, e, conseqüentemente, os conflitos envolvendo camponeses, fazendeiros e grileiros.¹⁸⁷ Alguns tomaram proporções com repercussão nacional, como o caso de Trombas e Formoso (ver V capítulo). Como resposta à crescente mobilização camponesa, medidas foram adotadas pelos governos que se seguiram em Goiás, na tentativa de controlar e reprimir a luta camponesa, sob o manto da manutenção da ordem, da defesa da propriedade privada e da segurança nacional, controlando as agitações e combatendo a subversão no campo.

Pedro Ludovico enfrentou crises políticas ao longo do seu governo, 1930 a 1945. A transferência da capital ocupou boa parte dos embates. Entretanto, com seus métodos, contornava a situação, valendo-se da “[...] violência [...] uma arma usada nos momentos em que a diplomacia política falhava”. Pois, “[...] pelo poder da força dos seus soldados, Pedro Ludovico estabelecia o pânico e censurava as tipografias” (CHAUL, 1999, p. 149). Ele não titubeava; no seu entendimento, “[...] O jogo político não era para ser respeitado, era para ser vencido, não importavam os meios” (CHAUL, 1999, p. 148). Exerceu o poder com mãos de ferro, até mesmo de maneira ostensiva, junto aos municípios, interferindo decisivamente em nomeações de professores, delegados e outras autoridades, deixando clara sua intenção de evitar qualquer viravolta que pudesse reverberar em prejuízo da boa marcha administrativa, dentro das normas do trabalho e da ordem. Com isso, o poder vai se concentrando cada vez mais em suas mãos em detrimento de seus aliados. Há relato da ação de integralistas abrigados em Ipameri para depor Pedro Ludovico. Na obra *Por esse Goiás afora* (1974), Joaquim Rosa aborda a tentativa frustrada dos integralistas.

Rosa diz que sua afinidade com as ideias integralistas se deu em razão da “[...] desilusão, senão revolta, que atingiu os bem-intencionados da campanha eleitoral” diante dos desdobramentos da revolução de 30, que “[...] repetiu, agravados, os erros, ou quase todos, da chamada República Velha” (1974, p. 211). Assim, sob o impacto da “degringolada

¹⁸⁷ Diz Guimarães (1988) que a grilagem em Goiás foi organizada com falsificação e adulteração de documentos para legalização das terras, em sua maioria de domínio público. A venda das terras no sul do estado ou do país representava *negócio da China*.

outubrina,” *os bens-intencionados* foram postos diante de duas alternativas, a bandeira marxista e a Ação integralista. Rosa optou pela segunda, inclusive se propondo a “introduzir o integralismo na beira da Estrada de Ferro, [...] fazendo Ipameri de centro irradiador da coisa” (1974, p. 209). Seu engajamento na causa se deu por meio do “[...] professor alemão nazista do papo amarelo vindo se Santa Catarina e lecionando no Ginásio Municipal de Ipameri, professor Jorge Herkrath” (1974, p. 212). Por seu intermédio, Rosa toma conhecimento “[...] do trabalho de pesquisa desenvolvido sorrateiramente por intelectuais nazistas, aqui no Brasil,” sendo convidado “[...] a realizar um inquérito político-social”, seguindo um roteiro fornecido pelo professor.¹⁸⁸ Após a participação, Rosa foi convidado a participar de reunião secreta em São Paulo, para articular um golpe contra Getúlio Vargas, encabeçado pelos camisas-verdes, apoiados pelos Mesquitas (O Estado de S. Paulo), o democrata “puro sangue” Armando Sales de Oliveira, os mangabeiras da Bahia, e o General Euclides Figueiredo. Sob o comando do Chefe nacional (não cita o nome), a reunião, segundo Rosa, era para articular o apoio da oficialidade do 6º Batalhão de Caçadores, sediado em Ipameri, ao golpe. A viagem não aconteceu, e o Golpe de 11 de maio de 1938, no qual os camisas-verdes da Ação Integralista tentaram tomar o poder, foi abortado pelas tropas leais a Getúlio Vargas (ROSA, 1974, p. 213). Outra tentativa contra o poder vigente, mas, dessa vez, diretamente contra Pedro Ludovico, partindo de Ipameri, foi encabeçada pelo Major Magalhães Barata, ex-interventor do Pará, que retornou àquele município, junto ao 6º Batalhão. E, por considerar o interventor de Goiás “[...] incapaz de realizar os postulados da Revolução de 30”, sob o pretexto de desenvolver treinamento com a tropa do 6º Batalhão, colocou – “[...] num trem da Estrada de Ferro de Goiás, com todos os apetrechos de campanha”. Logo, “[...] quem era anti-Ludovico começou a pegar fogo” (ROSA, 1974, p. 216). O intento não se concretizou. Barata foi afastado do comando do 6º Batalhão, para, em seguida, retornar ao Pará, “[...] sob

¹⁸⁸ Inquérito de opinião: “[...] Sociografia do Brasil: O país, o povo, as classes sociais, seus costumes, suas manias. Até sobre grupos sanguíneos. Atitude do brasileiro diante dos imigrantes. Quantas coisas sobre atitudes sociais e vida efetiva do brasileiro. Constância do trabalho, educação, diferenciação entre homens e mulheres. Até conteúdo das conversas nas casas, nas ruas, nos bares. Costumes hábitos: Código moral, relações sexuais, festas, danças, música, esportes, reações vizinhas... mulheres, patrimônio, parentesco, família, ou grupos de pesquisas: casamento, bigamia, divórcio, liberdades entre noivos, virgindade como valor, prostituição...organização política: partidos, relações políticas secretas, caudilhismo, sociedades secretas, maçonaria, papel dos sacerdotes e militares, formas de exercício do poder político: legais, ilegais, violentas...Moral e Ética, outro grupo de perguntas onde havia: sobre influência de estrangeiros, especificamente dos japoneses, até os cachaceiros, por aí afora. Uma seção inteira era dedicada a curandeiros e macumbeiros e sua influência sobre o povo [...] Tudo sobre a vida judicial e parte especial finalizando a curiosidade pesquisatória da direção nazista, assim: há credulidade muito acentuada? Os líderes: ‘coronel’, advogado, cabo eleitoral, boticário. Problemas de aculturação: elementos culturais introduzidos como sejam, costumes, modas de trabalho, ferramentas, canções de origem alemã...Tudo isto os alemães desejam saber do brasileiro” (ROSA, 1974, p. 212).

aplausos do povo e carranca dos políticos” (ROSA, 1974, p. 217). Pedro Ludovico seguiu firme no cargo.

Os desafios foram muitos. Pedro Ludovico buscou equilibrar as dicotomias entre a ação do governo, com o poder ocupado pelos idealistas de 30, e os municípios dos coronéis, onde os ex-caiadista respondiam pelo poder. Outra questão diz respeito ao lugar de fala de Pedro Ludovico, vinculado aos grandes fazendeiros, sua base de sustentação, com quem não rompeu o pacto. O que indica que a reforma espelhou um modelo de ação mais centralizador e intervencionista, e outro, que mantinha o padrão em vigor até então, respeitando os *velhos camaradas*. Dessa forma, o coronelismo vai freando a proposta *revolucionária*.

Na tentativa de afastar o caiadismo do quadro dirigente do estado, há relatos de que Pedro Ludovico *divergia* da orientação do poder central; abrigou clandestinamente comunistas em Goiás; alguns deles, usando nomes diferentes, são nomeados como funcionários do governo estadual e vão contribuir na reorganização do estado, naquilo que fosse do interesse de Pedro Ludovico.¹⁸⁹ Para ele, não havia contradição. Como gestor, sua intenção era garantir êxito para seu governo, visando o bem comum. Assim, busca aquilo que está ao seu alcance para responder às necessidades daquela conjuntura. Ao agir dessa forma, talvez tentasse demonstrar que, na composição do governo, guiou-se por critérios de competência técnica, entretanto, sem se abstrair dos critérios políticos e da base de sustentação ao seu governo. Aglutinou, em torno da si, jovens, que, aos poucos conquistam representatividade na política de Goiás.

[...] Uma plêiade de jovens [...] Benedicto Silva,¹⁹⁰ Estelita Campos, Paulo Fleuri, Colemar Natal, Claro Godói, Albatênio Godói, José Honorato da Silva e Souza, Capitão Benedito da Silva Albuquerque e Jorge Jardim tinham pouco mais de vinte anos. Todos inteligentes e idealistas. A maioria tinha ideias socializantes. Quase todos liam livros de fundo socialista e comunista, de Marx, Engels, Lenine, Kamenev, Trotsky, Zinoviev, que se tornaram atualizados, mormente, porque o socialismo extremista se instalara de pouco na Rússia. O regime russo era uma experiência observada pela intelectualidade de todo o mundo (TEIXEIRA, 1973, p. 41).

Para Freitas (2009, p. 368), a rede de órgãos burocráticos alargou a presença do estado e abriu a possibilidade da “[...] nomeação para cargos públicos de incontáveis postulantes”. Indivíduos e grupos e possibilitou “[...] inclusive famílias e clãs poderosos da

¹⁸⁹ Essas informações estão contidas em Dayrell, Eliane. G. O PCB-GO: 1936-1948. São Paulo, FFLCH/USP, 1984, 2 v. 622 p.

¹⁹⁰ Sócio fundador do Grupo Brasileiro de Organização e Métodos (ORGANOBRAS), juntamente com outros expoentes da administração pública brasileira, José de Assis Ribeiro (irmão de Paulo de Assis Ribeiro), Jorge Gustavo da Costa. O grupo prestou assessoria técnica ao governo de Mauro Borges visando implementar novo modelo de gerenciamento e racionalização do serviço público estadual.

velha República – eram atraídos e cooptados na medida em que as novas gerações buscavam espaços de realização pessoal e profissional”.

Outra medida adotada por ele no sentido de construir o *tempo novo* em Goiás foram as Diretorias Gerais. Criadas no contexto da reforma administrativa desencadeada, faziam parte do conjunto de mudanças que estavam ocorrendo, com o objetivo de reestruturar e reorganizar internamente a estrutura administrativa do estado. O perfil centralizador, fiscalizador e de controle do governador subordinou, na prática, todas as atividades das diretorias à sua vontade.

Tais diretorias canalizavam o objetivo de Pedro Ludovico de organizar a estrutura administrativa estadual sob os preceitos de eficiência administrativa e de controle, conjugados aos seus interesses políticos. Para esse fim, concorrerem os investimentos em educação e segurança pública. Dentre as ações desenvolvidas, o controle da polícia militar e da fiscalização sanitária, sem desconsiderar a Diretoria da Fazenda, encarregada da dinamização do sistema de arrecadação para garantir a implementação das metas propostas. Em seu governo, Pedro Ludovico buscou dar ênfase às campanhas educativas¹⁹¹ de combate à malária, sífilis, febre amarela, hanseníase, tuberculose, fogo selvagem, responsáveis pelo adoecimento dos trabalhadores, cuja consequência, seria o comprometimento do trabalho e da produtividade. Dentro de um modelo racionalizador, como enfrentamento desses agravantes, o governo respondeu com campanhas de cunho educativo/profilático, via cartazes, prospectos, incentivando a adoção de hábitos de higiene pessoal e doméstica. Não se pode olvidar que Pedro Ludovico iniciou como médico no sertão de Goiás:

[...] receitando purgante de *lá-roi*, aguardente alemã, formulando xaropes de benzoato de sódio para as encencas dos pulmões, ou lacetando perebas zangadas nos cangotes dos capiaus do Rio Verde e dos capangas do sogro (ROSA, 1974, p. 140).

Assim como ocorreu no plano nacional, Goiás não fugia à regra. Naquela conjuntura, as ações voltadas para a medicina preventiva associaram-se à questão do homem rural e das endemias rurais. Algumas das doenças mencionadas, como a malária e a febre amarela, foram contempladas com programas desenvolvidos pelo governo federal, com a cooperação de organismos internacionais.¹⁹²

¹⁹¹ Quando governador, Mauro Borges atuou na mesma direção.

¹⁹² Fundação Rockefeller, atuou por meio de convênios com o governo brasileiro, no controle da malária no nordeste e no combate à febre amarela em regiões brasileiras, entre as quais a Centro-Oeste, e, nela, Goiás. As ações promoviam o controle e a intervenção nas camadas trabalhadoras e pobres, associando determinadas doenças à pobreza, ao homem inculto ou a relativo ao sertão, desconsiderando a pobreza associada à alimentação deficiente, as péssimas condições de trabalho, como causadoras das doenças e, em virtude de sua contaminação,

A meta mais ambiciosa, contudo foi a mudança da capital. Toda a força, a energia e a vontade política do interventor foram direcionadas para esse fim. Pedro Ludovico era “[...] *cérebro, nervo e coração* do movimento mudancista, era o centro de todas as atenções” (CÂMARA, 1973, p. 109). Concorreria ainda para esse *tempo novo* a política de colonização, não como algo planejado, mas induzido pelas medidas adotadas pela Lei de Terra, de 1935, cuja finalidade articulava fonte de renda e ampliação da mão de obra. Tal proposta antecipou a iniciativa da *Marcha para o Oeste*. Na retórica adotada por Pedro Ludovico, o progresso se traduzia na mudança da capital, na colonização e nos investimentos em infraestrutura urbana, leiam-se, estradas, rodovias. Assim, afirma Campos: “[...] o interventor constatava que a falta de estradas era um dos fatores responsáveis pela desorganização da economia estadual, ao que tudo indicava, a situação permanecia inalterada em 1936” (2009, p.17).

A busca por um modelo administrativo que embasasse as reformas que Pedro Ludovico desejava efetuar fez com que o governo de Goiás contratasse a assessoria técnica do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Tal instituto foi criado em 1931, por Getúlio Vargas, para atender à necessidade de intensificação do controle sobre a classe trabalhadora, no sentido da formação e da organização do trabalho com base na racionalização. Aspecto bastante funcional aos interesses dos gestores, no sentido de adequar ao processo de modernização institucional e de industrialização em curso, ao responder à necessidade de qualificação da mão de obra nacional de modo mais produtivo e menos conflitante, dispensando, assim, a força de trabalho dos imigrantes, naquela conjuntura organizada em lutas coletivas pelos seus direitos.

A lógica que permeava tal iniciativa: a assessoria do Idort partia do pressuposto ser imperioso reorganizar a administração pública do estado de Goiás com mudanças no processo de trabalho, a fim de elevar o rendimento dos serviços. Isso exigia melhorar o nível dos funcionários para reduzir a ineficiência do serviço público. Assim, sob a coordenação de Farid Sayad,¹⁹³ o Idort produziu um levantamento geral da organização do estado de Goiás,¹⁹⁴ entre 1936 a março de 1937.¹⁹⁵ O resultado foi apresentado sob o título Relatório Final da Reorganização dos Serviços Administrativos de Goiás, e, posteriormente, transformado no

ameaças à salubridade dos locais em que viviam. As medidas incentivavam o *Jeca* a usar botas, construir fossas, beber água filtrada, reafirmando a importância dos investimentos em saúde, para recuperar a força de trabalho e aumentar a produtividade, conforme princípios defendidos pela Comissão Rockefeller (FAVARO, 2009).

¹⁹³ Não foi possível obter maiores informações sobre esse gestor /tecnocrata, além de sua vinculação ao IDORT.

¹⁹⁴ Arquivo pessoal de Rodrigo Oliveira de Araújo, pesquisa empreendida no Arquivo Edgard Leuencahn. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Campinas (SP).

¹⁹⁵ Como se percebe, todas essas iniciativas antecedem ao batismo cultural de Goiânia, transcorrido em 1942.

Decreto lei nº 1.247, publicado no Correio Oficial de 4 de novembro de 1938. O documento mencionava como provável início dos trabalhos, janeiro de 1939. O Relatório sugeria dois planos, o primeiro, geral e definitivo, voltado ao desenvolvimento futuro do estado; o segundo, substitutivo e provisório, para atender às necessidades dos serviços. Em linhas gerais, as medidas propostas pelo Idort, vistas como inovadoras para a época, visavam organizar a estrutura pública estadual no sentido de produzir mais e melhor, com maior eficiência e rentabilidade dos funcionários e dos serviços, com garantia do aperfeiçoamento público, para robustecer a arrecadação da receita e financiar as obras e os serviços públicos. Ainda, conjugando esforço para promover as mudanças no serviço público estadual, observou-se a realização do Curso de Preparo e Aperfeiçoamento dos Funcionários. Para orientar e dirigir os trabalhos da equipe encarregada pela execução da reforma, o Idort indicou o gestor Armando de Vigillis,¹⁹⁶ contratado como comissionado pelo governo de Goiás. Na prática, as medidas prioritárias foram a efetivação dos serviços de protocolo, pessoal, compras e contabilidade. Houve uma tentativa de universalização dos procedimentos, os formulários, no sentido de obter maior controle dos processos e maior eficiência e economia dos serviços, com base na racionalização dos processos administrativos colocados em marcha pelo governo de Goiás.

O Idort se empenhava em introduzir novos métodos e técnicas para os serviços burocráticos, bem como os de caráter formativo, no sentido de desenvolver respeito à ordem, à disciplina, à obediência, à pontualidade, à assiduidade, à submissão. São elementos necessários para atender às exigências postas por aquela conjuntura:

[...] Além da organização administrativa e da técnica de trabalho há outros aspectos de organização que são tão essenciais como os demais para que o conjunto possa ser tão harmônico. Referimo-nos aos princípios morais, de cumprimento à palavra dada, de respeito pelos direitos do próximo, de humanidade. Sem a observância desses princípios, cuja origem é evidentemente resultado da experiência de centenas de gerações e cuja infalibilidade elevou-os à categoria de preceitos religiosos sem a confiança recíproca que a prática desses dogmas de ética sempre criou e há de criar, serão, insuficientes e quiçá inúteis os esforços racionalizados. E assim, será também dever do nosso instituto cooperar para a preservação daqueles princípios de moral

¹⁹⁶ Presidiu a Comissão de Reorganização dos Serviços Públicos do Estado de Goiás, conforme Decreto nº 3.595 (IDORT, 1941). Engenheiro (1896-1989), diretor da Companhia Industrial de São Paulo Rio (CISPER) entre 1921-1931. Foi nomeado por Getúlio Vargas 1º diretor do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP) (1933-1935); eleito, em 1935, Diretor do IDORT. Em 1938 foi indicado pelo IDORT, na condição de comissionado, para implantar a Secretaria do Trabalho em Goiás. Em 1945, foi nomeado delegado do Serviço Social da Indústria (SESI), onde atua junto com Roberto Simonsen. Por indicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), assumiu o cargo de Assistente da Diretoria Regional do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), permanecendo lá até 1963, aposentando-se em 1964.

Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/justificativa/JPL0803-2003.pdf>>
Acesso em: 12 nov. 2014.

tão necessários às relações entre os homens (Relatório da Diretoria/IDORT, 1940, p. 1).¹⁹⁷

O Curso de *Preparo e Aperfeiçoamento dos Funcionários* foi implantado em meados de 1940, e, no seu lançamento, contou com a presença de Luiz Simões Lopes, presidente do Dasp. Em tais cursos, a intenção era fortalecer o trabalho dentro de normas e regras, assim como a cooperação, a disciplina e a responsabilidade. Simões Lopes destacava o esforço do estado de Goiás em guiar-se pelos princípios da racionalização nos serviços públicos, além da modernização da gestão, com a criação de órgãos para dar vazão às mudanças exigidas no desenvolvimento do estado. Posteriormente, o Dasp colaborou no processo de modernização administrativa do estado, produzindo o Plano de Uniformização dos Cargos e Vencimentos do funcionalismo estadual, com base no plano adotado pelo governo federal. Disso resultou a unificação dos quadros do funcionalismo (Decreto-lei nº 4.680), Estatuto dos funcionários, englobando todos os servidores do estado, inclusive extranumerários, instituindo promoção, concurso e fixando gratificação (Idort, 1942).¹⁹⁸

Sob o Estado Novo, a tônica dominante é a necessidade de dinamizar e racionalizar a administração pública, vista como condição essencial para o progresso e desenvolvimento. Nesse entendimento, concretizada a mudança da capital, Pedro Ludovico se apresentava como alternativa única de Getúlio Vargas para assumir a Interventoria Federal em Goiás. Fato sacramentado, Pedro Ludovico tem seu poder legitimado, “porque aqui, apesar de homem do sudoeste, se consolida, antes de tudo, homem de Getúlio” (TEIXEIRA, 1999c, p. 152-153). Buscou guiar-se pela programática estadonovista, articulando ações para atrair capital para Goiás, inclusive de empresas estrangeiras interessadas na exploração de minérios no estado.

Vem daí a realização, em Goiânia, do I Congresso Econômico do Oeste Brasileiro, no final do ano de 1944, sob organização do governo de Goiás, com o objetivo de discutir questões pertinentes à *Marcha para Oeste*, envolvendo as condições gerais de produção: meios de transportes, saneamento, colonização, estatística, reflorestamento, industrialização das riquezas, aproveitamento dos latifúndios prejudiciais, adaptação de estrangeiros do litoral no oeste, sindicalização das classes trabalhistas, mecanização dos

¹⁹⁷ Arquivo pessoal de Rodrigo Oliveira de Araújo, pesquisa empreendida no Arquivo Edgard Leuencath. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/ UNICAMP). Campinas.

¹⁹⁸ Arquivo pessoal de Rodrigo Oliveira de Araújo, pesquisa empreendida no Arquivo Edgard Leuencath. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Campinas.

métodos de trabalho, escolas profissionais e normais rurais, sistematização das casas de campo, instalações de estabelecimentos hospitalares, etc.¹⁹⁹ Sobre o evento, a imprensa norte-americana destacou a importância da sua realização, em um momento que o governo brasileiro demonstrava interesse em intensificar a exploração dos recursos naturais, em especial os utilizados na indústria de guerra. É importante notar o esforço empreendido por Pedro Ludovico para criar um ambiente favorável a seu governo, garantindo fortalecimento ao seu projeto político.

O interventor usava dos expedientes disponíveis para divulgar o potencial do estado, como, por exemplo, os serviços operados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Em carta de 15.4.1943,²⁰⁰ endereçada ao seu diretor, Joaquim Câmara Filho, Pedro Ludovico enaltecia a atuação do órgão na promoção do estado, ao reconhecer a “[...] influência considerável exercida pela propaganda para o progresso goiano”, provavelmente pelo empenho do diretor do órgão.

[...] Câmara Filho possuía fabulosa capacidade promocional. [...] Nem fabricando sob encomenda, o Interventor encontraria gente apta para as funções de propagandistas do governo, e, sobretudo da nascente capital. Pegava fatos até sem importância, transmitia-lhes colorido especial, botava a boca no mundo. Se não havia coisa importante, inventava-a contanto que resultasse na promoção do estado [de Goiás] (ROSA, 1974, p. 199).

Na mencionada correspondência, cabe ainda, uma observação de Pedro Ludovico sobre “[...] o papel reservado a propaganda como elemento de cooperação ao desenvolvimento nacional de qualquer plano de governo”. Nota-se que o uso da propaganda estava atravessado pelo interesse em fortalecer a imagem de Pedro Ludovico e sua obra, junto à população goiana.²⁰¹ Essa estratégia se respaldava suas iniciativas de Getúlio Vargas, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP/1939). O seu advento vem ao encontro do momento em que se afirmava a imposição de um modelo de dominação autoritário e centralizador. A busca pelo consenso em torno do novo regime exigiu medidas coercitivas e imposições ideológicas. Com isso, o papel do DIP era controlar, centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial que se fazia em torno da figura de Getúlio Vargas, com atuação junto à imprensa, literatura, teatro, cinema, esporte, radiodifusão e outras manifestações culturais. Posteriormente, esse organismo foi substituído pelo Departamento

¹⁹⁹ Informações recolhidas do Jornal *A Noite*, 19 mar. 1944. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

²⁰⁰ Jornal *Correio de Uberlândia*. “*Propaganda criteriosa e muito eficiente para a grandeza e prosperidade do Estado*”. 22 mai.1943. Uberlândia. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

²⁰¹ Postura semelhante foi adotada pelo filho Mauro Borges Teixeira quando governador de Goiás.

Nacional de Informações (DNI), que, por sua vez, seria substituído, mais tarde, pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Note-se que a avaliação da situação de Goiás naquele momento e a projeção para o futuro estavam condicionadas aos padrões de racionalidade. Em relação a isso, Pedro Ludovico supunha que tais padrões eram a tradução mais avançada de progresso e desenvolvimento, uma gestão orientada sob esses princípios tornaria possível a superação do atraso e das dificuldades do estado. Nesse sentido, Goiás, que emerge nos anos 1930, tem no governo Mauro Borges uma expressão maior do processo de mudança, no qual a racionalidade administrativa, aliada aos ideais desenvolvimentistas que marcaram os anos 1960, buscam sobrepor o clientelismo, o empreguismo e os vícios cartoriais presentes nas administrações tradicionais (LUZ, 2001).

Todos esses elementos produziam um efeito moderno ao governo de Pedro Ludovico. Moreira (2000) vai além, a racionalização detinha outra face, a de garantir o domínio do grupo de Pedro Ludovico, que, por sua vez, não abriu mão da prática e postura política identificadas com os coronéis, as oligarquias e a familiocracia. Têm-se como certo que Pedro Ludovico valeu-se dos mecanismos de dominação tradicional para respaldar seu poder, inclusive da prática do jaguncismo,²⁰² para constranger os desafetos, os adversários. Nessa direção, Pedro Ludovico é contundente ao afirmar: “[...] sou justo com os inimigos e amigo dos amigos” (JORNAL DO DIA 1.3.1964).²⁰³ Com a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, Pedro Ludovico deixava o poder em 6 de novembro de 1945. Em seu lugar assumiu interinamente o Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eládio Amorim (1945-1946); na mesma condição, outros ocuparam o cargo²⁰⁴ até ocorrer o pleito eleitoral, em janeiro de 1947, no qual saiu vitorioso Jerônimo Coimbra de Bueno, contra José Ludovico, o Juca Ludovico.

²⁰² “[...] é tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de um proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade, para garantir os limites, mas igualmente importante por seu desempenho em eleições, seja pelo número de votos que representa, seja pelos votos que pode conseguir por intimidação ou mediante fraude. O braço armado serve para prevenir conflitos e para resolvê-los; a violência é uma prática rotineira, orientando o comportamento dos seres humanos em todos os níveis.” Galvão, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 21.

²⁰³ Entrevista ao *Jornal do Dia*, Coluna Política, 1º mar.1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

²⁰⁴ Felipe Antônio Xavier de Barros (18/2/1946 - 4/8/1946); Paulo Fleury da Silva e Souza (4/8/1946 - 18/8/1946); Felipe Antônio Xavier de Barros (18/8/1946 - 12/9/1946); Belarmino Cruvinel (12/9/1946 - 22/10/1946); Joaquim Machado de Araújo (22/10/1946 - 5/12/1946); Hegesipo de Campos Meireles (5/12/1946 - 19/12/1946); Joaquim Machado de Araújo (19/12/1946 - 22/3/1947).

2.8 A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS – 1947 a 1964

Pedro Ludovico deixou o poder institucional, mas não saiu da cena política, muito pelo contrário. Contando com o apoio dos prefeitos por ele nomeados, fazendeiros, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes, empresários, estruturou o Partido Social Democrático (PSD)²⁰⁵ em Goiás, e tornou-se presidente do diretório estadual. Em direção contrária, assim como ocorreu em âmbito nacional, aglutinando opositores vinculados a setores oligárquicos desalojados do poder pela Revolução de 1930, dissidentes e ex-colaboradores de Pedro Ludovico, tem origem a União Democrática Nacional (UDN), sob a presidência estadual de Domingos Neto Velasco. Ambos os partidos protagonizaram ferrenhas disputas pelo poder em Goiás,²⁰⁶ relegando-se às demais agremiações uma representação secundária. Diga-se, o PCB, na legalidade, marcou presença com diretórios em 37 municípios goianos.

Nas primeiras eleições estaduais para escolha dos governadores, marcadas para janeiro de 1947, em termos de Goiás, a UDN levou a melhor ao eleger o engenheiro e construtor de Goiânia, Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950). Seu oponente, José Ludovico de Almeida, primo de Pedro Ludovico, que impôs sua própria vontade na escolha do candidato, à revelia das instâncias do PSD. Para além, José Ludovico recebeu apoio formal do PCB. Por tudo que significava o comunismo e os comunistas naquela conjuntura, é desnecessário delongar no temor que essa candidatura causou, sobretudo, no seio da Igreja Católica. Sob o título *Aos católicos e homens de bom senso*, o Arcebispo de Goiás D. Emanuel Gomes de Oliveira²⁰⁷ se mostrou estupefato, e sentindo ojeriza diante do apoio dos comunistas, conclamou:

[...] Acabo de ser surpreendido [...] que o Comitê do Partido Comunista de Goiás, reunido ontem em Goiânia, resolveu apoiar o candidato do PSD Sr. José Ludovico de Almeida, à Governança do Estado; e que esse candidato teria assumido compromisso *horribile dictu* [...]cumpre-nos [...] conclamar homens de bom senso, verdadeiros patriotas do nosso querido Estado de Goiás, para que prestigiem a candidatura do Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, que conosco comunga os ideais católicos[...]fazendo-o com presteza e energia que o momento está exigindo de nossa parte.[...] Nesta terra anhanguerina onde há 25 anos mourejamos, mantendo a fé dos nossos antepassados, a fé profundamente cristã, [...] não pode medrar teorias condenadas pelos próprios princípios fundamentais do Direito Natural (O POPULAR, 1947).

²⁰⁵ Fundado no dia 17 de julho de 1945, sob o comando dos interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo (CPDOC FGV). <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>

²⁰⁶ Sobre esse assunto, é esclarecedora a obra de Campos, I. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed.UFG, 1983.

²⁰⁷ Jornal *O Popular*, 16 jan. 1947. p. 1. Goiânia, depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia

A ofensiva contra a candidatura de José Ludovico, deflagrada pelo arcebispo de Goiás, contou com o apoio do bispo auxiliar D. Abel Ribeiro, e selou o destino de Coimbra Bueno. No período de 1947 a 1960, essa foi à única vez que a oposição sagrou-se vencedora. Estar na oposição ao governo estadual foi uma experiência inédita para Pedro Ludovico, que participava do poder desde 1930. Nas demais, sob seu comando caudilhesco, o PSD, de posse de boa estrutura partidária, levou sempre a melhor. Sem perder de vista que em todas as disputas eleitorais o clima era muito tumultuado, com agressões, denúncias de fraudes, violências, apresentadas como queixas pelos candidatos e agremiações partidárias. De alguma forma, em todos os governos²⁰⁸ que se sucederam nesse período, pôde-se verificar o compromisso estatal com as Condições Gerais de Produção, na tentativa de corrigir os pontos de estrangulamento que dificultavam a inserção de Goiás no processo produtivo nacional, demonstrando que a finalidade das políticas públicas estava voltada para a promoção do crescimento econômico e da organização capitalista.

No retorno ao poder, em 1950, pelo PSD, Pedro Ludovico (1951-1955)²⁰⁹ buscou desmoralizar a administração do seu antecessor, de quem herdou crise financeira, com atraso nos salários dos funcionários, no pagamento dos fornecedores. Pedro Ludovico contornou a situação, mas sem espaço para as grandes obras, devido à falta de caixa. Seu governo foi marcado pela violência, pela denúncia de prática de jaguncismo contra adversários políticos, inclusive no assassinato do jornalista Haroldo Gurgel – por jagunços do PSD –, do jornal *O Momento* e autor de diversas matérias contrárias ao governo. Aspecto julgado importante para este trabalho é a participação do engenheiro Irineu Borges do Nascimento, que atuava com certa desenvoltura no governo de Pedro Ludovico. Como gestor, atuou junto à Comissão de Estradas e Rodagens, foi membro da Comissão de estudos da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada, que contava também com Mauro Borges Teixeira. Posteriormente, Irineu Borges, primo da esposa de Pedro Ludovico, Gercina Borges, transformou-se na figura central da gestão de Mauro Borges, inicialmente, como Secretário do Conselho Superior de Planejamento, e depois, Secretário de Planejamento e Coordenação, dando respaldo e legitimidade a todas as mudanças propostas por Mauro Borges.

No apagar das luzes do governo de Pedro Ludovico, realizou-se a licitação para a construção das obras civis da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, vencida pela CECOB, subsidiária da firma francesa Grand Travaux de Marseille. A obra de Cachoeira

²⁰⁸ O estudo priorizou os governos de Pedro Ludovico e Mauro Borges, motivo pelo qual aparecem com mais riqueza de detalhes, entretanto sem deixar de mencionar aspectos importantes de demais gestões.

²⁰⁹ Concorreu com Altamiro de Moura Pacheco, da UDN.

Dourada repercutiu positivamente junto ao eleitorado goiano. Assim, em eleição bastante disputada, Pedro Ludovico conseguiu fazer seu sucessor, o secretário da fazenda José Ludovico de Almeida, o Juca Ludovico (1955-1958), em disputa com o ex-dissidente pessedista, Galeno Paranhos (UDN). José Ludovico é empossado, sob denúncia de fraude eleitoral, e o resultado, contestado no Supremo Tribunal Federal, deu ganho de causa aos reclamantes. Foi, contudo, em vão, em termos práticos, de nada valeu, quando o processo foi sentenciado, José Ludovico havia quase concluído o mandato (ROCHA, 1998).

Sobre o imbróglio, assim se manifestou a imprensa,²¹⁰

[...] denúncias de fraudes, impugnação de urnas e um processo na justiça que, no final do período acabou dando ganho de causa ao candidato Galeno Paranhos. Só que, quando saiu a sentença, já estava praticamente vencido o prazo para o qual havia sido realizado aquela eleição (POPULAR, 1982)

Acuado, diante da acusação de fraude eleitoral, Juca Ludovico tomou posse sem radicalizar o discurso; ao contrário, num tom conciliador, propôs um governo sem rancores, sem vinganças, buscando o bem-comum acima de tudo. Sobre essa gestão, pronunciou-se o deputado estadual udenista Francisco de Britto (1955-1959),²¹¹

[...] inaugurava-se em Goiás, um novo estilo de convivência política, com a proscrição dos sovados métodos da oposição sistemática e do governo autoritário e despótico (GOIÁS, 1958).

Juca Ludovico buscou atuar na garantia das *Condições Gerais de Produção*, com o redimensionamento da energia elétrica da capital e o início da implantação da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Parte desse governo a iniciativa de criação do Conselho Superior de Planejamento (1957), e da mensagem à Assembleia Legislativa, solicitando legalizar e desapropriar a área destinada à construção da futura capital federal (1955). Para tanto, o governo instituiu a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, presidida por Altamiro de Moura Pacheco, para conduzir o processo de desapropriação das terras de Goiás, ocorrida em 30 de dezembro de 1955: Fazenda Bananal, entre os rios Torto e Bananal, Fazenda Barra Alta e Fazenda Gama.

Por decisão do Superior Tribunal Eleitoral, a eleição para escolha do substituto de Juca Ludovico, e de outros governadores, deveria coincidir com a de presidente da República, prevista para acontecer em 1960. Essa decisão acabou por garantir um mandato de apenas dois anos ao novo governador, entre janeiro de 1959 a janeiro de 1961. Em Goiás, o eleito

²¹⁰ *O Popular*, 7 nov. 1982, p. 23 (Caderno Especial Política). Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia

²¹¹ Diário da Assembleia, 10 de maio de 1958, Ano X n.º 870 p. 6. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

pelas urnas foi José Feliciano Ferreira (PSD), contra César da Cunha Bastos (UDN-PSP). O PSD soube galvanizar a conjuntura favorável, de construção de Brasília e do sensível ganho para Goiás, com abertura de estradas, incremento do comércio, sobretudo de matérias-primas para construção.

Em termos de prática institucional, entretanto, essa administração se apresentou da maneira arcaica, com perseguições ao ex-governador, agora na oposição, conforme afirma Campos (1985, p.219):

[...] tão logo assume o governo, José Feliciano Ferreira exonera mil duzentos e oitenta e um servidores públicos nomeados em janeiro. O governador alega que as nomeações vieram derruir princípios de ordem legal e administrativa. Políticos ligados ao ex-governador José Ludovico afirmam que a intenção do governador Feliciano é atingir aquele (José Ludovico).

Outra medida corroborava com a política tradicional assumida por José Feliciano, como indicações para preenchimento dos cargos na burocracia pública, mediadas pelo sistema de *pistolão*, ao acatar a indicação do diretório municipal do partido, em detrimento de concurso público, além da troca de favores, numa demonstração de falta de clareza por parte dos governantes, ao separar o público do privado, onde o poder público é exercido e usado como se fosse privado. Porém, em outro sentido, o governador José Feliciano propôs medidas visando o desenvolvimento de Goiás, ao investir nas Condições Gerais de Produção, por meio da construção e ampliação de escolas, continuidade na construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, investimentos em serviços básicos de infraestrutura urbana, como estradas, rodovias. Além, Feliciano encomendou à Fundação Getúlio Vargas a elaboração de estudo econômica sobre o estado de Goiás, posteriormente resultando no Plano de Desenvolvimento Econômico, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, garantindo a Mauro Borges (PSD-PTB) – eleito governador, ao enfrentar José Ludovico, agora em lado contrário (UDN) – sua implementação o conhecido Plano MB.

CAPÍTULO III O PLANO MB

3.1 A ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DE GOIÁS

Sustentado por uma conjugação auspiciosa de fatores, Mauro Borges Teixeira se apresenta à sociedade goiana como candidato ao governo de Goiás em 1960. Sua candidatura coincide com o cenário de “renovação dos partidos tradicionais (PSD/UDN) e de crescimento dos partidos menos importantes”, como o PTB.²¹² Em torno da sua candidatura, guiada pelo slogan *nacionalismo e desenvolvimentismo*,²¹³ foi selada a aliança entre PSD, PTN²¹⁴ e PTB, condição *sine qua non* para garantir a vitória. No que diz respeito aos apoios, sua campanha contou com algumas agremiações estudantis, sindicatos da capital e do interior e movimento camponês. Informalmente, recebeu também o apoio do PCB. Não se tratou de uma candidatura espontânea, pois Mauro Borges “[...] não tinha condições de se impor pela capacidade de liderança, pelo perfil de político experimentado” (RABELO, 1978, p. 86). A indicação do seu nome para concorrer ao governo de Goiás foi sustentada por políticos da ala jovem do PSD, depositária da tendência do eleitorado urbano em apoiar ações progressistas, sobretudo Walteno Cunha e Sebastião Arantes. Feita a escolha, pela ala jovem, coube ao Cônego José Trindade e Hermano Vieira²¹⁵ o laborioso esforço para superar a desconfiança em relação a Mauro Borges, pondera Rabelo (1978). Eles atuaram nos bastidores, arregimentando apoio à candidatura, executando trabalho de fôlego junto aos diretórios

²¹² Interessante a observação de Rabelo (1978, p. 84) sobre esse partido, fundado sob a inspiração de Pedro Ludovico, que mesmo como chefe maior do PSD, acumulava também o cargo de presidente da primeira comissão executiva.

²¹³ O estudo de RABELO, Francisco Chagas. Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política/UFMG, Belo Horizonte, 1978 é basilar para o entendimento sobre Mauro Borges e seu governo.

No entendimento de Rabelo, o nacionalismo é entendido como lisura no trato das questões públicas e desenvolvimentismo, bem-estar para a coletividade. Enfatiza esse autor “[...] O nacional-desenvolvimentismo foi um apelo constante durante seu governo, embora tenha assumido maior relevância no período posterior à renúncia de Jânio Quadros, quando Mauro Borges ligou-se a Brizola e ao grupo nacionalista, até junho de 1963, quando ocorreu a cisão PSD/PTB”. Dessa articulação, resultou a Frente Nacional de Libertação, em defesa do nacionalismo e das reformas de base (RABELO 2009, p. 66).

²¹⁴ Partido Trabalhista Nacional (PTN)

²¹⁵ Cônego José Trindade, personalidade influente em Goiás. Pelos jornais combatia a velha ordem política instituída. Aliado de primeira hora de Pedro Ludovico, por uma única vez não se colocou ao lado dele, quando aderiu ao movimento constitucionalista de 1932. Contribuiu, pela imprensa e pelas atitudes assumidas, para a mudança da capital. Dirigiu os jornais O Anápolis (1933); Brasil Central, este da Igreja Católica (1939). Foi um dos fundadores do PSD em Goiás, em 1945. Secretário de educação do Gov. Pedro Ludovico (1951-1955). Em 1955, elegeu-se Deputado Federal, usou da tribuna em defesa da interiorização da Capital Federal, com argumentos históricos e de progressos com a construção de Brasília. Dedicou-se a pesquisas e estudos sobre a história de Goiás e a Igreja Goiana. Membro da Academia Goiana de Letras. (PINHEIRO, Antonio César Caldas. *Cônego Trindade, uma vida a serviço da igreja, da história de Goiás*. Jornal *Diário da Manhã*. 7/6/2013).

- Hermano Vieira da Silva, político do PSD/Goiás, Secretário do Planejamento do Governo de José Feliciano(1959-1961), assessor parlamentar da presidência da República (1963).

pessedistas goianos. Mauro Borges se lançava como a representação do novo, enquanto seus adversários e antecessores pertenciam ao passado. De posse de um discurso mudancista, com paz social, o candidato pretendia empolgar Goiás com a bandeira da modernização e do desenvolvimento, contra o atraso, a lógica do favor. Era uma campanha "voltada para o futuro", que se explicitava por meio de metas a serem alcançadas dentro de um projeto claro, inserir Goiás nos marcos do desenvolvimento nacional. Nos debates iniciais, Mauro Borges emitia sinal de que promoveria mudança político-institucional no estado de Goiás, para adequá-lo ao momento nacional em curso, em torno do desenvolvimentismo, da internacionalização da economia, processo deflagrado pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956 -1960).

O pleito eleitoral trouxe para a arena política os velhos arqui-inimigos de sempre, PSD e UDN, com fôlego e disposição redobrada para a disputa. Cada um, a seu modo, construiu as alianças do possível. O processo foi marcado por disputas acirradas e clima tenso, porém, ordeiro. A eleição se deu no dia 3 de outubro de 1960 e, nesse embate, Mauro Borges levou a melhor, uma vez que obteve 160.365 votos (50,4%) sobre seu adversário e primo José Ludovico de Almeida, com 130.968 votos (41,2%), da coligação União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Progressista (PSP). A análise da distribuição dos votos por zonas eleitorais mostrava que Mauro Borges perdera para José Ludovico nos principais colégios eleitorais de Goiás – Goiânia e Anápolis. Para Rabelo (1978, p. 84), a campanha foi bem-estruturada, faltou desarticular a “[...] oposição heterogênea que congregava desde elementos ressentidos com Pedro Ludovico Teixeira, até elementos de esquerda”. O candidato eleito para o governo Goiás era representante da classe conservadora da sociedade, vinculado ao partido “comprometido com os interesses dos fazendeiros do interior, ou seja, com os chefes políticos locais” (RABELO, 2004, p. 50).

Após eleito, Mauro Borges percebeu os entraves à sua posição, e que, provavelmente, “entraria em choque com os representantes mais tradicionais daquele partido [o PSD]”, sustenta Rabelo (1978, p. 7), em um estado ainda submetido às intermediações tradicionais, arraigado nas práticas oligárquicas e clientelistas, que fragilizavam a noção do bem público, da eficiência, do *progresso*, o que poderia interferir diretamente nos encaminhamentos indispensáveis ao processo de modernização do estado na direção de estreitar laços com grandes centros urbanos e econômicos. Neste entendimento, Mauro Borges lança mão do planejamento, da centralização administrativa, da priorização da política econômica, do saber técnico, bases da tecnocracia. Acreditava, ao agir dessa forma, que seria

possível avançar na superação do clientelismo que marcava a vida pública brasileira e goiana. Em torno disso, na garantia da reorganização política, econômica e social, o governador orientou suas ações pelo I Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, denominado Plano MB. Revelando-se afinado ao ambiente social para o qual é proposto, o Plano visava criar as condições para inserir o estado nos marcos do desenvolvimento nacional e responder às exigências daquela conjuntura, com aprofundamento do processo de industrialização.

Do legado dos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, Mauro Borges se apropriou da ideia de planejamento e racionalidade, à qual, resguardadas as proporções, buscou dar sequência em sua gestão, para atingir as metas desenvolvimentistas contidas no Plano MB. De posse do Plano, e considerável base de apoio na Assembleia Legislativa,²¹⁶ “[...] para administrar a convivência do novo e do velho na travessia para o futuro”, ele viu a possibilidade de levar o progresso e o desenvolvimento ao conjunto do estado, com a implantação de programa de fomento às atividades produtivas e a implantação de serviços e equipamentos públicos (BOJUNGA, 2010, p.477).

3.2 AS BASES, DIAGNÓSTICOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MB: SOB O SIGNO DA TECNOCRACIA

O I Plano de Desenvolvimento Econômico – Plano MB – foi encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV),²¹⁷ pelo governador de Goiás, Jose Feliciano²¹⁸ (PSD), antecessor de Mauro Borges e homem da confiança de Pedro Ludovico. Para Goiás, era o primeiro estudo abrangente para conhecer sua realidade problemática advinda do acelerado e desordenado processo de urbanização deflagrado nas décadas anteriores. A intenção era mudar a configuração econômica do estado mediante a superação dos obstáculos impostos por um desenvolvimento desordenado, que gerava desequilíbrio no estado, ao implantar um

²¹⁶ Reuniu-se em torno da coligação vitoriosa 22 deputados do total de 32 cadeiras (14 do PSD, 4 do PTB – 1958-1962) (RABELO, 1978).

²¹⁷ Conforme pesquisado, a Coordenação de elaboração desse Plano foi do Economista Julian M. Chancel. A execução ficou a cargo de Ângelo Jorge de Souza, e participaram das diversas etapas os seguintes economistas: Isaac Kerstenetzky, Margaret Hanson Costa e Ramiro Fernandes Nazaré. Os cálculos foram feitos pelos estagiários Renato Tovar e Tanisly Pamplona. Sobre a FGV, consultar: D’Araújo. Maria Celina (org.) *Origens da Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

²¹⁸ Eleito para mandato de dois anos (1959-1961) pela coligação PSD/PTN, ao vencer o candidato César da Cunha Bastos, da coligação UDN/PSP. Seu governo foi apoiado no tripé estrada, educação e energia. Deu prosseguimento às obras da hidrelétrica de Cachoeira Dourada, com expansão do abastecimento para muitos municípios goianos e também Brasília. Segundo Rocha (1998), a lealdade de José Feliciano a Pedro Ludovico e ao PSD resultou na sua indicação para suplente de senador em 1961, na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek. Um ano depois foi eleito senador e ficou no cargo até o início de 1971 (1963 e 1971).

programa de desenvolvimento com o objetivo principal de “[...] elevação da renda real ‘per capita’, através do aumento de produtividade” (PLANO MB, vol. II, p. 89). Com o feito, fornecia elementos importantes para a eleição e gestão de Mauro Borges, que, ao assumir o poder, serve-se de um programa de governo que o consagraria como grande administrador, e seu governo, marco da modernização, na recente história política de Goiás, ao implementar medidas voltadas para a organização do capitalismo no estado.

Em torno da formulação de um programa para o desenvolvimento de Goiás, conjugando crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população, a FGV²¹⁹ reuniu os tecnocratas, sobretudo economistas da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).²²⁰ Sobre o Instituto, em entrevista a D’Araújo (1999, p. 45), Eugênio Gudín afirma: “[...] Modéstia à parte, posso dizer que criei o Instituto Brasileiro de Economia [...] com todas as dificuldades, para fazer três coisas que o Brasil não tinha: balanço de pagamento, índice de preços e renda nacional. [...] quem fez a Fundação (FGV) foi o IBRE”. Gudín enaltecia o nível técnico do instituto, sem se deixar influenciar por interesses políticos: “[...] Através dos umbrais desta porta não penetra nem interesse nem pistolão”.

Conforme afirma Tavares (1998), a FGV era um gueto de ortodoxos e elite do pensamento latino-americano, dos liberais conservadores aos reformistas avançados. Sua criação, em 1944, no limiar do final do Estado Novo, intentava, conforme um de seus idealizadores, Simões Lopes (1990, p.15):

[...] melhorar o nível intelectual dos brasileiros no campo das ciências sociais, com preponderância para a administração pública e privada, e para outra coisa que está muito ligada à administração, e que era muito necessária, porque na época praticamente não existia no Brasil: a economia.

Nos argumentos de Daniel Borges Campos (2009), goiano, ex-aluno da Fundação Getúlio Vargas e assessor de Planejamento do Governo Mauro Borges:²²¹

[...] essa instituição era o que havia de mais moderno dentro da estrutura administrativa brasileira e mesmo dentro da cultura, a Fundação era avançada, já que ela agregava as principais cabeças pensantes do Brasil, inclusive o ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiro] tinha uma relação muito estreita com a Fundação Getúlio Vargas. [...] a Fundação Getúlio Vargas [...] naquela época era

²¹⁹ As escolas de administração da FGV foram beneficiadas de dois programas de ajuda do governo estadunidense para a América latina: o Ponto IV e a United States Agency for International Development (USAID).

²²⁰ Criada pelo Decreto Lei nº 6.693, de 14 de julho. A primeira Assembléia geral aconteceu em dezembro do mesmo ano e assinada a escritura de constituição, com 305 instituidores, 137 pessoas físicas e 168 jurídicas, de direito público e privado. D’Araújo. Maria Celina (org.) *Origens da Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

²²¹ Daniel Borges Campos, administrador, ex-Coordenador de Planejamento do Conselho Superior de Planejamento e Coordenação no Governo Mauro Borges. Entrevista realizada em 15/10/2009, no Paço Municipal, Goiânia.

uma entidade que estava na vanguarda [...] já que exercia essa influência muito grande do ISEB onde estavam os grandes pensadores do Brasil na área de desenvolvimento e de política [...] inclusive alguns vinham de fora, da Europa principalmente da França, havia uma evidência muito grande da França sobre alguns elementos que estavam na Fundação Getúlio Vargas, o próprio Guerreiro Ramos (...) um dos maiores sociólogos na minha opinião. (CAMPOS, 2009).

Outro depoimento destaca a formação oferecida pela FGV:

[...] A Fundação [Getúlio Vargas] propiciava [...] tudo que era necessário pra você se desenvolver intelectualmente, palestras e mais palestras, laboratório de línguas, coisa que até hoje aqui eu nunca vi, [...] grandes palestrantes, pessoas de um peso muito grande [...] Josué de Castro [...] Roland Corbisier (SOUSA, 2010)²²².

Não por acaso, os tecnocratas saíram a campo para colher um “repositório de informações e dados complementares sobre a economia goiana”. Os tecnocratas alegaram a ausência de dados estatísticos adequados para a realização do trabalho.

[...] A elaboração de um plano diretor de investimentos está condicionada à existência de informações adequadas [...] Para o Estado de Goiás, as informações existentes são limitadas e falhas, não permitindo uma correta avaliação de suas reais possibilidades (PLANO MB, 1961. vol. I p. 23).

Impostas pelos limites organizativos e técnicos da burocracia estadual

[...] as repartições estaduais não foram capazes de fornecer dados sobre o custo unitário das diversas obras e serviços. Esse problema tornava-se mais grave na alocação espacial do programa. Devido à extensão territorial e às dificuldades de transporte no Estado, o custo das obras variava segundo a sua localização geográfica (ALMEIDA, 1964, p. 53-54).

Por conseguinte, utilizaram como fonte dados fornecidos pelo Clube de Engenharia, Federações das Indústrias do Estado de Goiás, associações do estado, comércio, Sociedade Goiana de Pecuária, Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, Associação Médica de Goiás, além de órgãos federais, estaduais e municipais,²²³ acrescidos da “boa vontade de algumas empresas e engenheiros particulares, foi possível superar esse obstáculo” (ALMEIDA, 1964, p. 54), da falta de um banco de dados. A preocupação em reunir o maior número possível de dados sobre o estado, de mobilizar colaboradores conhecidos nacionalmente visava garantir a aceitação e o prestígio do Plano nos diversos segmentos da sociedade. Os dados recolhidos e articulados aos modernos métodos estatísticos²²⁴ resultaram

²²² Edward Rosa de Sousa, administrador, ex-assessor do governo Mauro Borges, integrante do grupo da FGV. Professor aposentado/UFG/UCG. Entrevista realizada no dia 26/6/2010, em sua residência, Goiânia.

²²³ Ver: *O JORNAL*, 5 fev. 1961.

²²⁴ O estudo proposto pelos idealizadores do Plano MB foi construído em duas etapas: diagnóstico e plano de ação. O levantamento revelou-se uma fonte para a análise das condições em que Goiás se encontrava à época, com base em métodos científicos. Por fim, utilizando o *sistema de contas sociais*, produziu o diagnóstico do estado de Goiás no tocante à renda interna, conforme áreas regionais, no sentido de mensurar as oportunidades e os entraves que se apresentavam ao desenvolvimento do estado de Goiás. A opção pelo *sistema de contas sociais* foi sua eficácia nas ações que envolvem decisão econômica, sobretudo no campo da política governamental, “[...] quer como instrumento analítico de sua aplicação, quer como fonte de informações necessárias à sua

em “[...] exaustiva análise da realidade do estado”, em diferentes áreas, com base em informações colhidas em diversos órgãos, “[...] sem quaisquer injunções políticas ou de qualquer espécie”. Na etapa seguinte, organizado em setores prioritários “[...] partiu-se para uma política sistemática de desenvolvimento econômico vinculada às experiências, tradições e sentimentos do povo goiano” (PLANO MB, 1961, v. I p. 15).

Naquela conjuntura, a tentativa de imprimir um caráter eminentemente técnico na elaboração do Plano MB é descartada por Dreifuss (1981),²²⁵ sobretudo, pelo complexo papel exercido pela FGV e o IBRE, vistos por ele como centros ideológicos-chave, atuando tanto na preparação de quadros para a administração pública e privada como no apontamento de “[...] diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como *think-tanks* empresariais e governamentais” (DREIFUSS, 1981 p. 76-77). Com isso, no entendimento de Dreifuss (p. 77), os “[...] interesses multinacionais e associados estavam fortemente representados” mediante a presença dos tecno-empresários e dos técnicos dessas instituições e de outras, como o BNDE, na “[...] estrutura política dos aparelhos ideológicos dos interesses multinacionais e associados em sua campanha contra a convergência de classe populista e seu Executivo”. Em linhas gerais, no plano elaborado para o governo de Goiás, a racionalidade incorporada vinha ao encontro dos interesses capitalistas, com base na definição das prioridades dos investimentos públicos em CGP: energia, transporte, e comunicação, saúde e Assistência social, educação e cultura, agricultura e pecuária, aperfeiçoamento e atualização das atividades do estado, turismo, levantamento de recursos naturais, fundo de desenvolvimento econômico, etc. O propósito das diretrizes políticas incorporadas nessas áreas foi expresso em 50 metas. Nenhuma destinada à indústria.

própria formulação”. A intenção era garantir ao gestor os meios técnicos necessários para tomada de decisão na tentativa de suprimir os desperdícios da pulverização de verbas, distribuir os recursos de maneira racional, evitando a sobreposição de ação, para além da possibilidade de conter as ingerências políticas existentes nas administrações, onde o poder público era exercido e usado como se fosse privado (PLANO MB, 1961, v. I p. 75).

O Sistema de Contas Sociais refere-se a um sumário contábil dos fatos que caracterizam a atividade econômica de um país, dando uma visão apurada da situação econômica e do seu ritmo de crescimento. Para Bresser Pereira (1972), os conceitos de riqueza nacional e capital nacional constituem o núcleo básico do sistema, para além de base técnica, pressupõe um criterioso levantamento e montagem das contas, o que requer uma organização administrativa especializada. No Brasil, a Fundação Getúlio Vargas, por meio do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), atende esse objetivo com publicação anual das contas brasileiras, desde 1947. Tal sistema ao produzir e organizar continuamente informações relevantes fornece elementos para identificar os problemas que afetam o conjunto do sistema econômico. Por seu intermédio, então, se obtém um retrato da realidade econômica e social, o que possibilita acompanhar o crescimento ao longo do tempo, bem como, estabelecer comparações, em termos de crescimento econômico, com outras realidades.

²²⁵ A obra *1964: A conquista do Estado* (1981) retrata de forma minuciosa a articulação do governo americano, dos tecnoempresários brasileiros, das multinacionais e dos militares brasileiros e americanos em prol do Golpe civil-militar de 1964.

3.2.1 Plano MB: retomando o fio da história

Conforme argumento exposto, o estado de Goiás, historicamente, permaneceu “[...] durante mais de um século, em estado de semi-isolamento que perdurou até o início do movimento de mudança da capital do estado para Goiânia” (PLANO MB, 1961, v. I p. 18). Pelas mãos de Pedro Ludovico, Goiás “[...] toma novo alento [...] numa redescoberta precursora do alongamento das fronteiras de investimento do Brasil”, garantindo sua articulação ao eixo dinâmico do país (PLANO MB, 1961, v. I p. 18). Numa tentativa de enaltecer os feitos de Pedro Ludovico, seu governo foi associado à ideia de modernidade, de desenvolvimento, pelos idealizadores do Plano MB.²²⁶ Na contraposição, a noção de semi-isolamento, a construção do urbano esteve vinculada ao progresso, visto como modernização, ligada a atmosfera favorável para a “prosperidade acentuada traduzida no desenvolvimento de determinadas culturas agrícolas, numa incipiente industrialização e na intensificação das correntes migratórias”, associados a serviços básicos de saneamento e de infraestrutura urbana (PLANO MB, v. I p.18). A visão de Goiás semi-isolado, ligado à ideia de terra longínqua, de um lugar inóspito, atrasado, de dias iguais a todos os dias, “alheio ao tempo e a prosperidade” (CHAUL, 1997, p.17), conforma o olhar dos viajantes europeus que aportaram por aqui, tomando como referência os sítios marcados pelo progresso e urbanização, com industrialização crescente, com fábricas em pleno vapor e o mundo se interligando pelo acesso aos meios de comunicação modernos. Isso demonstra que o significado atribuído ao local estava diretamente vinculado à visão de mundo dos viajantes e aos contextos econômicos e políticos a que estão inseridos. Ademais, houve, por parte de estudiosos goianos, o esforço de situar Goiás um lugar desvinculado da imagem de atraso, decadência, Entre eles, Chaul (1995, p.16),²²⁷ Autor destaca que a passagem dos viajantes por Goiás, coincide com o esgotamento do ciclo do ouro, pois “[...] os aventureiros foram trilhar outras paragens”, deixando o rastro de pobreza, ócio, atraso e isolamento, que culminou no estigma de decadência que perdurou por muitos anos em Goiás. De igual modo, “[...] Não foi nada fácil nem tranquila a transição da economia aurífera, de feições capitalista e urbana, para a

²²⁶ O Plano de Desenvolvimento Econômico descortinava para Mauro Borges a possibilidade de retomada do processo iniciado por seu pai, Pedro Ludovico Teixeira, nos anos 30, que projetou Goiás nas trilhas da modernidade, com transformações e mudanças. Nesse sentido, Goiás, que emerge nos anos 30, tem no governo de Mauro Borges uma expressão maior daquele processo de mudança administrativas, aliada aos ideais desenvolvimentistas. LUZ, Gil Mendes. *Planejamento e intervencionismo estatal em Goiás*. Goiânia: UCG, 2001.

²²⁷ Consultar: CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997; *Goiás: da decadência à modernidade*. Ciências Humanas em Revista. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás. v. 6, n. 2, Goiânia. jul/dez. p 11-26. 1995.

agricultura e a pecuária, desenvolvidas em fazendas dispersas pelos ermos e gerais do continente goiano” (FREITAS; NANCY, 1995, p. 116).²²⁸

Em outra direção, Chaul (1997) trabalha momentos precisos e significativos nos processos de mudanças experimentadas em Goiás: a chegada dos bandeirantes, ávidos pelas minas de ouro existentes no estado, o desenvolvimento da agropecuária e a chegada dos trilhos. São acontecimentos que reforçam, de alguma maneira a ligação de Goiás a outros centros, afinal, “[...] Toda essa gente não encontrou a falta de caminhos nem obstáculos intransponíveis para chegar a Goiás” (CHAUL, 1995, p. 16). Somavam-se a essas atitudes “[...] os arautos de 30 [que] procuraram reconstruir a imagem de Goiás, imprimir uma face mais contemporânea” com o “[...] uso político-ideológico [...] na construção da imagem de um novo tempo [...] novo Goiás que emergia” (p. 12).²²⁹ Entretanto, não se pode imputar somente a isso, o processo de modernização. Outros acontecimentos corroboraram no desenvolvimento política, econômica, social de Goiás. Em relação à sua ocupação, Dayrell (1984, p. 21) relata que desde o último quarto do século XIX, o estado apresenta um crescimento populacional significativo, em especial no centro-sul, com acentuada presença da migração. A autora justifica, ainda, que até pela área total de Goiás, “[...] os conceitos de denso e rarefeito devem ser relativizados em face à extensão do estado”. O estudo de Campos (1985) atesta que logo após o início da Primeira Guerra Mundial, em meados de 1914, ocorreu um movimento favorável ao processo de expansão capitalista em Goiás, com a chegada da ferrovia. Os trilhos encurtaram a distância entre as zonas urbana e rural e abriram caminho para o produto goiano abastecer o mercado do centro do país, apresentando vantagens comerciais e, da mesma forma, atendendo às demandas goianas ao trazer as mercadorias industrializadas.

[...] na realidade ela (região centro-oeste, e nela Goiás) exerce grande fascínio como mercado potencial e intensificável. Ainda mais e cada vez mais seduzida pelo “progresso” ela se deseja consumidora dos importados (DAYRELL, 1984 p. 21).

Estevam (2004, p.74), assim como para Campos (1985), apontam a mudança progressiva no estado com a chegada da ferrovia em solo goiano, responsável pelo tempo das transformações em Goiás, sobretudo, pelo o desenvolvimento do sul/sudeste/sudoeste do estado, como visto anteriormente. Estevam (2004) lembra que “[...] Goiás mantinha

²²⁸ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de; SILVA, Nancy, Ribeiro de Araújo e. *Antigas fazendas do Planalto Central*. Ciências Humanas em Revista. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás. v. 6, n. 2, Goiânia. Jul /Dez. p 113-130. 1995. ISSN 0104-3587.

²²⁹ “[...] creio que é possível afirmar plenamente que a construção de Goiânia marcou o início de uma nova época no desenvolvimento de Goiás”. PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente. 1976, p. 98.

articulações comerciais com São Paulo principalmente a partir do final do século XIX”, quando a “economia paulista incorporou áreas limítrofes ao processo de acumulação”, por meio da “Mogiana que ingressou em territórios fora da região paulista transportando produtos manufaturados, alimentos e matérias primas”; ao atravessar o Triângulo Mineiro, intensificou o comércio desse local com o sul de Goiás, favorecendo maior integração da economia da região com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

A “[...] Estrada de Ferro Goiás era uma das ferrovias que no período fornecia lucros regulares” (RABELO, 1978, p. 53), resultado da significativa demanda. Como se percebe, após 1930, medidas propostas pelo governo de Getúlio Vargas e posteriormente por JK provocaram impacto direto em Goiás. De Vargas, veio a *Marcha para o oeste*,²³⁰ deflagrada em 1940, e sustentada “[...] com a entrada no estado de uma massa de migrante que escapava ao controle dos senhores de terra e de sua política tradicional”, argumenta Rabelo (1978, p. 7). Situação que colocou Goiás entre os que mais receberam migrantes e que menos expulsaram a população.²³¹ Paralelamente aos projetos de colonização, a política de transporte priorizou os investimentos rodoviários, na tentativa de acelerar a integração nacional. Todas essas mudanças foram acompanhadas pela Fundação Brasil Central (1943),²³² que sintetizou as ações do Estado Novo associadas à *Marcha para o oeste*, ocupando-se da urbanização e modernização socioeconômica e cultural da região Centro-Oeste, ao assegurar a segurança das fronteiras, favorecer a ampliação das fronteiras internas do país e conduzir as correntes migratórias para ocupação dos vazios ali existentes (MACIEL, 2007; DAYRELL, 1974). Não por coincidência, as articulações construídas por JK, sobretudo com o Plano de Metas, deram continuidade ao “[...] processo de redefinição estrutural de Goiás” (ESTEVAM, 2004, p. 119). Atualizando a proposta de ocupação e interiorização, para expandir a *fronteira agrícola* para o Centro-Oeste, entre 1950 e 1960, o governo federal investiu em obras de relevo, ao deslocar para essa região grandes projetos agropecuários e integrar a economia

²³⁰ A criação de Goiânia cumpre mais uma etapa da Marcha para o oeste. Consultar CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. 2. ed. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1999.

²³¹ Na década de 1940, a população de Goiás cresceu 47,0% e na década seguinte 57,0%; em termos nacionais os índices foram 26, % e 35,0 %, respectivamente, trazendo sérias consequências para o acesso a serviços básicos.

²³² Criada por Vargas em 4/10/1943, pelo decreto nº 5.878, organizada como entidade de direito privado, não se submetendo às normas comuns das autarquias e empresas estatais, obteve grande flexibilidade de atuação para fundar cidades, construir campos de aviação, construir ferrovias e tornar-se sócia em empreendimentos econômicos, administrar armazéns e entrepostos comerciais. Entre os negócios a que se dedicou: Entrepasto Brasil Central, Usina central sul-goiana (destinada à cana de açúcar) e Estrada de Ferro Tocantins. Sobre a FBC, consultar Maia, João Marcelo Ehlert. *Os sentidos do Oeste: espaço, imaginação social e construção do estado*. CPDOC-FGV, 2007; _____. *As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central*. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a04v53n3.pdf> Acesso em: 22 dez 2013.

regional ao eixo dinâmico do capitalismo. Vem daí a construção da rodovia Belém-Brasília, garantindo a interligação dos centros urbanos, com intensificação do deslocamento de migrantes em direção a Goiás, sobretudo ao norte, junto à fronteira com o Estado do Maranhão, região conhecida como Bico do Papagaio. Esse movimento migratório se inseriu na lógica da expansão capitalista conduzida pelo Estado para promover a ocupação dos vazios demográficos; o financiamento de grandes projetos de infraestrutura, voltados para o setor agrícola, com construção de armazéns e silos, armazéns frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura e fertilizantes; a construção de Brasília, expressão maior da proposta desenvolvimentista de JK, “símbolo do ultramoderno na exaltação do urbanismo” (SOUZA, 1990). O Plano de Metas priorizou projetos de infraestrutura, dentre os quais, para a geração de energia elétrica, a construção de hidrelétrica no Rio Paranaíba, no extremo sul de Goiás, para abastecer a futura capital federal. Incentivou, ainda, o governo estadual a criar as Centrais Elétricas de Goiás (CELG), com investimentos financeiros majoritariamente de fontes federais. Ao lado da política agrícola e de energia, mereceu atenção especial de JK, a implantação e melhoria da infraestrutura dos meios de transporte, com priorização do setor rodoviário. Tal atitude repercutiu em Goiás,²³³ “[...] consideravelmente no processo de integração do comércio. [...] As vias eram administradas por empresas particulares [...] que transportavam cargas e passageiros, cobrando pedágios ao longo das mesmas” (ESTEVAM, 2004, p. 119). Além disso, parcela significativa da malha do estado era constituída por estradas secundárias, que afluíam para os terminais ferroviários e para os novos municípios que surgiram em função da construção de Goiânia. Por tratar-se da grande fronteira agrícola nacional, a região centro-oeste como um todo foi contemplada dentro do planejamento do governo federal, voltado para a infraestrutura de transportes e estreitando as ligações com o eixo dinâmico do país e as mais diversas áreas do território nacional, além de melhorias nas comunicações intra e inter-regional do estado. Todas essas iniciativas, associadas “[...] a implantação de Brasília constituiu o ápice desta diretriz interiorizante [...] assim, a implantação da nova capital veio reorganizar o espaço socioeconômico do planalto central brasileiro”, fortalecendo seu elo com o centro dinâmico do país (ESTEVAM, 2004, p. 117-118). É sabido que todas essas ações foram decisivas na ordem econômica em Goiás, com

²³³ Estevam comenta que, a partir da segunda metade da década de 1950, o cenário rodoviário de Goiás tem profundas alterações. De 103 km de rodovias federais em 1952, salta para 2.782 km em 1960, dos quais 590 pavimentados. Em termos das rodovias estaduais e municipais, houve aumento da extensão. Segundo o autor “[...] os efeitos da construção de Brasília e da implantação das rotas federais exigiram dos governos de Goiás a complementação das estradas estaduais permitindo acesso às rodovias principais.” (2004, p. 119).

impacto na vida socioeconômica regional, acompanhada de um cenário de contrastes e desigualdades sociais.

São reflexões para demonstrar que havia um movimento favorável para assentar as bases do programa de desenvolvimento proposto pelo Plano MB, assim como, no transcorrer de outras experiências administrativas estaduais, gestaram-se iniciativas importantes para uma mudança de estilo, que ocorreria no governo Mauro Borges.

3.2.2 Origem política e proposta desenvolvimentista

A primeira tentativa de construir um plano de desenvolvimento econômico para Goiás ocorreu em 1955, quando as classes produtoras, diante do padecimento das regiões subdesenvolvidas em relação ao “[...] prestígio político e poder econômico das regiões mais prósperas”, sugeriam ao “[...] governo estadual [...] liderar o planejamento do desenvolvimento econômico do estado, já que não se poderia esperar do governo federal a iniciativa da programação do desenvolvimento do Centro-Oeste, região pioneira no Brasil”. De certa forma, buscando defender seus interesses, “[...] dada a relevância dos problemas de desenvolvimento econômico, a responsabilidade dos seus estudos e planejamento” (ALMEIDA, 1964, p. 47), deveria ser assumida por uma Comissão de Desenvolvimento Econômico composta pelos poderes legislativo, executivo e classes produtoras. Entretanto, não surtiu o efeito esperado, pois “[...] as questões administrativas continuavam menos importantes do que os interesses políticos”. Tal iniciativa vai surtir efeito no governo de José Feliciano, com apoio do deputado federal Mauro Borges Teixeira, aproveitando a melhor oportunidade colocada por aquele momento histórico, espelhada na construção de Brasília e “[...] no entusiasmo do candidato situacionista à governança” guiado por um plano de desenvolvimento econômico, na expressão de Almeida (1964, p. 47).

O Plano MB foi elaborado e implementado em uma conjuntura de euforia desenvolvimentista, marcada pelos ideários e planejamento econômico²³⁴ proposto pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A ideologia desenvolvimentista apoiava-se na tese de que o atraso dos países do Terceiro Mundo era consequência de seu acanhado processo industrial e de suas insuficiências tecnológicas. No contexto

²³⁴ A experiência de estudos e planos econômicos dá sinais na década de 1930, mas, ganham fôlego a partir da década de 1950. Inserem neste movimento, as experiências de conselhos técnicos do governo Vargas (1930-1945); Missão Cooke (1942); Plano SALTE do governo Dutra (1946-1951); Missão Jonh Abbink (1948); a Comissão Conjunta de Desenvolvimento Econômico Brasil Estados Unidos (1953); Plano de Metas de JK (1956-1961).

desenvolvimentista, a pobreza e as desigualdades sociais eram postas como resultado do pífio desenvolvimento econômico. O relatório apresentado pela comissão, em parceria com o BNDE, baseou-se em projeções do desempenho da economia e da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico. Tal documento identificou áreas prioritárias e de estrangulamento de investimento. Suas principais diretrizes foram incorporadas ao programa econômico proposto pelo Conselho de Desenvolvimento,²³⁵ o Plano de Metas, com efetivo investimento estatal nas Condições Gerais de Produção, traduzidas em cinco áreas prioritárias – energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação – apontadas como imprescindíveis para elevar o nível de vida da população brasileira, com garantia de equilíbrio econômico e social.

Juscelino Kubitschek (1956-1960) pôs em marcha o Plano de Metas – *fazer o país crescer 50 anos em 5* – para a aceleração do crescimento econômico,²³⁶ com abertura da economia ao capital estrangeiro associado ao capital nacional, com o objetivo de desenvolver o mercado interno e incentivar o consumo, mediante expressiva política de crédito. Com investimento em infraestrutura, a ação foi decisiva, resultando no avanço do setor industrial, planejado e coordenado pelo Estado. A partir de então, são oferecidas as condições objetivas para a entrada do capitalismo monopolista no Brasil, com desenvolvimento desigual e combinado, expressão da industrialização dependente. A esse respeito, Sodré (p. 114-115),²³⁷ destacou aspectos importantes do modelo desenvolvimentista responsável por

[...] conciliar a alavanca do núcleo do capitalismo estatal com uma forma de capitalismo monopolista, sob o controle das forças conservadoras internas e das forças neocolonialistas externas. [...] com participação ativa e decisiva das multinacionais.

Com efeito, cresceu a população urbana, dominada pelo operariado industrial e também por trabalhadores braçais não integrados ao setor industrial, empregados dos serviços públicos, operários de pequenas oficinas e do setor terciário, trabalhadores por conta própria, entre outros. A conjuntura foi marcada pelo descontentamento nos setores de trabalhadores organizados, com fortes pressões sobre o Estado na defesa dos seus direitos. Se o processo de acumulação, até então se efetivava pelo aumento da jornada de trabalho, agora seria pelo uso

²³⁵ Criado pelo Decreto 38.744, de 1956, para propor estratégias de desenvolvimento para o país.

²³⁶ As medidas implementadas por JK garantiram ao país quase a duplicação da produção industrial. O PIB brasileiro durante seu governo cresceu três vezes mais do que o latino-americano, chegando a uma média de 7% anual. SILVA, Magno Klein. *Juscelino Kubitschek e Dwight Eisenhower: Diálogos*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, nº 03, Rio de Janeiro, 2009.

²³⁷ Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil – de Getúlio a Geisel*. 3. ed, São Paulo, Ed. Cortez, 1995.

da tecnologia, que processava o controle e a expropriação da classe operária. Para o Estado, impôs-se a constante necessidade de desenvolver mecanismos de aumento da produtividade da força de trabalho, para responder as necessidades do capital, seja por benefícios, pela coerção ou pelo contínuo processo de inovação tecnológica, como avaliou João Bernardo (1990). Tudo como exigência da expansão descomunal do capital, que trata o monopolismo, visto pelo crescimento das organizações capitalistas transnacionais, pela busca por mercados além de suas fronteiras nacionais, forçando a concorrência, buscando a integração,²³⁸ dirimindo os conflitos intercapitalistas, com vista à concentração e centralização do capital mediante a extorsão da mais valia.

Acresce, ainda, que esse modelo estimula a competitividade e, conseqüentemente, o aumento da produtividade, da eficiência, da qualidade. Aspectos que tornam elementar o papel do gerenciamento do trabalho no sentido do controle. O uso de processos racionais, como o planejamento, fornece meios para lidar com as relações sociais no sentido do controle, da exploração, da neutralidade e da eficácia. Dessa forma, dá-se a prática dos tecnocratas, dos gestores, na função de planejar, organizar, coordenar e controlar, enfim, responder às complexidades impostas pelo capital.

[...] O processo de produção torna-se mais complexo e o peso da maquinaria aumenta; o capital concentra-se e a propriedade se dispersa nas sociedades por ações; a divisão do trabalho em manual e intelectual exacerba-se; as estruturas de poder transformam-se de forma decisiva, fundindo-se o político com o econômico (BRUNO, 1986, p.15).

E, nessa prática, efetivam-se todos os meios necessários para que o Estado intervencionista pudesse garantir as Condições Gerais de Produção para o funcionamento do capital, seja em demandas por infraestrutura, seja pelos instrumentos de coerção ou punição necessários à extração da mais valia (BERNARDO, 2009, 1998, 1979).

3.2.3 A estrutura do Plano MB: limites e possibilidades

Os tecnocratas do IBRE/FGV, como visto, seguiram tendência nacional, com base na retórica desenvolvimentista, considerada por estudiosos, como Rabelo (1978), Campos (2009) e Luz (2001), como um instrumento de planejamento inovador em termos de experiência de políticas públicas em Goiás.

²³⁸ Para João Bernardo (2009, 1998, 1979), no capitalismo as empresas estão articuladas entre si e integradas nas Condições Gerais de Produção, assim, concorrência e integração não se contrapõem, muito pelo contrário, são etapas de um mesmo processo, em que o primeiro legitima o segundo. Essa consideração toma como base o capitalismo como totalidade

[...] uma tentativa de planejamento regional em que, sem abandonar a tutela da política federal, a administração estadual pretende encontrar solução para o desenvolvimento econômico do Estado dentro de seus próprios recursos e mediante a coordenação e sistematização dos investimentos que serão realizados no estado pelas três esferas de governo e pela iniciativa privada (PLANO MB, 1961, v. II, p. 14-15).

No diagnóstico apresentado pelo Plano, Goiás figurava como estado *atrasado*, com “[...] área escassa e esparsamente povoada, de produção agropastoril, de indústria de transformação que não merece o qualificativo de embrionária” (PLANO MB, 1961, v. 1 p. 19), carente dos devidos requisitos técnicos, científicos, infraestruturais e econômicos para figurar entre os estados desenvolvidos. São Paulo e Rio Grande do Sul, centros industriais, eram, naquela conjuntura, parâmetros do desenvolvimento nacional. De posse das informações, os tecnocratas apresentaram a realidade do estado, problematizando as condições de infraestrutura e os fatores específicos de produção da economia goiana, com base em dois setores, o rural e o urbano.

Ainda que a elaboração do Plano tivesse-se deparado com atropelos de ordens diversas, isso não impedia que alguns aspectos fossem aprofundados, no entendimento de Rabelo (1978). No caso da análise da estrutura econômica do estado, “[...] visto sob o prisma estritamente econômico da relação entre os setores primário, secundário, terciário”, ficou condicionada aos agregados mais significativos das taxas de expansão da economia em termos reais e uma projeção da demanda global de 1965, “[...] sem nenhuma relação com as condições de vida da população”. Indo mais além, Rabelo questiona: “[...] As próprias metas, estabelecidas tendo em vista o atendimento das necessidades básicas desta população, não foram frutos de uma análise sistemática” (1978, p. 139).

[...] seria uma tentativa de planejamento regional em que, sem abandonar a tutela da política federal, a administração estadual pretendia, dentro de seus próprios recursos e mediante a coordenação e sistematização dos investimentos que seriam realizados no Estado pelas três esferas do Governo e pela iniciativa privada, a formulação de uma nova estrutura econômico-social que superasse a realidade vigente.

O conjunto das orientações, “[...] visando elevar, ao máximo e no menor espaço de tempo possível, os níveis de vida da população” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 15), com valorização do “indivíduo moral, intelectual e material” (ALMEIDA, 1964, p. 55), responderia as ações ordenadas por meio do Plano MB, no qual o desenvolvimento e o progresso de cada região goiana deveriam se ajustar, na busca do bem-estar social. Assim, seriam criadas as bases para inserir o estado nos marcos do desenvolvimento nacional, ao promover e incentivar o desenvolvimento do interior de Goiás, aproveitando as vantagens que Brasília poderia propiciar para o Centro-Oeste. Observa-se que estava implícita no Plano, a

ideia de que a mudança da capital para o centro-oeste sob a influência da expansão da fronteira expressava a melhor oportunidade para estimular o desenvolvimento de Goiás, na tentativa de integrar a economia regional ao eixo dinâmico do capitalismo nacional. Ao considerar que “[...] pelo desenvolvimento ao acaso, será impossível Goiás manter a distância cada vez menor com o grau de progresso logrado nos centros industriais” (Plano MB, 1961, v. II, p. 14), os idealizadores do Plano salientavam a imprescindível necessidade de adotar medidas por meio das políticas públicas para reverter a situação:

[...] O Plano tem por objetivo básico assegurar um aumento substancial da taxa de crescimento anual da renda *per capita* [...] distribuindo os recursos de que o estado possa dispor de forma racional, visando elevar, ao máximo e no menor espaço de tempo possível, os níveis de vida da população. Com esse propósito foram fixados objetivos específicos e estabelecidas metas numéricas a serem alcançadas no período 1961/1965 (PLANO MB, 1961, v. II p. 15).

Em contrapartida, os responsáveis pela elaboração do Plano chamavam a atenção para a “[...] a necessidade de uma ação disciplinadora sobre as decisões de investir na esfera governamental” com

[...] um programa de ação ou plano diretor de investimentos sob os auspícios do governo estadual, na tentativa de impedir que a ação desequilibrante de Brasília, seja em curto prazo, um fator negativo para a economia do estado e dela retire a centelha de progresso duradouro (GOIÁS, 1960, v. I, p. 20).

Assim, no conjunto das orientações do documento, com reforma, planejamento e bem-estar social, o desenvolvimento e o progresso deveriam ser garantidos sem o mínimo de trauma ou ameaças à ordem estabelecida – em sintonia com o perfil reformista de Mauro Borges. Rabelo (1978, p. 136) diria o seguinte: “[...] O Plano era o elemento que justificava a penetração do estado em áreas que a iniciativa privada não alcançava, ou que simplesmente estava em inatividade”, visando assentar as bases para o desenvolvimento do capitalismo em Goiás. Tal programática se inspirava na prescrição de Keynes, favorável ao intervencionismo estatal na economia, com criação de um ambiente favorável aos investimentos privados. Todavia, dentro de uma realidade com prevalência do setor primário, e precárias condições de transportes e comunicação, Goiás se mostrava distante dos interesses privados. Entre os tecnocratas, “[...] A ideia dominante passa a ser a da integração das áreas menos desenvolvidas numa economia mais avançada”, com incentivos para atenuar as disparidades, historicamente responsáveis pelos desequilíbrios econômicos, culturais e sociais. Conforme Rabelo, “[...] O Plano se justificava tendo em vista os desequilíbrios surgidos na região com a nova fronteira agrícola” (1978, p. 137). Como tal, a necessidade imperiosa que determinadas regiões transformassem em [...] pólos diretores do crescimento ou pontos de germinação de

progresso” (PLANO MB, 1961, v. I p. 19). Goiânia espelhava ponto de germinação para o crescimento do estado, e, por assim compreender, deveria captar os investimentos em CGP para o seu desenvolvimento industrial. Nas áreas reconhecidas como zonas pioneiras de crescimento econômico, a proposta foi dar ênfase às atividades econômicas ali presentes, em acordo com a classificação setorial. O que se pode aferir é que o Plano elegera dois pólos de desenvolvimento, Goiânia e Mato Grosso goiano, e, conseqüentemente a infraestrutura, a agricultura e a pecuária como metas de desenvolvimento.

As diretrizes do Plano MB refletiam claramente a proeminência estatal na condução e na promoção do desenvolvimento e do progresso, traduzidos na melhoria das condições humanas e das necessidades básicas de infraestrutura, aproveitando os “[...] extraordinários índices de crescimento de sua economia” (Plano MB, 1961, v. II, p. 15).²³⁹ Ao discutir o assunto, Bresser Pereira diz sobre o desenvolvimento: “[...] se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico” (2006, p. 1). E o desenvolvimento econômico, para o autor, está condicionado à forma de agir das instituições. Que

[...] as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o Estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 6).

A euforia com os índices de crescimento se confrontava com o desempenho da renda *per capita* de Goiás, criticada pelos idealizadores do Plano. Em certo sentido, transparecia a noção de injustiça, a ausência de um programa que alterasse o panorama “[...] a renda per capita dos goianos é inferior à de seus [...] vizinhos”. Quando “[...] relacionado [...] com a dos estados da Guanabara e de São Paulo tem-se uma ideia do desnível entre o padrão de vida do povo goiano e dos grandes centros do país” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 15).

Nesses termos, reforçava a concepção do Plano MB, de identificar as CGP nas quais a intervenção do estado era indispensável. A partir daí, organizá-las e aperfeiçoá-las sob o comando do governo estadual no sentido de implantar uma infraestrutura, reestruturar as atividades administrativas, promover a modernização da agricultura e pecuária, segurança pública, transportes, estradas, comunicação, energia elétrica, turismo, saúde, educação, assistência social, armazenagem, indústria básica. A infraestrutura material aliada aos

²³⁹ Em termos reais, o produto interno cresceu 10,5% ao ano (PLANO MB, 1961, v. II)

aspectos sociais e culturais, também incorporados às Condições Gerais de Produção, são decisivas na promoção do crescimento econômico e organização/expansão capitalista. Foi este o grande dilema que se mostrou aos tecnocratas:

[...] a necessidade de se isolar, das verbas destinadas a obras públicas, as importâncias aplicadas no pagamento de pessoal usado em tarefas burocráticas. Observou-se que essas dotações estavam seriamente comprometidas com o pagamento de pessoal não vinculado às obras públicas admitidos segundo interesses político-partidários, burlando a legislação relativa a pessoal (ALMEIDA, 1964, p. 53-54).

Souza (1990) reporta ao Plano de Desenvolvimento Econômico, buscando identificar o uso que dele faz Mauro Borges:

[...] Mauro Borges, faz uma construção mítica do urbano. Como se, de repente, num passe de mágica, a sociedade agrária se urbanizasse e deixasse no passado remoto todos os traços arcaicos, propriamente rurais (SOUZA, 1990, 48).

No argumento de Souza (1990, p. 51), ao implantar o projeto modernizante, tinha por intenção

[...] mudar a imagem que se tinha de Goiás, enquanto estado agrário, atrasado e, fundamentalmente a imagem do seu pai enquanto chefe oligárquico,²⁴⁰ sobre quem pesava a memória de desmandos [...] aliada à de agente modernizante nos anos 30. Daí a necessidade de reificar o moderno para contrapô-lo ao tradicional.

Mauro Borges fez um governo inovador, na leitura de Campos (2009, p. 44), no que refere à adoção de processos administrativos racionais articulados à execução de um plano de metas, favorecido de alguma maneira por iniciativas implementadas anteriormente, visto que as “[...] as condições necessárias à implantação das mudanças por ele introduzidas foram construídas nos governos que o antecederam”.

Segundo Francisco Rabelo, o Plano MB buscou inspiração no Plano de Metas de JK, sobretudo para acelerar o processo de acumulação, aumentar a produtividade e melhorar o nível de vida da população do estado de Goiás. O Plano não era um projeto social, não tratava de um catalisador de interesses de classe que buscasse sua implantação na sociedade como um todo, decorrente de uma luta na disputa do poder político. Em suas propostas, todavia, respaldava a agricultura, e, de alguma maneira, representava os interesses rurais. Como dito por Rabelo, em seu conjunto, o Plano trouxe

[...] metas gerais agrupadas em vários setores e a previsão orçamentária a mais flexível para que se pudesse adaptá-la às conveniências de uma sociedade cujas políticas governamentais ainda não obedeciam a uma racionalidade e estavam sujeitas aos interesses tão tradicionais quanto escusos (1978, p. 137).

²⁴⁰ Para o deputado Alfredo Nasser, Pedro Ludovico produziu o ludoviquismo “[...] sistema de governo fundado na violência”. *Jornal de Notícias*. Goiânia. 28 ago.1959, primeira página.

Os proprietários rurais receberam o Plano com certa desconfiança, sem perceber que “[...] ele vinha de encontro aos interesses dessa classe e sua execução iria favorecê-los”. A racionalidade proposta pelo plano foi vista pelos proprietários rurais como “rigores do Major Mauro Borges”, argumenta Rabelo (1978, p. 143).

O relator do Projeto de Lei nº 79/G – Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, deputado Celestino Filho (PLANO MB, 1961, v. II, p. 118), defende a ideia que

[...] O Plano MB não apresenta nada de novo no campo científico da pública administração. Ao contrário, o seu grande mérito, como o do Plano SALTE, o do PAG, do doutor Carvalho Pinto, verifica-se pelo aproveitamento de velhas lições de economistas, sintetizadas no esquema de trabalho de Fayol: prever, organizar, planejar e executar (POPE).²⁴¹

O deputado reconhecia como limites para a elaboração do Plano as precárias informações, entretanto, “[...] deve aproximar da realidade”. Seu sucesso vai “[...] depender do acerto da previsão das rendas públicas e da atração de financiamentos para o desenvolvimento de nossa infraestrutura econômica”. Todavia, manifestava-se positivamente em relação ao Plano, considerando o cenário favorável, “[...] são alvissareiras, dada a posição invejável em que estamos colocados” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 118).

Pedro Ludovico e Mauro Borges assumiram toda a articulação e negociação política junto a Assembleia Legislativa, para vencer as resistências e garantir sua aprovação. “[...] As objeções apresentadas foram desde a absoluta descrença na sua exequibilidade financeira até aos que considerava incompleto porque não previa a construção de campos de futebol” (ALMEIDA, 1964, p. 54).

Na verdade, para Almeida, as objeções ao Plano estavam voltadas para a sobrevivência das cotas pessoais. “A impressão geral era que a aprovação do Plano significaria o [seu] fim”; ou porque “[...] as obras estariam fora do alcance dos parlamentares, ou porque o volume dos investimentos previstos deixava uma impressão pessimista quanto às possibilidades financeiras de atendimento” dos interesses clientelistas (1964, p. 54). Sendo assim, a aprovação do plano foi condicionada a “[...] a intocabilidade das cotas pessoais e da promessa de *prestigiar* os deputados através da distribuição das obras do programa”

²⁴¹ O POPE, modelo com origem no final do século XIX, consolida-se no século XX, impondo modificações no processo de trabalho, tanto do ponto de vista técnico quanto organizacional. Pautado nos pressupostos da administração científica, acompanha os modelos da gerência científica, com base no taylorismo, fordismo e fayolismo, de maneira a influenciar outros setores da sociedade, na organização e administração do trabalho em diversos ramos de atividade que não aqueles estritamente industriais (TRAGTENBERG, 2009, 1980, 1974). Por certo, tal modelo passa a legitimar e efetivar, no campo das relações de exploração, remodelações nas formas de controle e de disciplina do capital sobre o trabalho, ao deixar o controle sobre os ritmos de trabalho para o gestor.

(ALMEIDA, 1964, p. 54). Com todos os ajustes e negociações, o I Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás foi aprovado convertido na Lei 3.040, de 7 de novembro de 1960, para ser executado no período 1961-1965. Demonstrou que as políticas herdadas do passado tiveram peso para colocar em marcha o Plano MB, com orientações e forçando o abandono de princípios que contrariassem os interesses dos atores envolvidos e a preservação das cotas pessoais. “[...] Por esta razão, foi omitida a parte referente à distribuição geográfica dos investimentos na publicação do plano” (ALMEIDA, 1964, p. 54). Feitos os ajustes, foi aprovado “[...] como uma resposta de alcance regional à necessidade de reformulação da administração pública com vistas à elaboração de um conjunto de medidas no âmbito econômico e social”, criando os meios necessários para “[...] o desenvolvimento capitalista, em sintonia com o novo padrão de acumulação”, implantado no país após a década de 1950 (ESTEVEZ, 2011, p. 44).

3.2.3.1 Goiás em números:

Quadro 1 - Renda *per capita* - 1958

Brasil	Cr\$ 16.473,40
São Paulo	Cr\$ 30.571,30
M. Grosso	Cr\$ 19.267,00
M. Gerais	Cr\$ 12.787,40
Pará	Cr\$ 9.573,10
Goiás	Cr\$ 9.245,20
Bahia	Cr\$ 7.906,70
Maranhão	Cr\$ 5.712,10

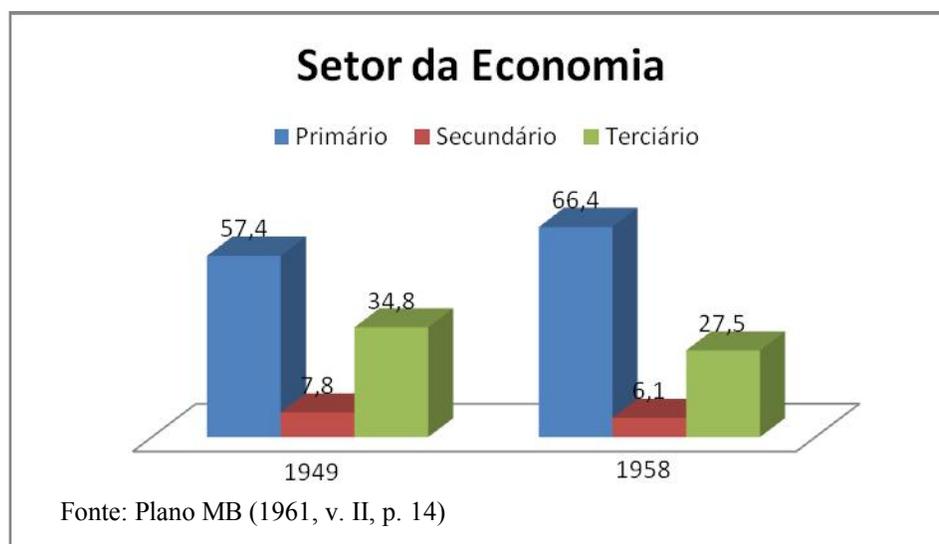
Fonte: Plano MB (1961, v. II, p. 1-3)

Quadro 2 - Taxas anuais de crescimento do PIB

Ano	Produto Total		Produto Agrícola		Produto Indust.		Serviços	
	Total	Per Capita	Total	Per Capita	Total	Per Capita	Total	Per Capita
1950	34,9	29,7	52,7	46,8	6,1	9,7	17,8	13,3
1951	7,3	3,2	6,4	2,3	16,3	11,8	7,2	3,1
1952	-9,7	-13,2	-19,7	-22,8	54,2	48,3	9,7	5,5
1953	24,2	19,4	29,2	24,2	9,0	4,8	21,1	16,4
1954	-1,0	-4,8	-2,1	-5,9	-11,2	-14,6	3,9	-0,1
1955	26,3	21,4	34,0	28,9	2,2	-1,7	17,1	12,6
1956	33,1	-0,9	-0,9	-4,7	21,4	16,7	6,4	2,3
1957	5,0	1,0	3,0	-1,0	7,2	3,1	7,8	37,0
1958	12,1	7,8	11,7	7,4	31,2	26,2	8,2	4,0

Fonte: Plano MB (1961, v. I, p. 37)

Gráfico 1 - Distribuição da população economicamente ativa



3.3 CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO (CGP): AS PRIORIDADES DO I PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/ PLANO MB

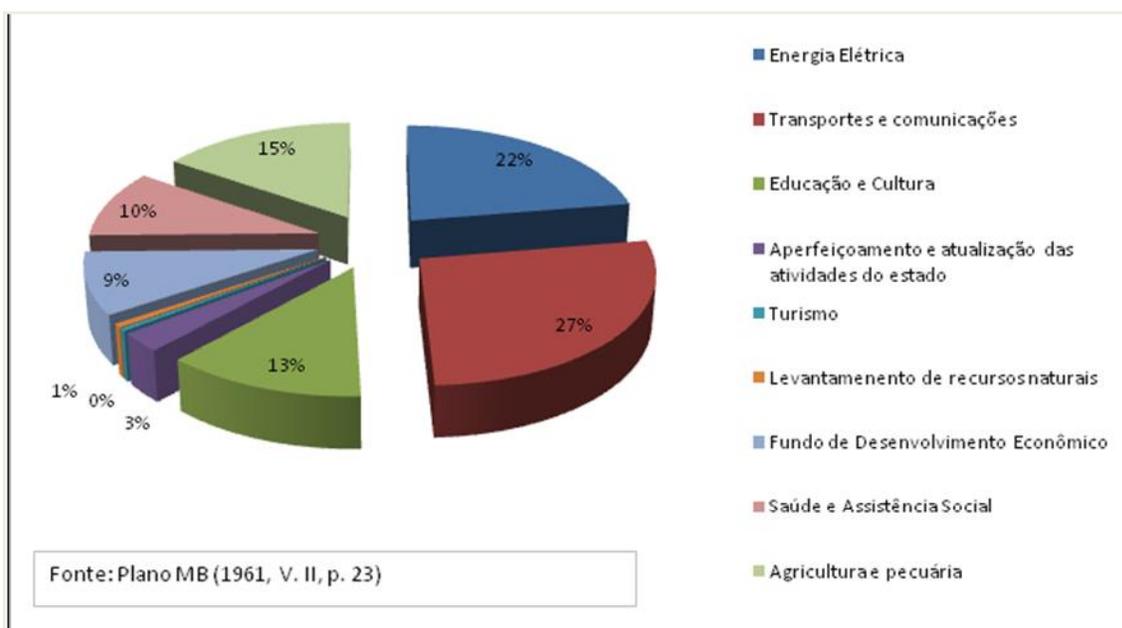
De acordo com o Plano MB, a expansão das CGP passava a ser o aspecto decisivo para a estruturação do capitalismo em Goiás. Nessa direção, feito o diagnóstico do estado, foram propostas demandas a serem convertidas em políticas públicas, no sentido de operar a modernização do estado, na qual o desenvolvimento e o progresso deveriam estar em

harmonia com o bem-estar social. Os recursos destinados a atender às necessidades básicas de infraestrutura, vista como “[...] A pré-condição para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento econômico em Goiás”, materializados nas Condições Gerais de Produção

[...] estradas, energia elétrica, abastecimento de água, esgotos sanitários, salubridade, educação, saúde, e o aumento da produtividade na agricultura, e pecuária, garantindo, pela eficiência desses setores básicos, o desenvolvimento rápido e harmônico das outras atividades (PLANO MB, 1961, v. II, p. 16).

Em linhas gerais, a própria existência do Plano contribuiu para que o governo Mauro Borges fosse caracterizado como um governo que priorizava os investimentos nas Condições Gerais de Produção e buscou, com o planejamento, garantir sua execução. Para o governador, planejamento era sinônimo de eficiência técnica, princípio que legitimam sua administração, divididos em planos setoriais com dotações específicas.

Gráfico 2 – Percentual de Investimento por Setor



3.3.1 Educação e Cultura

Em números redondos, os investimentos estimados para o setor foram na ordem de quatro bilhões de cruzeiros, ou na ordem de 12,40% (efetivados 5, 63%).²⁴² Essa secretaria

²⁴² A menção aos percentuais tem a intenção de apresentar aquilo que foi proposto e efetivamente realizado. Consubstanciado no estudo de SILVA. Adailton Lopes Torres da. *Estado, Planejamento e Gestão Pública em Goiás: os governos Mauro Borges e Marconi Perillo*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humana e Filosofia/UFG, Goiânia, 2003.

abrigava duas políticas, educação e cultura, embora nenhum objetivo se dirigisse à cultura. A educação registrou taxas alarmantes de analfabetismo, característica do subdesenvolvimento:

[...] cerca de 65% da população do estado não sabe ler nem escrever; apenas 5 % das crianças que logram matricular-se concluem todo o ensino primário, o que evidencia que nada de positivo se tem feito para diminuir o índice de analfabetismo registrado em 1950 (PLANO MB, 1961, v. II, p. 67).

O diagnóstico ocupou-se do acesso à escola e a qualidade do ensino, buscando reverter o panorama educacional em Goiás:

[...] forte tendência para criação de ginásios e colégios atendendo a objetivos políticos, pelo que a qualidade do ensino esta longe de ser satisfatória [...] não atendem às necessidades da política de desenvolvimento, porque agravam as condições de eficiência do sistema (PLANO MB, 1961, v. II, p. 69-70).

Cabe, então, observar outra grave realidade da educação em Goiás, a evasão escolar. Dos 75.631 alunos matriculados na 1ª série em 1956, somente 3.975 atingiram a 5ª série em 1960, ou 5% dos matriculados no início do curso. O Diagnóstico apontou a “[...] ordem econômica, a inexistência de meios para manter escolarizado o menor” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 67-8), como principal causa do abandono escolar. Nesse sentido, o Plano propôs construir/equipar 6.000 salas de aulas, destinadas ao atendimento de 480.000 alunos do primário em dois turnos, sem descuidar do ensino estadual, com construção de 400 salas para garantir o acesso de 20 mil alunos. No entendimento dos tecnocratas, o ensino elementar constituía cada vez mais uma exigência impostergável, [...] não só a posse das técnicas fundamentais de cultura (ler, escrever e contar), mas também a habilitação mínima do homem para os deveres da produção e da convivência social (PLANO MB, 1961, v. II, p. 67).

Para João Bernardo (1998), a formação orientada dentro desses princípios interessa ao capital, ou seja, disseminar regras de comportamento, formar mão de obra com certa escolarização, disciplinada, coesa, já apta para receber formação técnica. Como resultado, maior eficiência e produtividade.

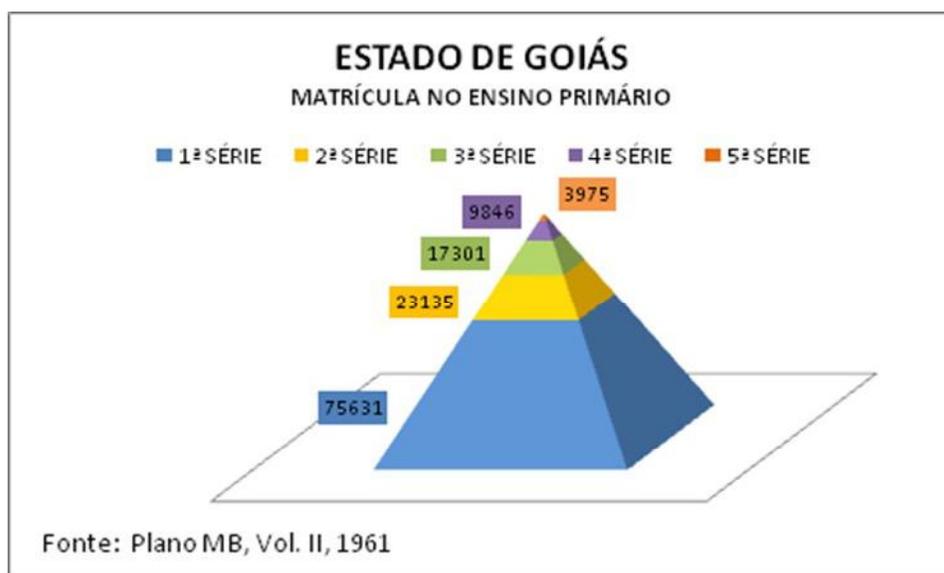
Outro e não menos importante desafio foi a melhoria da habilitação formal dos professores do ensino fundamental buscando contrapor o “[...] elevado índice de improvisação”, responsável pelo alto índice de professores mal formados que “[...] muito tem concorrido à política do estado cartorial, conspirando contra a eficiência do ensino fundamental”, em razão de 70% dos professores de sala de aula não serem normalistas.²⁴³ Como prioridade buscou “[...] cuidar da melhoria do elemento humano”, propondo “[...]

²⁴³ Naquela década, a educação no ensino primário era realizada em sua maioria por mão de obra feminina, razão pela qual o substantivo relativo ao profissional da educação encontra-se conjugado no feminino.

construir e equipar um Centro de Aperfeiçoamento de Professores Primários” como solução (PLANO MB, 1961, v. II, p. 68). A questão salarial não pautou a proposta de melhoria do ensino e dos recursos humanos. Efetivamente, os investimentos em CGP traduziu na construção de 968 salas de aula; 30 salas de aula profissionalizante e construção de centro de treinamento de professores em Catalão, Porto Nacional e Tocantinópolis, além do centro de treinamento rural em Dianópolis.

Na sequência, o gráfico sobre as matrículas realizadas, retrata a evasão registrada no ensino primário,

Gráfico 3 - Matrícula no ensino primário



A tendência do Plano era articular vários aspectos pertinentes ao desenvolvimento da agropecuária. Como por exemplo, qualificar a mão de obra para atender às demandas do processo produtivo, não somente a agropecuária, mas também para a indústria, na possibilidade de criar bases para, futuramente, atender à produção agro-industrial goiana. Como parte dos investimentos nas Condições Gerais de Produção, os tecnocratas indicaram a inclusão da educação profissional, sobretudo a agropecuária a fim de “[...] atender a novos cursos exigidos pelo desenvolvimento do estado”. Por esse motivo, foi proposta a estruturação de cinco unidades de educação profissional (PLANO MB, 1961, v. II, p. 70-71). Outra iniciativa em parceria com a União foi garantir melhorias das escolas técnicas existentes, na perspectiva de formar mão de obra com habilidade técnica para atender o projeto econômico de expansão da agricultura, ajustado aos moldes da produção capitalista.

No âmbito do ensino superior, o Plano assumiu o compromisso de realizar obras e equipar a Faculdade de Medicina de Goiás²⁴⁴ e a Escola de Engenharia do Brasil Central.²⁴⁵ Posteriormente, ambas foram incorporadas à Universidade Federal de Goiás, pela Lei n. 3834 de 14 de dezembro de 1960.

3.3.2 Saúde e Assistência Social

A saúde, apontada no Plano MB como um dos grandes problemas do estado naquele momento, exigia alargar os investimentos nas Condições Gerais de Produção capaz de recuperar a estrutura obsoleta, com melhoria física e ampliação do quadro de pessoal especializado para ocupação dos cargos na saúde. A busca por eficiência e racionalização do setor, e a formação de um quadro técnico, foram medidas julgadas essenciais pelos tecnocratas “[...] para que esta secretaria possa cumprir suas finalidades com eficiência e menor custo” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 101).

O Plano MB pressupunha a organização dos serviços de saúde voltada para a manutenção e reprodução da força de trabalho, ao priorizar os procedimentos curativos necessários à recuperação da força de trabalho em detrimento da promoção da saúde: “[...] Não poderá haver produção eficiente e progresso social com o elemento humano arruinado fisicamente, debilitado em sua vontade e em suas forças pelas doenças” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 77). No conjunto das recomendações, o atendimento se orienta por princípios econômicos e humanísticos: “[...] assistência direta, específica e bem orientada se impõem como um indeclinável dever de solidariedade social e um imperativo de ordem econômica” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 77-78). Neste entendimento, as CGP registravam duas tendências, construção de unidades de saúde e/ou ênfase em campanhas de combate às endemias rurais malária, moléstia de chagas, pênfigo, tracoma e esquistossomose. Essas intervenções se associavam aos processos de acumulação capitalista, no sentido de recuperação da força de trabalho.

A precariedade do setor foi comprovada pelo levantamento feito. Para uma população estimada em dois milhões de habitantes, havia 390 médicos, ou seja, um médico para 5.128 habitantes. A organização Mundial de Saúde (OMS) prevê um médico para 1000 a

²⁴⁴ Conforme convênio celebrado e registrado no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Resolução nº 1-06914, para aproveitamento do Hospital Geral, além da prestação de serviço aos indigentes e desvalidos, servir de campo de estágio para os alunos do curso de medicina. 15 out 1962.

²⁴⁵ Criada pelo Decreto n. 48.081, de 7 de abril de 1960; Criada pelo Decreto n. 45.183, de 29 de dezembro de 1958, respectivamente.

1.200 habitantes. Dos 179 municípios goianos, 115 não dispunham desse profissional na prestação da assistência. A rede hospitalar registrava o equivalente a 3.196 leitos, sendo 1.282 na capital e 1.914 no interior. Em face da realidade, o Plano MB definiu pela reorganização da rede, com a divisão do estado em seis Distritos Sanitários,²⁴⁶ cada um atuando como base da organização dos serviços.

Além disso, o estado administrava uma rede de hospitais especializados, que foram contemplados no plano setorial e executados melhorias da estrutura física, dentre os quais, Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, Sanatório Juscelino Kubistschek (assistência aos tuberculosos), Hospital Geral,²⁴⁷ Hospital Osvaldo Cruz (doenças infecto-contagiosas). Em relação ao Hospital do Pênfigo,²⁴⁸ especializado no atendimento aos pacientes acometidos pelo *fogo selvagem*, era situado em “populoso bairro de Goiânia”, sob o argumento da necessidade de sua ampliação, ele foi removido para “[...] fora da zona urbana” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 80). Acompanhou, assim, os outros aqui mencionados, localizados na periferia da capital, com nítida forma de controle no sentido de afastar do convívio social doenças que colocassem em risco a ordem instituída. Outra tendência foi restringir o atendimento à área materno-infantil e às doenças que não interessavam à rede privada, focada em ações curativas e intervencionistas, fortalecendo a lógica hospitalar.

Na proposta do Plano, saneamento estava inserido junto à saúde. Assim, reunido, poderia garantir a afirmação oficial de prioridade nos investimentos sociais. De acordo com o diagnóstico os problemas de infraestrutura foram apontados como prioridades na proposição das políticas públicas, principalmente aqueles relativos à urbanização do estado, saneamento básico, traduzido em abastecimento de água e esgoto sanitário. Goiás “[...] ressentia-se de uma grave situação sanitária” acarretando doenças e sério problema de saúde pública “[...] sem mencionar sua interferência direta na produção” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 82), devido ao acelerado processo de urbanização com taxa de crescimento populacional de 65%, em dez

²⁴⁶ Aproxima das propostas teórico-metodológicas dos Sistemas Locais de Saúde (SILOS), entendido como processo social e político de transformação de práticas dos sistemas nacionais de saúde nos países de terceiro mundo. O modelo assistencial é regionalizado, descentralizado com base em distrito sanitário, utiliza dos princípios do planejamento estratégico como Metodologia de ação. Prevê a democratização dos serviços de saúde com maior cobertura, eficiência, eficácia, equidade e efetividade das ações de saúde. O modelo é referenciado pela Organização Mundial de Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde (Resolução XXI da XXII Conferência Pan-Americana Saúde, de setembro de 1986). Consultar: MENDES, Eugênio Vilaça. *Distrito Sanitário: o processo social de mudanças das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 1999.

²⁴⁷ Naquela conjuntura, servia exclusivamente como estágio para os alunos do curso de medicina na prestação de atendimento aos indigentes, aos não cidadãos, desvalidos, carentes. Hoje, Hospital das Clínicas/UFMG (FAVARO, 2009).

²⁴⁸ Doença infecto-contagiosa com forte estigma social. É marcada pela exclusão social, que se apóia na ideia de proteção da população sadia.

anos, e no incremento do turismo. No entanto, não veio acompanhado de serviços básicos de saneamento “[...] à altura desse vertiginoso progresso [...] tudo está por fazer” (Plano MB, 1961, v. II, p. 83). O panorama é de caos. Das informações disponíveis,

[...] permite chegar-se a triste realidade de que nenhuma cidade do interior do estado, exceto Anápolis, possui serviço de esgotos sanitários [...] de 15 cidades do norte goiano, em que o Fundação Serviços de Saúde Pública fez inquérito de saneamento, cinco não possuíam uma privada higiênica, sequer. De 5416 residências visitadas [...] encontrou 3.800 sem privadas de qualquer natureza e apenas 16 com fossas secas higiênicas (PLANO MB, 1961, v. II, p. 83).

Em Goiás, as melhorias existentes no setor foram de responsabilidade da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP).²⁴⁹ O serviço garantiu sistemas de abastecimento de água e melhoria desses serviços em Goiânia, com a construção da estação de tratamento, responsável por garantir a qualidade da água oferecida à população. O cenário do setor não coadunava com os parâmetros exigidos pelo progresso e desenvolvimento vislumbrado pelo Plano. No compromisso de incrementá-lo, foi proposta a criação Departamento Estadual de Saneamento para garantir a agilidade aos serviços. Há que salientar, ainda, que os investimentos em saneamento não apresentava uma distribuição espacial equilibrada, foram direcionados para Goiânia, polo de desenvolvimento econômico, e Anápolis, devido a sua importância econômica. Com efeito, naquela conjuntura, Goiânia contava com 130 mil habitantes, e sérios problemas de saneamento, com apenas 17% da população contemplada com serviços de água tratada. A proposta projetava em longo prazo, atender 200 mil habitantes em Goiânia e saltar de 13 mil para 130 mil em Anápolis, a população urbana abastecida de água potável. Em relação ao esgoto, a penúria não era menor, 15% da população recebia o serviço com 3.500 ligações domiciliares ou o equivalente a 20.000 habitantes. O cenário vinha acompanhado de outro agravante, o restante do esgoto não tratado era despejado no rio Meia Ponte e nos córregos Cascavel, Botafogo e Anicuns, com sérios prejuízos ao meio ambiente.

²⁴⁹ A Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) originou-se do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência bilateral criada em 17 de julho de 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde visava implantar ações de combate à malária e a outras endemias, nas áreas de extração da borracha, na Amazônia, e de minérios, no vale do Rio Doce, regiões estratégicas para os esforços de guerra. Suas atribuições abarcavam desde o saneamento do vale do Amazonas, a profilaxia e assistência sobre malária, a construção e administração de escolas de enfermagem, hospitais e centros de saúde, a formação e o aperfeiçoamento de médicos, enfermeiras e engenheiros sanitários, até a colaboração com o Serviço Nacional de Leprosia e a criação de sistemas de água e esgoto. Com a reforma administrativa do governo Collor, foi criada a Fundação Nacional de Saúde, instituída pela Lei n. 81, de 6 de dezembro de 1990, resultado da fusão da FSESP com a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Disponível em: <<http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/fundacao-servicos-de-saude-publica>> Acesso em: 17 fev. 2013.

Em relação à Assistência Social, sua ação foi pautada em um único objetivo, de valer-se das CGP para resolver o problema do *menor*, por meio de “[...] medidas curativas e de prevenção”, como enfrentamento da *delinquência e do abandono*, lançando mão, inclusive, da internação em estabelecimentos oficiais, chegando a recomendar a ampliação desses espaços, destinados aos “[...] menores normais, débeis recuperáveis e irrecuperáveis, menores com problemas de conduta e casos de personalidades psicopáticas” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 82).

Na argumentação,

[...] o estado deve intervir, quando os pais não podem cumprir a sua missão por deficiência na estrutura da família, na economia, na instrução e na própria formação moral. Da eficiência dessa intervenção depende a solução dos problemas de delinquência juvenil (p. 82).

O modelo proposto para enfrentamento da *delinquência e do abandono* se aproxima da concepção da política e do sujeito orientado na doutrina da situação irregular,²⁵⁰ que via a delinquência na infância e juventude empobrecida. É pela força que a disciplina se impõe. Com demanda crescente, o Estado aumentava as instituições destinadas a receber menores sem família. No interior da sociedade, havia o *consentimento* do uso da violência nos casos de *desajustes* e *desvios* de conduta apresentados pelos menores. Em relação ao menor, a CGP espelhou na criação da Granja Modelo (1963), funcionando como escola elementar para menores com treinamento prático nas atividades agropecuárias. Não foi possível mensurar o nº de menores atendidos.

Estavam previstos para o setor três bilhões de cruzeiros ou 9,60 % do orçamento, contudo, efetivamente foram aplicados 5,20%. As CGP significaram em melhorias na rede hospitalar localizada na capital; reformas em unidades existentes no interior do estado; capacitação de pessoal; aquisição de equipamentos; campanhas de vacinação e a construção de 20 unidades de saúde distribuídas na capital e interior.

²⁵⁰ Os *menores infratores* eram afastados do convívio social, recolhidos em instituições, segregados. Em sua essência, essas instituições usavam de castigos e penas rigorosas a menores que infringissem as normas vigentes. O termo *menor* tem uma conotação da forma como a questão é tratada, como algo insignificante, inferior, desqualificado. O Estado intervinha quando a família comprovava sua incapacidade de cuidar e punir sua prole. Relatos da época revelam como as instituições lidavam com a situação, aplicando todo tipo de violência sob o manto do cuidado. Ver: PAULA, Renato de. *O Serviço Social na trajetória do atendimento à infância e a juventude*. Ética e cidadania/ Brasil Social. 1. ed. digital. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/servicosocial.pdf>> Acesso em 21 jan.2014.

3.3.3 Transporte e Comunicação

O diagnóstico feito pelo Plano MB revelou as precárias condições do estado de Goiás, à época, em todas as áreas, sobretudo transporte e comunicação. O desenvolvimento da região teve impulso graças às políticas e incentivos do governo federal, com a expansão da fronteira agrícola, que se ocupou da exportação de bens primários para a região Sudeste do país, em crescente processo de industrialização, exigindo infraestrutura logística moderna, eficiente e adequada. Dentre as dificuldades estavam à ampliação e modernização do sistema de transporte, da rede telefônica. Os tecnocratas tentavam expor a necessidade de investimentos em política pública para a melhoria das CGP, visando inserir o estado nos marcos do desenvolvimento nacional. Argumentavam que Goiás carecia de uma infraestrutura de transportes eficientes para dar vazão à sua produção agropecuária. Visto que o aumento da competitividade de estrutura produtiva, ou seja, da produção agropecuária estava condicionado a investimentos na expansão da infraestrutura de transportes, tanto no desenvolvimento do sistema ferroviário e hidroviário, como na expansão e melhoria do rodoviário. Entretanto, o transporte ferroviário, com a política rodoviarista adotada no governo de JK, de forte apelo econômico e moderno da indústria, sem qualquer tentativa de reequilíbrio em favor do setor ferroviário, intensificou o processo de sucateamento da rede ferroviária, com degradação dos trens, dormentes, desativação de trechos e precarização dos serviços.

Goiás sofreu esse revés. O Plano MB somente apontava as precárias condições da Estrada de Ferro Goiás, sem precisar meios para sanar o problema do setor que respondia pelo transporte de 80% da produção agropecuária de Goiás, em 1958. Ausente essa providência, há de se perpetuar, o setor rodoviário, como principal demanda dos investimentos públicos. Objeto de preocupação dos gestores das diferentes esferas de poder, as Condições Gerais da Operacionalidade das unidades de produção, traduzidas em transportes e comunicação foram vistas como fundamentais, pela possibilidade de criar meios para a circulação da produção, pois, à medida que o setor fortalecia e se modernizava, aventava para novas localidades a viabilidade econômica, contribuindo para o estímulo e dinamização do desenvolvimento econômico.

A tendência em ampliar a rede pavimentada tinha um objetivo claro, atender “[...] as mais importantes vias de escoamento da produção”, além do programa voltado para a melhoria do acesso aos eixos rodoviários e a organização do Consórcio Rodoviário, com o objetivo de dinamizar o transporte entre os municípios o motivo de ampliar a rede

pavimentada tinha um objetivo claro, atender Além de dinamizar a ligação entre os municípios goianos (PLANO MB, 1961, v. II, p. 57).

Nesse entendimento, os setores de Transporte e Comunicação foram contemplados no Plano MB com seis objetivos (Transporte com quatro; comunicação com dois) e orçamento com previsão inicial de 27, 0 %, ou 9 bilhões de cruzeiros. Porém, foi além, atingiu o índice de 27, 53%. Efetivamente, as CGP significaram entre 1961/1963: 80 quilômetros de estradas; 407 quilômetros de estradas de primeira classe; 3.000 quilômetros de estradas pioneiras, significando acima do previsto. Percebe-se assim, naquela conjuntura, o empenho do Plano com a ampliação e recuperação do sistema de transportes, na tentativa de superar os estrangulamentos, com vistas a aumentar a competitividade da economia da região. Os dados ressaltavam que, apesar de limitadas, as CGP integradoras, estrada de ferro e rodovias, articulavam a integração de Goiás com outras regiões, na medida em que facilitava a circulação de mercadorias, capitais, serviços, pessoas e informações pelo território goiano. Outra iniciativa, melhorias nos aeroportos localizados em: Jussara, Rio Verde, Jataí, Porangatu, Jaupaci, São Luiz dos Montes Belos, Crixás, Novo Brasil, Araguaçu, Uruana, Campos Belos, Pilar de Goiás e Arraias – cidade e Combinado Agourbano.

Com relação à **Comunicação**, a pauta esteve concentrada em dois objetivos, instalação de linhas telefônicas e ligação telefônica entre os municípios, como proposta de minimização do problema de comunicação, bastante representativo, considerando que a “[...] ausência de comunicações rápidas” compromete o contato entre “[...] os principais centros e entre esses e as regiões interiores e constitui um sério obstáculo ao progresso econômico”. Dada a premência da expansão e modernização da rede telefônica, conforme previsto em “[...] uma política de desenvolvimento econômico para um estado de extensa área geográfica, com uma população distribuída desuniformemente, torna-se imperativa a necessidade de uma rede de comunicações” (PLANO MB, 1961, vol. II, p. 58). Para tal fim, foram utilizados critérios de elegibilidade. O atendimento das demandas/telefones ficava restrito a Goiânia (5 mil linhas telefônicas) e Anápolis (2 mil linhas) – importantes colégios eleitorais de Goiás que impuseram derrotas a Mauro Borges, na eleição para o governo – a serem executados pelo autofinanciamento. De acordo com o IBGE, na década de 1950, Goiânia contava com aproximadamente 53.389 habitantes,²⁵¹ o que significa ampliação das linhas telefônicas

²⁵¹ **Tabela 1 - População nos Censos Demográficos**

1940	1950	1960
48.166	53.389	153.505

Fonte: IBGE, Censo Demográfico: 1940, 1950, 1960.

equivalia à cobertura de 10% da população. Numa projeção para 1960, com base no censo demográfico, a população atendida com linhas telefônicas ficaria 3%, ou seja, incapaz de suprir a deficiência de comunicação em Goiás. A ligação interurbana também atendeu a critério de elegibilidade, ao priorizar duas regiões a serem contempladas com o serviço, Sudoeste e Mato Grosso. A última, principal produtora agrícola de Goiás, a primeira, base política do ludoviquismo e expoente da produção agropecuária, ambas com significativa densidade populacional em termos do estado de Goiás. Com as medidas almejadas para o Setor de Transporte e Comunicação, o Plano MB pretendia criar condições favoráveis para atrair e incentivar a participação de capitais privados necessários ao desenvolvimento econômico e social de Goiás.

3.3.4 Agricultura e Pecuária

A agricultura foi prioridade no Plano MB, com muitas medidas de incentivo à agropecuária, visando racionalizar e garantir o aumento da produtividade e, oferecer matérias-primas adequadas à indústria. O Plano condenou a política de privilégio à indústria, em detrimento da agricultura e pecuária, adotada pelo governo federal: “[...] Em consequência o país foi arrastado a uma crise de estrutura pela falta de base agrícola ao desenvolvimento industrial”. Atentos aos interesses de Goiás, os ideólogos do Plano MB pressupunham a expansão da agropecuária como imperativo ao desenvolvimento econômico de Goiás e do Brasil. Não negavam, todavia, o desafio para sua concretização: “[...] somente se realizará em condições econômicas satisfatórias se crescer paralelamente à expansão industrial, a produção agropecuária e se a produtividade nesse setor acusar progressos sistemáticos” (PLANO MB, v. II, p. 40).

Segundo o diagnóstico, pesava sobre a agricultura de Goiás o “[...] sistema de trabalho braçal, onde a fonte de energia é o esforço muscular humano e instrumental são a foice e a enxada”, com desflorescimento pelo machado ou fogo, seguido da prática da agricultura extensiva “[...] o que leva progressivamente as terras férteis ao cansaço” (PLANO MB, v. II, p. 35). O Plano almejava o aumento da produção, incentivo à mecanização da agricultura, instalação de armazéns e silos, melhoria da assistência técnica, desenvolvimento do fomento vegetal e animal e desenvolvimento de pesquisas sobre agrotologia e pastagens.

A política de colonização prescrita pelo plano tinha como cerne, levar modernidade e prosperidade ao homem do campo pela tecnificação da agricultura e aumento

da produção. Tudo, articulado às Condições Gerais de Produção a partir da criação de escolas rurais, ensino técnico, criação da fazenda modelo, capacitação em novas técnicas/práticas agrícolas e de manejo do solo. Ou seja, estratégias de racionalização, sob o discurso de superar o *atraso*, aumentar a produtividade, sem colocar em risco os interesses dos latifundiários, mas contrapondo-se à organização camponesa. Isso fica bastante evidente no enfrentamento da questão agrária, que canalizou esforços com ações diversas, na tentativa de acomodar diferentes interesses. Com as metas propostas no Plano MB, abria-se a possibilidade de cumprir os compromissos da campanha eleitoral, resguardando as condições em que a ordem seria mantida. A modernização da agricultura é tratada no V capítulo.

A proposta de modernização e racionalização estabeleceu 12 objetivos, com investimento previsto de 5 bilhões de cruzeiros, ou 15,40% do orçamento, entretanto, foram efetivados 3, 62 %, entre 1961/1963. Assim, as CGP resultaram na instalação de uma estação de Zootecnia em Itauçu destinada a melhoria dos planteis, reprodutores bovino, equino, suíno e caprino (previsto 5); 1 posto de semente em São Luiz dos Montes Belos (previsão de 10); 7 escritórios de extensão rural (25 previstos). Em relação às CGP de responsabilidade da Companhia de Armazém e Silos (CASEGO), verificou-se a instalação em Anápolis de 2.500 toneladas de silos (previsto 130 mil toneladas de ensilagem), 4.200 toneladas de armazenagem foram construídas em Itumbiara (previsão de 7.000 toneladas).

Outro investimento foi a criação da Granja Modelo (1963) destinada a capacitação dos fazendeiros em novas técnicas de agropecuária.

3.3.5 Energia Elétrica

O Plano expunha a preocupação latente com a CGP encarregado da "operacionalidade das unidades de produção" (BERNARDO, 2009, p. 216), por compreender que espelhava o ideário de progresso e desenvolvimento. Pelo entendimento dos tecnocratas, tal CGP, de importância estratégica pela dependência das atividades produtivas à energia elétrica para sua organização e potencialidade, foi pensada com base nas políticas públicas; e os investimentos, direcionados com o objetivo de promover o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, o desenvolvimento socioeconômico, ficava diretamente vinculado à evolução do setor elétrico, na medida em que a eletricidade proporcionava o avanço do setor industrial, contribuindo para melhor desempenho das áreas da saúde, educação, alimentação, água, saneamento; a melhoria urbana

como um todo. Daí o grande desafio posto à gestão *maurista*, diante de um estado com tantas necessidades. Recursos orçamentários de grande vulto eram imprescindíveis para conduzir a expansão da capacidade geradora o que justificava a participação do poder público no estímulo ao desenvolvimento da economia. Afinal, a proposta era tornar Goiás atrativo aos investimentos privados, partindo do princípio que a iniciativa privada somente investe se os benefícios gerados por seus esforços forem suficientemente atrativos economicamente. Diante disso, foi alto, o percentual investido nessa CGP. Inicialmente, a previsão de investimento era 22,40 % do orçamento, ou seja, 7 bilhões de cruzeiros. Todavia, diante das necessidades e problemas apresentados, mais que dobrou a previsão inicial, 50,90%. Garantindo a ampliação da capacidade geradora de energia elétrica. Nesse entendimento, o governo priorizou a construção da 2ª etapa da Usina de Cachoeira Dourada e a Usina de Mosquito (concluído serviços preliminares), com intuito de elevar a capacidade geradora, garantindo melhorias para a sociedade e economicamente atrativo para o setor privado.

Quadro 3 - Capacidade Geradora Instalada (31.5.1958)

	POTÊNCIAS DAS USINAS GERADORAS EM KW			POPULAÇÃO ESTIMADA A MILHARES DE HAB.	CAPACIDADE INSTALADA PER CAPITA EM KW
	TÉRMICA	HIDRÁULICA	TOTAL		
Rio de Janeiro e Estado da Guanabara	86156	762472	848628	5773	146,3
São Paulo	270557	1159264	1429821	11115	128,6
Minas Gerais	18113	538664	556777	8642	64,4
Paraná	22658	70078	92736	3314	28,0
Mato Grosso	5420	3050	8470	662	13,6
Goiás	284	10676	10960	1662	6,6
Pernambuco	45578	7446	53024	4107	1,3
BRASIL	708620	2850272	3558892	62725	5,7

Fonte: Plano MB (1961, v. I, p. 26).

3.3.6 Levantamento de Recursos Naturais

O cenário de possibilidades do subsolo de Goiás indicava um futuro promissor, no entendimento dos tecnocratas da FGV e do próprio Mauro Borges, daí o objetivo único “[...]”

organizar a prospecção e pesquisa sistemática dos recursos naturais do território do estado”. O subsolo goiano praticamente era inexplorado e desconhecido, algumas tentativas de mapear as potencialidades da região foram feitas.²⁵² A notícia da riqueza do subsolo de Goiás corria mundo: “[...] desde o começo do Século XX[...] Nas ruas e nos terrenos em torno do lugarejo (Serra dos Cristais), o cascalho solto à flor do chão reverberando fortemente a luz do sol”. Tanto assim que atraiu “[...] os primeiros exploradores do quartzo, pioneiros na sua comercialização, foram [...] imigrantes alemães – os Leyser – vindos da margem do Oder, da cidade de Frankfurt” (ROSA, 1974, p. 52). Já, Wirth (1973, p. 92) identificou, nas primeiras décadas do século XX, interesse estadunidense, por meio da U. S. Steel, na exploração do subsolo brasileiro, inclusive pressionando as autoridades nacionais para alterar as leis sobre a propriedade do subsolo, “[...] com vistas à proteção de suas áreas de mineração, e na presença de técnicos norte-americanos na usina em caráter permanente.”

O Plano prescreveu investimentos na ordem de 200 milhões de cruzeiros ou 0,60 % do orçamento. Ao término, os percentuais alcançaram 0,73 % (Plano MB, 1961, vol. II, p. 28).

3.3.7 Turismo

O Plano projetou alavancar o turismo como estratégia ao desenvolvimento do estado de Goiás, beneficiando-se da proximidade com a futura capital do país, as iniciativas, limitada e circunscrita a alguns locais que dispunham de melhores CGP, Goiânia, Caldas

²⁵² A exploração dos recursos naturais existentes em Goiás esteve na agenda de outros gestores do estado, entre os quais, Pedro Ludovico Teixeira. Sem perder de vista a conjuntura mundial da Segunda Guerra, em 1944, foi realizada em Goiânia, o I Congresso Econômico do Centro Oeste em Goiânia, com objetivo de “[...] traçar um programa de trabalho, que pela sua execução permita a exploração imediata de enorme potencial econômico do oeste” proposto pelo Interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (*Jornal da Noite*, 9 fev.1944).

Na etapa de preparação do evento, Câmara Filho, a época prefeito de Anápolis e um dos organizadores do evento, em entrevista ao mesmo veículo de comunicação (9.02.1944), ele afirmou “[...] Na região do oeste estão sem dúvida alguma, às maiores riquezas do país no domínio da mineralogia principalmente no Estado de Goiás e Mato Grosso cuja geografia física é das mais interessantes do continente sul americano. Existe nestas unidades da Federação em condições economicamente exploráveis e em abundância a maioria dos minérios e minerais hoje utilizados, no mundo, pela indústria bélica. Cobrem áreas enormes e são consequentemente incalculáveis, máximo nos Estados de Goiás e Mato Grosso as jazidas de níquel, cristal de rocha, manganês, bauxita, cromo, salitre, estanho, rutilo, mica, amianto, diamante, etc, algumas delas já em exploração”. Em outro trecho constou “[...] A região oeste do Brasil esta assim, em condições de contribuir em grande escala para a vitória das Nações Unidas, bastando que, para isso, pela execução de um plano tecnicamente tratado, se intensifique a exploração de seu rico subsolo, de acordo com o pensamento dos interventores Pedro Ludovico e Julio Miller, que vêm envidando o melhor de suas atividades para que seus Estados aumentem cada vez mais, a sua contribuição ao esforço de guerra.[...] para que se amplie em grande escala o trabalho de aproveitamento das matérias primas do oeste, é preciso[...] que rasguem rodovias, até as regiões longínquas do garimpos, proporcione aos garimpeiros uma assistência jurídica e sanitária, num plano de proteção e amparo que lhes permita, dar em nossos sertões, dar o melhor desenvolvimento possível de suas atividades”. Depositados no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Novas e a Cidade de Goiás – para inscrever-se no circuito turístico e contribuir para o desenvolvimento e crescimento da economia goiana. A proposta dos tecnocratas/FGV era promover um potencial turístico que atraísse turistas e também investidores interessados em explorar atividades no setor. Viu-se nessa atividade um aliado importante, capaz de promover transformações sociais e espaciais, tendo em vista que, em torno dela, seriam criadas infraestruturas hoteleiras, de alimentação, de comércio, bem como infraestruturas públicas, como rodovias pavimentadas. Visto por esse prisma, o turismo tratou-se de uma estratégia para estimular o desenvolvimento local, uma alternativa para os municípios mencionados e, por extensão, para a região. As medidas propostas apresentaram conteúdos genéricos, com destinação de 140 milhões de cruzeiros – ou 0,40 % do orçamento. Ao término da gestão, as atividades de incremento ao turismo foram inferiores ao proposto inicialmente, em torno de 0,04 % do orçamento, os investimentos nas CGP significaram a conclusão das obras do Balneário da Cachoeira Grande e Reforma do Palácio Conde dos Arcos, na Cidade de Goiás; Conclusão do projeto para construção do Hotel de Turismo de Pirenópolis e de Corumbá de Goiás. Conclusão e equipamento do Cinema e da Estância Hidromineral de Caldas Novas.

3.3.8 Fundo de Desenvolvimento Econômico

A preocupação dominante era montar uma estrutura econômica com base na agropecuária. Até pela representatividade da CGP na economia do estado, o interesse era “elevar o nível da produção agrícola e pecuária, e aumentar a importância da indústria manufatureira visando a valorização da produção primária” (Plano MB, 1961, v. II, p. 89). Visto assim, como forma de incentivar setores específicos, foi criado fundo específico – o Fundo de Desenvolvimento Econômico, usufruindo de 9,10 % do orçamento, sob o argumento:

[...] No conjunto de medidas encorajadoras da iniciativa privada, em que o governo estadual se coloca na posição de empresário supletivo e de agente estimulador do desenvolvimento econômico para o financiamento, a médio e longo prazo, dos investimentos necessários ao aumento de produtividade agrícola e pecuária, à introdução de melhores métodos de cultivo e de pecuária de corte e leiteira, instalação e ampliação de indústrias e outras atividades que venham intensificar o dinamismo da economia goiana (Plano MB, 1961, v. II, p. 89).

Assim, em torno da condução do Fundo, reuniu-se a junta governativa, composta por membros do governo e representantes das classes produtoras, sob a presidência do Secretário da Fazenda, além do Secretário Executivo do Conselho Superior de Planejamento e Coordenação e os presidentes do Banco do Estado de Goiás, da Federação das Associações

Rurais, da Federação das Indústrias e da Federação do Comércio do Estado de Goiás. Na prática, a Junta representava o objetivo do governo na promoção do desenvolvimento econômico de Goiás, porém, articulando-a aos seus interesses. Ou seja, garantia ao governo maior controle sobre as decisões, e, por parte das classes produtoras, a defesa e manutenção dos seus interesses.

3.3.9 Medidas Administrativas

Nesse setor, além das remodelações e obras que atendiam às necessidades do estado, a proposta apresentada pelo Plano MB deu ênfase à modernização e racionalização da máquina pública estadual por meio da reestruturação administrativa. A proposta indicou os investimentos em segurança pública sobrepondo-se aos demais. Para tal,

“[...] Deve o estado tomar todas as medidas necessárias ao aproveitamento racional dos recursos humanos e materiais, garantindo, em desenvolvimento rápido e harmônico, a melhoria imediata das condições de vida da população” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 99).

Com esse entendimento, os tecnocratas buscaram obter uma compreensão mais ampliada e geral da máquina administrativa, com o objetivo de obter dela melhores recursos humanos e materiais. Com isso, o que se pretendia era dispor dos meios necessários à sua racionalização, de modo a agilizar rotinas, evitar contradições e duplicações de serviços, a má distribuição de competência, a falta de fixação das atividades de cada serviço, conseqüentemente, dar outro sentido à condução dos negócios públicos do estado de Goiás

[...] Está superada a fase do “estado cartorial [...] O desenvolvimento econômico de Goiás exige que a administração estadual se desenvolva e ganhe eficiência [...] é imperativa a implantação de métodos científicos de administração e racionalização dos serviços públicos, dentro de um planejamento coordenado e sistematizado, de acordo com as modernas teorias do desenvolvimento econômico (Plano MB, 1961, v. II, p. 99)

Diante dessa perspectiva, racionalização e eficiência se explicam pela necessidade de o estado cumprir suas responsabilidades como sujeito de um processo de desenvolvimento econômico e de bem-estar social. Para isso, o Plano MB destinou ao aperfeiçoamento das atividades do estado o equivalente a um bilhão de cruzeiros ou 2,80 % do orçamento. No final da gestão, os investimentos foram alargados, atingindo o patamar de 6,00 % do orçamento, na tentativa de que a máquina pública cumprisse seu papel “[...] visando integrar o aparelhamento político, jurídico e administrativo [...] a fim de atender às novas exigências” daquela conjuntura, voltada para

[...] à melhoria das condições de eficiência dos serviços de administração estadual, visando uma máquina administrativa competente, rápida, livre de todas as acusações de corrupção, com pessoal habilitado e capaz de compreender os grandes problemas goianos e o momento histórico e decisivo que o estado está vivendo (PLANO MB, 1961, v. II, p. 100).

Sob essa mesma condição, o Plano esboçou um conjunto de medidas, envolvendo as CGP, com a finalidade de alcançar a “[...] melhoria das condições de eficiência dos serviços da administração estadual” (PLANO MB, 1961, v. I, p. 23). As medidas podem ser vistas na contratação da Organobras e o trabalho efetuado, embora inconcluso (ver capítulo IV) de reestruturação administrativa, na criação dos regulamentos das secretarias e na tentativa de introduzir novos métodos e novas técnicas para os serviços burocráticos (universalismo de procedimento), processo seletivos e cursos de aperfeiçoamento.

Em relação ao Banco do Estado de Goiás (BEG),²⁵³ instalou-se 19 agências no interior do estado, além do aumento da linha de crédito para 600 milhões (aprovado pelo SUMOC), no sentido de estimular e amparar a participação da iniciativa privada, indispensável à proposta de modernização do estado de Goiás.

3.3.9.1 Formação de pessoal

As Condições Gerais de Produção abarcaram a formação e aperfeiçoamento dos funcionários, na tentativa de desemperrar a administração pública estadual com base na “[...] real capacidade e eficiência do pessoal do serviço público” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 100). Trata-se de entender as CGP na perspectiva do controle social, atuando na perspectiva de disciplinar e qualificar a força de trabalho, tornando-a mais produtiva mediante a aquisição de habilidades técnicas planejadas. Sob o argumento da racionalidade e da técnica, promoveu a reestruturação administrativa (ver capítulo IV); realizou-se 42 concursos em diversas áreas, no esforço de coibir o uso da administração pública como barganha política ou fins clientelistas. Presumia-se que a competência exigida pelo Plano e pelos padrões administrativos modernos, só seria garantida com a implantação de concursos para a seleção dos funcionários e aperfeiçoamento daqueles em atividade no serviço público com a implantação da Escola de Serviço Público de Goiás (GOESP).²⁵⁴ Outra iniciativa foi à construção do Centro Administrativo, visando a centralização dos serviços.

²⁵³ Sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Goiás, fundado em 1955. Ver: Plano MB, 1961, v. II, 1961.

²⁵⁴ Destinada aos funcionários do quadro único do funcionalismo estadual. Os cursos ofertados foram Administração Orçamentária, Administração Geral e Chefia Administrativa, 100 vagas e duração de 3 anos/. carga horária de 2 horas/dia. As aulas ocorriam no colégio Estadual de Goiânia. Professores Sebastião Emmanuel Balduino (Direito Administrativo); Venerando de Freitas Borges (Contabilidade); Cleuler Loiola

3.3.9.3 Segurança Pública

A expansão das CGP tornou-se o aspecto decisivo para a manutenção da ordem pública. O Plano prescreveu a melhoria e o incremento dos meios físicos, materiais, a formação de pessoal especializado, presumindo competência e domínio técnico para garantir “[...] uma atuação rápida e segura, tanto da polícia preventiva como da repressiva” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 100).²⁵⁵ A segurança pública foi vista pelos tecnocratas, como de responsabilidade do poder estadual e como caso de polícia. Ao que tudo indicava, por meio das ações centradas no aparato policial, eles acreditavam ser possível a “[...] reforma radical do atual sistema de segurança pública” para garantir a ordem, vista como requisito ao desenvolvimento. A segurança pública garantiu significativas melhorias nas CGP com a celebração do Convênio Ponto IV,²⁵⁶ e também verbas do próprio tesouro estadual, para atingir tal fim, com policiamento mais ostensivo e eficaz, eram os seguintes: inauguração do prédio administrativo; construção e funcionamento da Escola de Polícia; instalação dos serviços de polícia técnica, científica e de telecomunicações da polícia civil; ampliação da casa de detenção; ampliação do quadro de pessoal; ampliação da Delegacia de Ordem Política e Social; melhoramento dos serviços de policiamento de trânsito e instalação de semáforos.

Outra medida implementada pelo governo Mauro Borges foi a criação da Escola de Formação de Operadores e Mecânicos de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, para atender a necessidade de manejo das máquinas do consórcio Rodoviário. A Willys Overland, Ford Motor Co, Wolkswagem, Massey Ferguson doaram à escola produtos de sua fabricação para utilizar nas aulas.

Como visto, a concepção do Plano MB se mostrou relativamente complexa, em face da precariedade existente e dos desafios de expansão das CGP para atingir a meta de desenvolvimento, da solução dos problemas de infraestrutura, associados às dificuldades administrativas, dentro de um estado arraigado na política tradicional. No Plano, não havia propostas de mudanças radicais na administração, mas “[...] melhorias dos serviços administrativos da administração pública [...] a fim de atender às novas exigências da conjuntura social do momento” (Plano MB, 1961, v. II, p. 100). De outra forma, talvez, provocassem uma ofensiva contrária ao Plano, oriundas dos setores clientelistas entranhados

(Técnica material); Iragibe Castro Alves (Organização e Método); Paulo Wascheck (Relações Humanas); Dinair Cavalcante Mundin (Técnica de Orçamento); Inácio de Araújo Siqueira (Introdução à Administração e chefia); Lino Ferreira (Técnica de Pessoal); Nelson Siqueira (Legislação Fiscal e Tributária); Elsa Frider (Redação Oficial). “Hoje, aula inaugural (no teatro Emergência) da Escola de Serviço Público. Diário Oficial, primeira página., 28 mar 1963, nº 9.099. Arquivo Estadual.

²⁵⁵ Ver: Plano MB, 1961, v. II, 1961.

²⁵⁶ Programa estadunidense voltado para a melhoria da segurança pública nos países terceiro-mundista.

no poder estadual, e enraizadas no sistema político, certamente significativos para a eleição de Mauro Borges. No período de vigência do Plano houve um decréscimo no ritmo de crescimento das atividades econômicas (PIB), PIB *per capita*, tanto na esfera estadual como federal.

Quadro 4 - PIB per capita

ANO	BRASIL		GOIÁS	
	PIB	PIB <i>per capita</i>	PIB	PIB <i>per capita</i>
1959	9,8	6,6	11,4	7,4
1960	9,4	6,2	9,8	5,2
1961	8,6	5,4	7,9	3,3
1962	6,6	3,5	4,1	-0,5

Fonte: Vieira (2012).

Porém, não se pode esquecer que determinações econômicas, sociais, políticas e institucionais, de fundo conjuntural, combinaram-se para criar esse quadro desfavorável. Contribuindo para não efetivação das propostas contidas no Plano. Seu retrospecto aponta um incremento em investimentos das CGP, tais como energia, unidades sanitárias, escolas, saneamento, estradas, rodovias, etc, na tentativa de organizar os meios necessários ao arranque capitalista em Goiás. É certo que houve exageros como das salas de aula, como previsão inicial de construção de 6000, efetivadas 968. No caso da saúde essa perspectiva se inverte. Diante de um quadro deficitário as medidas prescritas mesmo aquém das necessidades, não atingiram contornos positivos. Conquanto não se possa negar que o Plano colheu importantes resultados, com intervenção na economia por meio da criação de autarquias e sociedades de economia mista, além da reestruturação administrativa, embora não efetivada plenamente, frustrando o entrosamento e a coordenação dos trabalhos dos vários setores e a possibilidade de agilização das rotinas, evitando contradições e duplicações de serviços, indicou uma concepção de administração com possibilidades de inovar a gerência das ações do estado.

CAPÍTULO IV OS BASTIDORES DA GESTÃO MAURISTA

4.1 AS ATAS DAS REUNIÕES DO GOVERNO

A proposta, neste capítulo, é a discussão das atas – total de 21 – produzidas com base nas reuniões entre o governador Mauro Borges e os gestores *maurista* (18), e com a bancada do seu partido, o PSD (03), realizadas entre 1961 e 1964. Nelas, procura-se destacar os expedientes por meio dos quais Mauro Borges tentava atingir as metas propostas pelo I Plano de Desenvolvimento Econômico ou Plano MB, tendo como elemento central o planejamento. Percebe-se, analisando-as, a vontade manifesta por Mauro Borges em relação à modernização do estado de Goiás via promoção do desenvolvimento econômico, com progresso social traduzido por um capitalismo que fosse garantidor da paz e do bem-estar social, aliada à defesa da democracia e da autonomia socioeconômica, e cultural do país.

As atas esmiúçam o dia a dia do governo ao retratarem as reuniões, em que se discutiam os assuntos relativos à gestão *maurista*, a conjuntura nacional e a internacional, servia também para o governador reclamar da rotina no Palácio das Esmeraldas, que incomodava bastante a ponto de solicitar a contratação de um administrador

[...] a fim de que não sejamos envolvidos por problemas de motorista, faxineiro, pois estas coisas desviam as atenções minha e da minha esposa para certos assuntos que poderiam ser entregues a alguém, pois ela também tem tarefas de responsabilidades como eu as tenho de caráter público (GOIÁS, 25.6.1963, p.17)

As reuniões foram idealizadas para acontecer quinzenalmente, entretanto, conforme o próprio Mauro Borges, não foi possível, ficou o esforço. As reuniões, taquigrafadas, e transcritas resultariam em caderno de ata a cada encontro. Posteriormente, era encaminhado, pelo secretário de governo Ary Demóstenes de Almeida,²⁵⁷ um exemplar para todos os gestores do primeiro escalão. O número de páginas variava conforme os assuntos

²⁵⁷ Integrava o estado maior civil da gestão *maurista*. Homem de confiança do governador, um de seus principais interlocutores, existindo entre eles, grande proximidade política e pessoal. Ele iniciou sua carreira política na União Democrática Nacional (UDN), ao se eleger deputado estadual (1955-59). Em 1961, assumiu a Secretaria de Governo, deixando-a com a deposição de Mauro Borges. Em 1966, por meio de ato institucional, teve os direitos políticos cassados por 10 anos. Foi preso e transferido para Juiz de Fora (MG) juntamente com o deputado (PSD) Walteno da Cunha Barbosa. Beneficiado por habeas corpus deixou a prisão, mas foi impedido de retornar a Goiás. Ficou sitiado em uma praia no estado do Rio de Janeiro. Foi assessor do governador Ary Valadão (Arena/1978-1982). Logo após a fundação do PT, tentou filiar-se a ele, mas teve o pedido rejeitado pela plenária. Dedicou-se à iniciativa privada, Cerâmica Tapuia (Minaçu/GO), ex-professor da UFG. Faleceu em 1991.

Sobre Ary Demóstenes, em 14 de julho de 1997, disse Olinto Meireles a Queiroz (2007, p. 175): “[...] Vulto de respeito nas oposições goianas. Homem de ideias esquerdistas, inteligente e culto, altamente maquiavélico, conduziu o governo Mauro Borges a um sistema de coalizão, com estreitas ligações com as oposições”.

discutidos. Na sua maioria não ocorreu o registro formal dos participantes, ficou condicionada à intervenção do gestor na reunião, o que comprometeu o apontamento de todos os presentes. Nessas ocasiões, Mauro Borges era quem mais falava, e, se necessário fosse, elevava o tom, principalmente para cobrar lealdade, disciplina, rendimento, compromisso com Goiás:

[...] é a oportunidade de estarmos juntos e constituirmos fisicamente uma equipe de governo, que é responsável pelo êxito e pelo demérito da nossa administração. É preciso que se crie essa concepção de governo [...] ninguém pode fazer governo individualista, trabalhar isoladamente [...] faço um apelo à lealdade, à colaboração, à unidade, à reciprocidade de cooperação de interesse coletivo (GOIÁS, 16. 4. 1963, p.1).

O governador tinha apreço pela *política da conversa*. As reuniões, tidas como fundamentais para os ajustes necessários à realização do Plano MB, realizavam-se em sua maioria, no período vespertino, no Salão Nobre do Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual. O governador ordenava: “aqueles que querem falar (na próxima reunião), façam sua inscrição, no começo da próxima semana com o Secretário de Governo” (GOIÁS, 18.6.1964, p. 14), reforçando, ainda, o caráter das reuniões:

[...] são restritas às pessoas que tomam parte delas [...] como disse em outras oportunidades, a imprensa não tem acesso e não há notificação, sem implicar, naturalmente, na responsabilidade de cada um no que diz [...] devo avisá-los mais uma vez que os assuntos aqui ventilados não poderão ir ao público (GOIÁS, 7.11.1962, p.54).

As atas reproduziam os assuntos tratados nas reuniões, transitando do programa de governo, cobranças de relatórios, despachos burocráticos, orçamentos, exposições de motivos, prestações de contas, aos debates travados e pontos de vistas expressos. Supostamente, o registro em ata asseguraria a efetividade da reunião ao registrar as decisões e as providências futuras sob a responsabilidade de cada gestor, com estabelecimento do tempo e prazo para cumprimento da tarefa. Tudo isso poderia fazer das atas um instrumento útil de controle.

Ao mergulhar no universo da gestão *maurista*, nossa proposta é resgatar a prática institucional ainda fora pouco explorada, encoberta pela imagem do governo planejado e da administração racional, como uma receita de sucesso. Com o planejamento, Mauro Borges tentava empurrar a burocracia na busca do cumprimento das metas do I Plano de Desenvolvimento Econômico ou Plano MB; e a suposta eficácia do governo planejado alimentava a chama de grande administrador creditada a ele.

Embora a tentativa de implantar um modelo de governo planejado seja um fato, assegurando ao poder estadual importante participação na formulação de políticas públicas, entre 1961 a 1964, a falta de recursos financeiros transformara o Plano MB em um grande

desafio a ser superado. A força do governo não estaria nos números, mas na capacidade administrativa. A intenção é investigar até que ponto são verdadeiras algumas teses a esse respeito. Mauro Borges buscou executar o I Plano de Desenvolvimento Econômico, elaborado pelos tecnocratas do IBRE/FGV, baseado na pauta que estava evidente desde o início dos anos 1950. A notoriedade da instituição foi utilizada politicamente pela gestão *maurista* para assentar as bases do projeto de desenvolvimento para o estado. Transformações foram feitas sem operar nenhuma revolução, ou seja, nos moldes daquilo que se convencionou qualificar de *modernização conservadora*, como afirma Benevides (1981). Com políticas reformistas sob os aspectos socioeconômico e institucional, sem promover, na acepção democrática, a distribuição de renda e a garantia de acesso à justiça, à segurança, a terra para os que nela trabalham, à educação, à saúde, a melhores condições materiais de vida, etc.

4.1.1 Governo é equipe

O Governo de Mauro Borges teve um bom começo, com realizações que interferiram a infraestrutura do estado e a introdução de novos métodos de trabalho visando dar outro ritmo ao cotidiano institucional, na tentativa de superar os velhos vícios da máquina pública, tão criticada pelo governador. Mauro Borges deu início à execução do Plano Quinquenal (1961-1965); as metas, quanto ao que seria investido e ao que seria produzido por setor, “já estava feita” (GOIÁS, 28.12.1961, p.1). Na prática, porém, foram muitos os esforços, como trazer para a administração gestores afinados com as diretrizes emanadas do Plano MB, com o fim de dinamizar o progresso e o desenvolvimento de Goiás. Assim, Mauro Borges selecionou-os conforme seu interesse. Alguns foram recrutados nos quadros de militares graduados do Exército,²⁵⁸ – aliás, a presença de militares na administração não se

²⁵⁸ Por meio de nota “*Não queremos militar no DER-GO*” os engenheiros deste órgão repudiaram a indicação do militar do Exército (Coronel Benjamin Bezzi) para sua direção: “Uma grande desconsideração não só a nobre classe dos engenheiros do nosso Estado como todo o eleitor que pretende reconhecer o valor da ‘prata da casa’. Será possível que em Goiás não existe um engenheiro na condição de dirigir o Dergo ? Será que todos os engenheiros que vivem lutando para engrandecer o Estado são desonestos ou preguiçosos, corrupto ou incapaz ? [...] Todos os engenheiros deveriam externar o seu repúdio a essa medida sob todos os aspectos vexatória e desmoralizante de sua nobre classe. A vinda desse coronel não deixará de ser a mais chocante forma de desprestígio ao Clube de Engenharia e a todos os funcionários do Dergo que passarão a receber ordem de um fardado completamente alheio aos problemas do nosso Estado – É querer misturar o azeite com a água. E os políticos ? esses não valerão mais nada. Estarão reduzidos a ‘pó de traque’ já que não tem força e nem prestígio para conseguir valorizar um elemento de sua terra. [...] Avante colegas ! Nós do Dergo necessitamos de preferência de um diretor que seja funcionário da casa”. Não surtiu efeito, foi, sim, militar do exército o escolhido para conduzir o órgão – o coronel Benjamin Bezzi. Depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Os militares presentes na gestão *maurista*: coronel José Joel Marcos/ Eceme (Polícia Militar); coronel Leopoldo Freire/ Eceme (Comissão

deu apenas no primeiro escalão. Eles marcaram presença em cargos de segundo escalão, como no Idago –, nas forças políticas que sustentaram a candidatura,²⁵⁹ na iniciativa privada; outros, goianos que cursavam estudos na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP/FGV),²⁶⁰ e, ao término, foram contratados para *comandar* a execução do Plano MB –,

Integrada do Vale Araguaia-Tocantins/Civat); Benjamin Bezzi/EAO (Dergo); Tem coronel Petrônio Maia Vieira/Eceme (Idago); major Philinto José Braga/Escola Técnica do Exército (Idago); cel. Humberto Guimarães/Escola Técnica do Exército (IDAGO); major Derci Duarte Siqueira/AMAN (Idago/CAU); major Paul da Costa Moura/AMAN (Idago/CAU); major Claimont Gomes/EAO (Granja Escola Modelo); major José Soares Camargo/EAO (Crisa); Capitão Irade Pacheco/Escola de Educação Física do Exército (Fund. Estadual de Esportes); capitão Sebastião A. Tavares/Infantaria do exército (Eformago); major Hosana Araújo Siqueira/Escola de Motomecanização do Exército (Eformago).

²⁵⁹ **Tabela 2 - Gestores das Secretarias do Governo Mauro Borges (1961-1964)**

Secretarias	Nomes	Partidos	Regiões
Fazenda	José Almeida – 31/01/62		Rio de Janeiro – Economista - FGV
	José Abdala – 28/05/63	PSD	Anápolis
	Sebastião Arantes – 04/06/63	PSD	Sudoeste
Agricultura	Arquimedes Pereira Lima-31/1/64 -14/1/1964	PTB	Goiânia
	Sílvio de Mello Filho 14/1/64 - 26/11/64	PSD	Morrinhos
Trabalho	Erides Guimarães 31/01/61 – 30/6/63	PTB	Anápolis
	Wilson da Paixão 30/6/63	PSD	Catalão
Educação	José Peixoto da Silveira	PSD	Jaraguá
	Pe. Rui R. da Silva jun/62 – abril/64	PSD	Norte
	Rubens Carneiro dos Santos	PSD	Goiânia
Interior e Justiça	Walteno Cunha – 31/1/64 – jun/62	PSD	Mato Grosso Goiano
	Wilson da Paixão – Jun/62	PSD	Catalão
Saúde – OSEGO	Jacy Netto de Campos 31/1/64 – abril/1964	PSD	Catalão
Viação e Obras Públicas	Geraldo R. dos Santos 31/1/1961 - 30/6/63	PTB	Goiânia
	José Sebba	PSD	Norte
Segurança Pública	Rivadavia Xavier Nunes 31/1/1964	PSD	Anápolis
Administração	Derci de C. Meireles 31/1/61 - 14/11/1963	PSD	Anápolis
	Walteno Cunha – 14/11/63 – abril/1964	PSD	Mato Grosso Goiano
	José Sizenando Jaime – abril/64 – 26/11/1964	PSD	Planalto Goiano
Planejamento e Coordenação	Irineu Borges do Nascimento – 6/7/62 – 26/11/64	PSD	Goiânia
Secretaria de Governo	Ary Demóstenes – 31/1/61 – 26/11/64	Ex-UDN	Goiânia

Fonte: Rabelo (1978, p. 92-93).

²⁶⁰ Criada em 1952, com sede no Rio de Janeiro. Destinada à formação de profissionais especialista para a administração pública. Entre seus fundadores, o goiano Benedicto Silva que, posteriormente, prestou assessoria para a reorganização administrativa do governo Mauro Borges, por meio do escritório privado Organobras,

apelidados de *príncipes de Mauro*.²⁶¹ Sem abrir mão, contudo, da cota pessoal em áreas estratégicas, aquelas onde se concentrava mais poder. Assim, entrega a Secretaria de Governo para o ex-udenista Ary Demóstenes de Almeida, de Planejamento ao engenheiro Irineu Borges do Nascimento, a Secretaria de Segurança Pública ao advogado Rivadávia Xavier Nunes.²⁶² O arranjo político construído em torno da governabilidade compreende alguns aspectos que definem o equilíbrio na distribuição do poder. Ele equivale à capacidade de articulação das forças políticas dentro da coligação, a representatividade política do partido, a capacidade de diálogo, o conchavo e a influencia sobre outras forças em busca de apoio, assim como a capacidade de a própria força política preservar ou ampliar seu espaço dentro da equipe. Outro aspecto é a capacidade técnica, também levada em conta por Mauro Borges, conforme expressou o depoimento de Campos:

[...] no começo do governo ele cuidou de trazer uma equipe moderna, nova, onde os tecnocratas passaram a exercer uma influência grande no governo, porque a mão de obra até então era despreparada [...], era uma administração sem qualquer vínculo com a tecnologia moderna, com a ciência tal era uma administração muito concentrada no empirismo (CAMPOS, D., 2009).²⁶³

Os técnicos foram colocados em locais estratégicos, atuando no comando, utilizando da técnica, do conhecimento e da racionalidade para responder às demandas postas em diversos setores: educação, saúde, estrada, energia elétrica, comunicação, agricultura, etc. Não por acaso, tomando a ação estatal como fio condutor capaz de colocar Goiás nas trilhas da modernização, quanto a ação desses técnicos, é possível aproximá-la do gestor bernadiano, ao identificar nas políticas públicas um campo de atuação dos gestores, na medida em que essas políticas poderiam funcionar como estruturas necessárias à produção do sistema, ao produzir e reproduzir a força de trabalho (BERNARDO, 1998; 2009).

Afinal, naquela conjuntura, o estado de Goiás experimentava avanços no processo de modernização de sua estrutura, pretendendo uma burocracia qualificada, capaz de elaborar e implementar o planejamento intervencionista. A proposta modernizadora almejou mudanças em diversas áreas. Do ponto de vista administrativo, a gestão *maurista* tentou aproximar-se do

²⁶¹ Conforme afirmação de Edward Rosa de Sousa, administrador, ex-assessor de Mauro Borges, ex-integrante do grupo da FGV, professor aposentado/UFG/UCG, em entrevista realizada no dia 26.6.2010, em sua residência, Goiânia.

²⁶² Na leitura das atas é possível identificar a proximidade de Mauro Borges com esses secretários. Durante a montagem do governo, em manuscrito “estudos dos nomes”, ele tentava traçar o perfil ideal dos futuros gestores. Em relação à Secretaria de Segurança Pública, sem mencionar nomes, o governador apontou as características: “elemento enérgico, advogado, conhecedor da política – político”. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

²⁶³ Daniel Borges Campos, professor aposentado (UFG), ex-coordenador de Planejamento do Conselho Superior de Planejamento e Coordenação no Governo Mauro Borges, entrevista realizada no dia 15/10/2009, no Paço Municipal, Goiânia.

modelo clássico racional-legal, propondo regras de acesso, controle de pessoal, hierarquização de cargos, fixação das competências e a definição de estabelecer um quadro de pessoal. Houve, como se percebe, o propósito da adoção de uma administração guiada por normas e por documentos, como garantia de universalismo nos procedimentos. A introdução do planejamento justificava-se como forma de minimizar o clientelismo, o compadrio, a barganha política, que associava troca de favores e votos. Nessa lógica, os órgãos públicos são utilizados com a finalidade de retribuir favores pessoais; e as boas relações facilitariam o acesso a vantagens e privilégios, já que sustentadas na reciprocidade, no trânsito facilitado aos ocupantes do poder.

Tais métodos, vistos pelo governador como arcaicos, não seriam mais tolerados pela sociedade, que cobrava transparência e fiscalização dos atos do governo, supunha ele. E, nesse esforço, buscava apresentar-se como representante do bem, administrador imbuído de exemplar espírito público: “[...] Devo dizer [...] que até o momento não fiz um favor de ordem pessoal com desejo de agradar a qualquer elemento da oposição, temos feito exclusivamente ações de interesse público, não há o propósito de comprar o adversário, de anestesiá-lo com favores, absolutamente” (GOIÁS, 18.5.1962, p.4). Para Rabelo (2009), a Mauro Borges foi creditada a representação fiel do soldado da democracia, do inimigo do atraso, do governador honesto.

Tudo isso estimulava a ideia de Mauro Borges: “[...] Precisamos contar com a colaboração de todos os órgãos, com todos os secretários, com todos os homens que vão organizar esta reforma” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 24). Em estratégia, no sentido de aprender a fazer mais e melhor com menos, a reunião foi um dos meios utilizados. Para o governador essa metodologia era também um símbolo da mudança na forma de conduzir o governo de Goiás. Desde então, um espaço para discutir e aperfeiçoar o modelo de gestão posto em marcha, a reunião era vista como um momento de troca de experiência, sem perder de vista a tentativa de controle da ação dos gestores. Aparentemente, tal estratégia poderia converter os planos e projetos em ação, com as tarefas definidas de antemão, em detalhes e com acompanhamento de todo o processo. Ao mesmo tempo, fornecia ao governador informações necessárias para a tomada de decisões nos setores econômico, administrativo e social. Um antídoto contra a inércia e o imobilismo da máquina pública, quem sabe.

A reunião era vista e valorizada por Mauro Borges como um processo de compartilhamento de um projeto político, reformista, baseado no desenvolvimentismo, com preservação das instituições democráticas, na defesa da iniciativa privada e nos princípios

cristãos, sobretudo, na doutrina social da igreja, “[...] dentro dos ensinamentos da Encíclica *Mater et Magister*” (GOIÁS, 12.6.62, p. 3).²⁶⁴ Publicado em 15 de maio de 1961, pelo Papa João XXIII, reconhecida como um dos principais documentos da doutrina social da Igreja.²⁶⁵ A Encíclica posicionava-se ao lado dos pobres e na defesa da distribuição de renda, pela fé e pela caridade. Pelo exposto nessa carta, o progresso científico e técnico seria capaz de responder à demanda por alimentos e outros bens para parte crescente população do planeta. Sob o olhar de Roma, a Igreja passaria a estar menos voltada para si e mais aberta às necessidades e angústias da humanidade.

De posse desses subsídios, o governador, arquitetando apoio viu nas reuniões uma grande aliada. Diante dele, os indivíduos ocupantes de posições-chaves no aparato institucional comprometiam-se com o desenvolvimento de Goiás, sendo este elemento um dos fatores decisivos na implementação bem-sucedida do Plano MB, acreditava ele. Era fundamental, na sua concepção, que o gestor tivesse clareza da missão que lhe era confiada, e que essa missão fosse compartilhada por todos. Considerava que a facilidade no cumprimento do dever dependia da atuação do gestor; uma vez que este detinha o comando, sua obrigação era buscar meios para desincumbir-se da suas atribuições. O governador via nos encontros a oportunidade “[...] para falarmos de nossos problemas [...] sempre procuro traduzir esse espírito [...] é essencial que cada um esteja informado das diretrizes, do desejo do governador para atuarem certamente” (GOIÁS, 18.5.1962, p.1). Afinal, para Mauro Borges, a “[...] administração deve ser uma equipe, um time de governo [...] é preciso que todos se interessem em tomar conhecimento da atividade global” (GOIÁS, 27.12.1962, p. 2). Segundo ele, “[...] dentro do espírito de equipe que deve presidir o governo, devemos fazer tudo para ajudar uns aos outros, dando as mãos” (GOIÁS, 18.5.1962, p.1). Por assim compreender, “[...] o lugar

²⁶⁴ Durante a gestão *maurista*, foi criado o *Jornal de Goiás*, veículo de divulgação do governo do estado e de seus feitos. Na edição de Junho, – Ano I – número 6, 1962, foi produzida por Frei Carlos Josaphat, uma síntese com os princípios dessa Encíclica, norteadora do governo Mauro Borges.

Naquela conjuntura, o documento pontifício foi amplamente publicado no Brasil pela Editora Vozes, Petrópolis-RJ (responsável pela edição de outros documentos pontifícios). Outra editora, a Leigas, também publicou *A Mater et Magistra* em dois formatos, um popular e outro, em dois volumes, com amplos comentários. Documento publicado por jornais de grande circulação, sindicatos e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), com o intuito de massificar seu conteúdo. Por parte do Ipes, tratou-se de estratégia de mobilização da classe média brasileira, sobretudo mulheres católicas, contra a ameaça vermelha. Tal campanha anticomunista foi exitosa para o golpe civil-militar de 1964. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3828&secao=360 Acesso em: 11 set. 2014.

²⁶⁵ “[...] Em nome de Deus, era possível aos americanos dividir um pouco de roupas usadas e algumas latas de leite em pó aos irmãos latinos infiltrando no meio de um programa com o pomposo nome de Aliança para o Progresso, orientações sobre controle à natalidade e o combate à proliferação dos comunistas. Não por acaso, o material era distribuído nas paróquias” ASSIS (2014).

[Http://trabalhadoresgtcnv.files.wordpress.com/2014/03/palestra-sp-propaganda-e-cinema-denise-assis.pdf](http://trabalhadoresgtcnv.files.wordpress.com/2014/03/palestra-sp-propaganda-e-cinema-denise-assis.pdf)

para expor problemas é na reunião, até como estratégia para construir um entrosamento entre a equipe” – e avaliava que “[...] o êxito de um é o êxito de todos, o fracasso de um é de todos; Quando falam do governo estão se referindo a todos os membros; quando o governo vai bem dizem que o governo é bom, e todos têm uma sensação de euforia, de satisfação” (GOIÁS, 27.12.1962, p. 4). De modo geral, o governador tinha consciência de que ter uma equipe coesa, acomodar os interesses e conciliá-los no sentido de potencializar os recursos humanos, financeiros e materiais existentes, visando qualidade e a produtividade dos serviços, era um desafio. Com essa clareza, chamava a atenção, um tom de dramaticidade, proferindo, palavras de ordem:

É preciso extraordinária energia e espírito público. Não pode haver contemplação com a incompetência, com o erro, com a preguiça e com a desonestidade. Não pode haver sentimentalismo, pois estamos aqui a serviço do povo, e, [...], portanto, aqueles que não estiverem à altura de servir o povo, devem ser sumariamente afastados (GOIÁS, 18. 6. 1964, p. 2-3).

Durante seu governo, Mauro Borges condenou a falta de iniciativa de alguns gestores, sem mencionar nomes, como ocorreu na reunião do dia 28 de dezembro de 1961. Ao fazer uma autocrítica do primeiro ano da gestão, o governador foi categórico: “As maiores falhas foram do governo, resultantes do mau funcionamento da equipe de governo”. Nesta mesma linha, em um desses encontros, talvez explodindo de raiva, atacou:

[...] Há certos setores do governo que têm que agir por delegação minha pois não estão querendo assumir comando de nada nem estão querendo ter uma responsabilidade além da que lhe é inerente, mas, são obrigados a tratar em nome do governador, do assunto que deve merecer, da parte de quem os recebe, um tratamento adequado” (GOIÁS, 18.6.1964, p. 5).

Em tom áspero, alertava: “recebam essas observações com impropriedade, pois do contrário fica tudo uma flor de laranjeira, uma troca de elogios mútuos que não adiantarão nada as reuniões que sempre estamos fazemos” (GOIÁS, 27.12.1962, p. 5). A bronca não atingia, porém o secretário de Planejamento e Coordenação, Irineu Borges do Nascimento, cujo espírito público era destacado pelo governador, reconhecer que ele executava “[...] com toda energia a sua tarefa de planejar e coordenar” (GOIÁS, 18.5.1962, p.15). O governador não aceitava o esmorecimento dos gestores, e sugeria avaliar “[...] o passado, os resultados obtidos até agora, e comparar com o que se fez no resto do Brasil. Só isso seria um motivo para continuarem na luta” (GOIÁS, 16.4.1963, p.1).

Nesses momentos, que suas intervenções, Mauro Borges, em um país majoritariamente católico, sempre recorria aos valores cristãos para orientar sua ação política:

[...] temos que redobrar as energias para não perdemos o entusiasmo, pois quem não tem fé, não tem entusiasmo, não tem condições de seguir avante conosco [...] temos que andar com homens que tenham fé, que tenham disposição de lutar pelos direitos

do homem, e quem não tem isso, não tem condições de prosseguir conosco, porque recomendamos pouca coisa aos nossos colaboradores (GOIÁS 8.1.1964, p.1).

Invocando, ainda, como estratégia, a moralização político-administrativa, assumindo o compromisso de realizar um governo guiado pela austeridade, impessoalidade, legalidade, eficiência e competência técnica. Desde muito cedo, Mauro Borges viveu a política, mas sua representação como legalista esteve associada à vida castrense, característica que veio a ser testada, sobretudo, à frente do governo de Goiás, quando procurou pautar suas ações dentro de uma concepção legalista. Além disso, buscou erguer sua imagem de realizador expondo os problemas existentes em Goiás e propondo intervenções técnicas para responder às demandas. Assim, logo no início do seu governo, ele tentava sensibilizar os gestores estaduais com a filosofia “Mensagem a Garcia”,²⁶⁶ sugerida durante inauguração da metodologia de trabalho.²⁶⁷ Trazer esse tema para a reunião foi uma necessidade apontada por

²⁶⁶ A expressão foi cunhada pelo jornalista norte-americano Helbert Hubbard, em 1899: “[...] o artigo brotou espontâneo no meu coração. Foi redigido num dia afanoso, durante o qual tinha procurado convencer alguns moradores do lugar que deviam sair do estado comatoso em que se compraziam, esforçando-me por incutir-lhes dinamismo. [...] exemplo de uma pessoa que, por sua própria iniciativa, é capaz de levar o cabo qualquer tarefa” Disponível em: <<http://cooperativadeideias.blogspot.com.br/2007/06/uma-mensagem-garcia.html>> Acesso em 13 out. 2014. Sob a gestão *maurista*, o termo foi utilizado como ponto de pauta da reunião entre o governador e o secretariado – não foi possível precisar a data, nem o número da reunião, provavelmente, 1961. O documento feito de próprio punho por Mauro Borges em papel sem timbre, continha indicação dos assuntos a serem discutidos com os gestores. Depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO.

²⁶⁷ Não constava a data, provavelmente anterior a 10 de fevereiro 1961, dia da 2ª reunião. A pauta foi produzida de próprio punho pelo governador Mauro Borges. Por tratar-se da primeira reunião, optou-se, aqui, reproduzir na íntegra, o documento. Exposto em uma lauda (frente e verso), papel timbrado do Partido Social Democrático (Diretório Regional de Goiás, rua um, nº 2, centro, Goiânia), com algumas pontuações a serem colocadas aos secretários na condução do governo:

Diretrizes gerais:

- razões da escolha de nomes – critérios de aptidão;
- as vezes associados a representação política;- o secretário não é de nenhuma cidade ou região – é do estado;
- A política administrativa é do governo que constitui de uma equipe;

Algumas diretrizes gerais

- Política de absoluta austeridade;
- compressão de todas as despesas supérfluas;
- não haverá nomeações – as que se tornarem inadiáveis serão feitas mediante concurso de aptidão;
- proibição dos fichados;
- não desejo de início fazer demissões;
- relógio de ponto;
- cumprimento do dever;
- honestidade e eficiência;

Orientação para escolha de pessoal

Para os cargos de confiança (3 nomes) e de chefia – podem mudar;

- trabalho de seleção – para relocação do pessoal excedente;

Político:

Objetivo principal: elevar o padrão de vida;

- Vou governar com as forças que me elegeram para a execução do plano;
- justiça e respeito – para com os adversários
- não iniciaremos nenhuma obra nos primeiros meses;
- relações com os prefeitos: verbas; obras; plano municipal.
- Planejamento de Governo – ligação com as secretarias e órgãos autônomos;

Mauro Borges para realçar a determinação, a responsabilidade de todos e o desafio à frente do governo goiano. Valorizava a competência para desempenhar a missão por ele atribuída. A essência da mensagem remonta a uma tarefa muito difícil e espinhosa, cuja realização, todavia, é imprescindível; e o não medir esforços para alcançar o objetivo, resulta em risco de grande retrocesso. Talvez, aqui, a origem militar do governador viesse à tona. O militar sempre foi alvo de extremo rigor, com formação técnico-profissional centrada na hierarquia e na disciplina, sem brechas para o recuo do subordinado no cumprimento de ordem recebida. O esforço de Mauro Borges era despertar nos gestores o sentimento de sacrifício coletivo em prol de Goiás. Ele cobrava o máximo de esforço de todos, mesmo diante das condições mais adversas, como escassez de recursos financeiros, humanos e materiais, quando a *tropa* deveria manter-se unida, no cumprimento da missão que lhe cabia. Mauro Borges apreciava o uso da retórica para driblar as dificuldades: “[...] não é preciso de dinheiro para fazer tudo, o essencial é a energia e o amor a causa pública [...] temos que suprir a nossa falta de dinheiro com o nosso entusiasmo [...] nem sempre o dinheiro é essencial” (GOIÁS, 16. 4.1963, p.2). Em outra oportunidade proclamou: “[...] vontade é fator fundamental ao bom êxito do governo [...] não acredito em nada que resista à vontade. Em todo obstáculo, se a vontade está caracterizada, o mesmo será removido” (GOIÁS, 8.1.1964, p.2). Tomando-se essas afirmações como referência, têm-se a impressão de que o governador tentava se eximir de qualquer insucesso de seu governo. Outra estratégia introduzida por ele para o acompanhamento diário da ação desempenhada pelo gestor foi a adoção das Ordens de Serviços escritas, instrumento pelo qual, delegava responsabilidades, disparava ordens,

- conveniência – de não haver expediente externo nos três primeiros dias;
- estabelecimento de um modelo de relatório para fotografia e radiografia de cada setor pessoal – material – recursos – financeiros – instalação – sugestões.

Funcionamento da Governadoria.

- oficiais de gabinete.

Departamento Estadual de Divulgação:

- centralização.

Estamos chegando ao início da fase de realizações, do trabalho produtivo:

Pensar devagar e agir depressa;

- não ter complacência com a ineficiência e a corrupção.

- não ficar na rotina: reformar;

- qual o significado da viagem do Secretário de Educação Padre Ruy;

- qual o significado da viagem do Chefe da Penitenciária;

- qual o significado da viagem do Secretário da Agricultura.;

- não é preciso de dinheiro para fazer tudo – o essencial é a energia e o amor a causa pública;

- caso de transportes;

- **mensagem a Garcia: espírito de iniciativa;**

NGA – todo pedido de informação ou providência deve ser respondido afirmativa ou negativamente;

- sintonia do trabalho.

O documento está depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO.

cobrava resultados e informações sobre andamento das obras e serviços: “Tenho procurado fazer o máximo possível para que o serviço ande, através das ordens de serviço por escrito” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 10). Considerado por ele um método eficaz de controle, por distribuir tarefas e monitorar que “[...] providências foram tomadas” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 11). Com isso, atribuía deveres: “[...] Recomendo aqueles secretários das secretarias onde haja muito movimento, para que usem o mesmo sistema de ordens de serviço numeradas e controladas” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 11). O apreço pela rotina administrativa exacerbava as minúcias, o controle excessivo, e fazia com que o governador rejeitasse os improvisos, a simplicidade das tarefas:

[...] Eu, de manhã cedo, uso um gravador para gravar as ordens de serviço,²⁶⁸ depois, o taquígrafo as taquígrafa, passa a limpo, eu assino e depois fazemos a expedição das ordens. [...] O Secretário quando vem despachar comigo, eu pego uma pasta de ordens de serviço de sua secretaria e verifico essas ordens[...] Muitas vezes, há algumas ordens que estão em atraso, e isso causa prejuízo ao governo. É preciso que respondam imediatamente [...] quando uma ordem levar um período longo [...] É necessário, então, que se dê uma resposta avisando que as providências foram tomadas, depois, com o tempo, virá a resposta definitiva e plena daquela ordem que foi remetida e respondida parcialmente. [...] Peço aos senhores que essas respostas sejam feitas em duas vias. [...] Antigamente, eram feitas em uma única via, mas, é preciso que eu tenha duas vias [...] uma [...] fica na pasta do Secretário Particular (GOIÁS, 28.12.1961, p. 10).

Em uma dessas ordens de serviço – OS nº 422-A, de 29 de novembro de 1962,²⁶⁹ o governador, de maneira impositiva, encaminhou ao Secretário da Educação, recomendação explícita: que essa OS “[...] amplamente divulgada para que mesmo durante as férias, possamos realizar alguma coisa nesse sentido, aproveitando o período chuvoso”; para toda escola não cercada por muro, deveria ser providenciado “[...] cercado com bambuzinho ou outra planta adequada às cercas-vivas”. O governador determinava, por meio da OS, que deveria ter “[...] jardim e flores em todos os estabelecimentos escolares”. Ordenava, mais, toda a organização dos jardins e plantio das flores fosse responsabilidade dos professores. E, ainda, que os “[...] pátios, onde for possível, deverão ser gramados, o que virá embelezá-los”. Aos alunos, delegava a responsabilidade por: “[...] Todos os trabalhos de jardinagem”, com supervisão dos professores, chegando inclusive a impor penalidades: “[...] os reparos dos estragos feitos pelos alunos serão pagos pelos pais”. O tom do documento é autoritário. Parece claro que o modo impositivo utilizado por Mauro Borges teria sido no sentido de

²⁶⁸ Na pesquisa documental, identificamos inúmeras ordens de serviços encaminhadas por Mauro Borges aos gestores, tratando dos mais diversos assuntos. Ele julgava ser a forma mais eficiente de acompanhar e controlar o desenvolvimento das ações. Em que pese o depoimento, na prática não foi bem assim.

²⁶⁹ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

persuadir os professores a executar a tarefa, e tinha a ver com o objetivo de alcançar a eficiência, a racionalização dos recursos humanos, materiais e financeiros. Ele não media as consequências para propor o aumento da produtividade, vindo da intensificação do trabalho, no caso, do professor, capaz de extrair o excedente da sua força de trabalho. O controle total sobre o trabalho/produção seria de responsabilidade do diretor “[...] por tudo que for ou deixar de ser feito nos estabelecimentos”. Provavelmente, dentro da expectativa do governador, a finalidade maior desse encargo seria a formação do *espírito cívico*. Ou seja, o governador queria demonstrar que seu governo era diferente dos demais. Mauro Borges comemorava a proeza de algumas escolas na reunião realizada com os gestores no dia 24 de agosto de 1964. A poucos meses de ser apeado do poder, ele exaltava o feito de professoras: “[...] algumas [...] fazem um trabalho excelente. Mandam trocar telhas que se quebram, capinam o pátio que está cheio de capim, caiar o prédio, tudo por iniciativa própria” (GOIÁS, 19.8.1964, p. 3). Condenava, por outro lado, aquelas que ficavam esperando a Secretaria de Viação e Obras Públicas (SEVOP) “para mudar uma telha”(p. 3), cujo trabalho, na verdade era de responsabilidade desse órgão.

O governador era puro entusiasmo “[...] recursos dos móveis, cortinas, tapetes e estofados realmente são bons, melhoram, dão nova disposição do trabalho, ajudam. Não é uma coisa principal [...]. A principal é a decisão de fazer [...] o melhor possível” (GOIÁS, 19.8.1964, p. 3).

Era por aí que almejava construir o espírito de equipe, tentando driblar o imobilismo, o personalismo, o carreirismo, por ele tão recriminado. Daria mostras de que nenhum responsável por secretaria, autarquia, sociedade de economia mista poderia arriscar seu cargo, com esses desgastes dessa natureza, maculando a imagem da gestão *maurista* e a sua própria, com pedidos e interferências políticas, visto ter sido designado para tal missão por critério meritório. O governador se movia na intenção de identificar a visão de mundo, as diferenças individuais presentes em cada gestor – uma vez que a gestão congregou diferentes forças e aquele foi um tempo conturbado no âmbito brasileiro/goiano –, levando em conta a capacidade profissional, o engajamento e compromisso de levar adiante as metas e diretrizes apontadas no Plano MB, pois eram eles a colocar em prática e buscar atingir os resultados esperados. Ao agir dessa maneira, poderia controlar o trabalho nos diversos órgãos, talvez ele acreditasse nisso.

Seguindo esse princípio, interessava a Mauro Borges a participação de todos; onde que as instituições públicas tivessem foco em resultados dirigidos à promoção do crescimento

econômico e do bem-estar de homens e mulheres: “[...] ninguém pode fazer governo individualista, trabalhar isoladamente [...] faço um apelo à lealdade, à colaboração, à unidade, à reciprocidade de cooperação de interesse coletivo” (GOIÁS, 16. 4.1963, p.1).

Outra atitude, disfarçada em espírito de equipe, era a cobrança da obediência dos gestores, de forma a não se sobreponem à autoridade do governador:

[...] As escolhas de nomes para cargos de confiança, os secretários terão plena liberdade para escolherem os seus auxiliares imediatos. Mas por falta de conhecimento, de algum detalhe que possa criar alguma dificuldade na escolha do elemento, é melhor então, que conversem com o governador, a fim de verificarem se, para o futuro, não haverá alguma incompatibilidade (GOIÁS, 28.12.1961, p. 8).²⁷⁰

O sentido da orientação tinha por fim, sobretudo, minimizar as divergências e disputas políticas, “[...] Não devemos fazer política sistemática, e sim colaborar com o governo sem nenhuma compensação particular” (GOIÁS, 28.12. 1961, p. 8). Aqui, a pregação de Mauro Borges apelava para razões de ordem moral, o dever de cumprir com a missão de inserir a economia goiana nos marcos do desenvolvimento nacional.

Nesse exato momento, pretendia também evitar que os gestores pudessem agir de forma a fazer valer seus próprios interesses, que talvez representassem seu partido, seu município ou mesmo sua classe. Todo enfrentamento, ajuste ou disputa por algum proveito, provocariam atritos, com reflexo negativo no espírito de equipe, conseqüentemente, na autoridade do governador, pressupunha Mauro Borges. É sempre oportuno destacar, a aversão demonstrada pelo militar diante de um ambiente de caos, sem controle da situação, dos subversores da ordem, quase sempre, sem titubear, usa da autoridade e, se for o caso, da repressão para corrigir qualquer conduta fora do padrão por ele aceito. Em verdade, o governador esperava muito dos gestores, granjeando experiências bem-sucedidas, soluções eficazes e criativas para as políticas públicas levadas a cabo pela gestão *maurista*. Existia, portanto, a possibilidade de que essas suas ideias influenciassem a prática dos gestores, contribuindo para forjar uma nova mentalidade de gestão pública em Goiás; para despertar no desejo do gestor, a busca por resultado superior, capaz de minimizar os efeitos da política tradicional arraigada no clientelismo, em prol de um projeto reformista para o estado. Nessa perspectiva, em reunião realizada no dia 18 de maio de 1962, Mauro Borges, para reiterar sua determinação, desafiava os gestores: “Quem não tiver bastante ideia fervilhando na cabeça, ideias novas, propósitos reformistas de melhorar, realmente está fraco, porque esse governo é

²⁷⁰ Entre tantos manuscritos de autoria de Mauro Borges localizados por nós, um deles, na forma de lembrete para a reunião com os gestores *maurista*, alertava; “Não façam nenhuma nomeação para o interior sem Ata do Diretório”.